

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

DÉBORA TAIS ATZ

**RESPONSABILIDADE FISCAL COM FOCO EM MUNICÍPIOS:
ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E DE CONTEÚDO DA LITERATURA
CIENTÍFICA NACIONAL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**PATO BRANCO
2015**

DÉBORA TAIS ATZ

**RESPONSABILIDADE FISCAL COM FOCO EM MUNICÍPIOS:
ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E DE CONTEÚDO DA LITERATURA
CIENTÍFICA NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, do Departamento de Ciências Contábeis, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Sandro César Bortoluzzi.

PATO BRANCO
2015



Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Pato Branco
Curso de Ciências Contábeis
Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso



TERMO DE APROVAÇÃO

Titulo do Trabalho de Conclusão de Curso

Responsabilidade Fiscal com Foco em Municípios: análise bibliométrica e de conteúdo da literatura científica nacional

Nome do Aluno: **Débora Tais Atz**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado às 21 horas e trinta minutos, no dia 06 de outubro de 2015 como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis, do Departamento de Ciências Contábeis - DACON, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

(aprovado, aprovado com restrições, ou reprovado).

Prof. Sandro César Bortoluzzi
Orientador

Profa. Andressa Schlickmann
Avaliador - UTFPR

Prof. Eliandro Schvirck
Avaliador UTFPR

Dedico este trabalho ao meu pai Alcemar Atz, por toda a paciência, compreensão e apoio, pois não mediu esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho, dando-me força e coragem.

Minha família, em especial meu pai Alcemar Atz e minha mãe Sirlei Atz, por todo seu apoio e compreensão, entendendo minha ausência em diversos momentos e sempre me apoiando e incentivando nos momentos mais difíceis. E a minha irmã Daiane Atz, que sempre esteve disposta a me ajudar em todas as etapas, fazendo com que sempre acreditasse em mim mesma.

As minhas amigas Daiana Paula Daros e Stephanie Maria Kehl, amizade a qual surgiu através da graduação e que certamente levaremos para a vida toda, por todo o apoio tanto nos momentos bons quanto nos ruins, pelos conselhos, brincadeiras, risadas, pois foram peças-chaves nesta jornada.

A minha amiga Amanda Talita Lavezzo, (*in memoriam*) que sempre esteve ao meu lado, me apoiando e incentivando, além de estar sempre disposta a me auxiliar na realização deste trabalho, saudades eternas.

As minhas colegas de trabalho, pelas palavras de apoio e motivação, e em especial a minha líder Andressa Schlickmann pela amizade, paciência e por nunca medir esforços para transmitir seu conhecimento.

Ao meu orientador Professor Dr. Sandro César Bortoluzzi, que dedicou parte de seu tempo para me conduzir nesta etapa, pela dedicação, incentivo e confiança depositada em mim.

Aos meus colegas de graduação, com os quais compartilhei esta trajetória, em especial aos amigos que encontrei, os quais desempenharam um importante papel, Diego, Roberta e Juliana.

Aos professores do Curso de Ciências Contábeis que desempenharam com dedicação as aulas ministradas durante esse período de curso, em especial a professora Sandra Mara lesbik Valmorbida, pelo apoio e conversas no início deste trabalho.

RESUMO

ATZ, Débora Tais. Responsabilidade Fiscal com Foco em Municípios: Análise Bibliométrica e de Conteúdo da Literatura Científica Nacional. 2015. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2015.

O objetivo do presente trabalho foi mapear o desenvolvimento da pesquisa científica nos últimos anos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com foco nos municípios. O trabalho caracteriza-se como exploratório-descritivo e apresenta uma abordagem quali-quantitativa. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram: (i) análise bibliométrica; e, (ii) análise de conteúdo. O Portfólio Bibliográfico (PB) foi formado por 19 artigos, definido por meio de um processo de busca estruturado nas bases de dados *Spell* e *Google Acadêmico*. A partir da análise bibliométrica evidenciou-se que: (i) os periódicos de maior destaque foram a Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, a Revista de Administração Pública e a Revista Ambiente Contábil; (ii) os principais autores foram Wilson Gerigk, Dimas Barrêto de Queiroz e Ademir Clemente; (iii) o artigo de maior reconhecimento científico é intitulado “Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no Endividamento dos Municípios Brasileiros: uma análise de dados em painéis”; (iv) na análise temporal observou-se que o período com maior número de publicações ocorre a partir do ano de 2008; e, (v) as principais instituições de atuação profissional dos autores são a UNIOESTE e a UFSC. Foram classificadas também as referências dos artigos do PB, resultando em 50 artigos científicos, a partir dos quais foi realizada também a análise bibliométrica, evidenciando: (i) como principal periódico científico a Revista de Administração Pública; (ii) palavras-chave de destaque “Lei de Responsabilidade Fiscal” e “Finanças Municipais”; (iii) artigo de maior reconhecimento científico “Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?” e, (v) o ano de 2009, como o período com o maior número de publicações. Na sequência, foi realizada a análise cruzada dos portfólios bibliográficos, tendo como principais resultados: (i) artigo de maior destaque “Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no Endividamento dos Municípios Brasileiros: uma análise de dados em painéis”; (ii) o autor de maior destaque Wilson Gerigk; e, (iii) o periódico de maior destaque a Revista de Administração Pública. A análise de conteúdo em relação ao enquadramento metodológico evidenciou que a maior parte dos trabalhos são: (i) exploratório-descritivo; (ii) trabalhos teóricos; (iii) utilizam abordagem qualitativa-quantitativa de forma combinada; e, (iv) coleta de dados secundários, principalmente de documentos. Por fim, a análise de conteúdo categorizou as pesquisas sobre a LRF com foco em municípios sob quatro perspectivas: (i) endividamento; (ii) finanças públicas; (iii) gestão; e, (iv) transparência. Na sequência, foram levantados os objetivos, resultados e restrições das pesquisas sob as quatro categorias apresentadas.

Palavras-chave: Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei 101/2000, Análise Bibliométrica e Análise de Conteúdo

ABSTRACT

ATZ, Débora Tais. Fiscal Responsibility with Focus in Municipalities: Bibliometric and Content Analysis of the National Scientific Literature. 2015. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2015.

The objective of the current study was to map the development of scientific research about the Fiscal Responsibility Law (FRL) with focus in municipalities in the last few years. This work is characterized by an exploratory and descriptive study and presents a qualitative and quantitative approach. The research tools used were: (i) bibliometric analysis; and, (ii) content analysis. The Bibliographic Portfolio (BP) was formed by 19 articles, defined by a search process which was structured in Spell and Google Scholar databases. After the bibliometric analysis it was attested that: (i) the periodicals of greater emphasis were the Accounting Magazine of the Master in Accounting Sciences of the UERJ, the Public Administration Magazine and the Accounting Environment Magazine; (ii) the main authors were Wilson Gerigk, Dimas Barrêto de Queiroz and Ademir Clemente; (iii) the article with major scientific recognition is entitled "Effects of Fiscal Responsibility Law in the Indebtedness of Brazilian Municipalities: data analysis in panels"; (iv) in temporal analysis it was observed that the period with greatest number of publications occurs after 2008; and, (v) the main institutions of professional action of the authors are UNIOESTE and UFSC. It was classed also the references of the articles of the BP, which resulted in 50 scientific articles, from which was realized also the bibliometric analysis that evinces: (i) the Public Administration Magazine as the main scientific journal; (ii) "Fiscal Responsibility Law" and "Municipal Finances" as the highlighted key-words; (iii) "Accountability: when we translate it into Portuguese?" as the article with major scientific recognition and, (v) the year of 2009 as the period with the greatest number of publications. After, it was realized the cross analysis of the bibliographic portfolios, which main results were: (i) "Effects of Fiscal Responsibility Law in the Indebtedness of Brazilian Municipalities: data analysis in panels" as the main emphasized article; (ii) Wilson Gerigk as the highlighted author; and, (iii) the Public Administration Magazine as the main journal. The content analysis in relation to the methodological framework evinced that the majority of the work are: (i) exploratory and descriptive; (ii) theoretical works; (iii) those that utilized qualitative and quantitative approach combined; and, (iv) secondary data capture, mainly documents. Finally, the content analysis categorized the researches about FRL with focus in municipalities in four perspectives: (i) indebtedness; (ii) public finances; (iii) management; and, (iv) transparency. Then, it was raised the objectives, results and restrictions of the research under the four presented categories.

Keywords: Fiscal Responsibility Law, Law 101/2000, Bibliometric Analysis and Content Analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	23
Figura 2: Abrangência da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	24
Figura 3: Enquadramento Metodológico da Pesquisa.....	31
Figura 4: Seleção dos artigos nas bases de dados.....	33
Figura 5: Análise Bibliométrica	38
Figura 6: Enquadramento Metodológico para Análise de Conteúdo.	39
Figura 7: Categorização dos trabalhos.....	40
Figura 8: Rede de Autores do Portfólio Bibliográfico	43
Figura 9: Rede de Instituições de Atuação Profissional dos Autores do Portfólio Bibliográfico.....	49
Figura 10: Seleção das Referências do Portfólio Bibliográfico	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Principais Periódicos do Portfólio Bibliográfico	41
Gráfico 2: Principais Autores do Portfólio Bibliográfico	42
Gráfico 3: Palavras-chave do Portfólio Bibliográfico.....	45
Gráfico 4: Reconhecimento Científico dos Artigos do Portfólio Bibliográfico.....	46
Gráfico 5: Análise Temporal do Portfólio Bibliográfico	47
Gráfico 6: Instituições de Atuação Profissional dos Autores do Portfólio Bibliográfico	48
Gráfico 7: Principais Periódicos das Referências do Portfólio Bibliográfico	51
Gráfico 8: Principais Autores das Referências do Portfólio Bibliográfico.....	52
Gráfico 9: Palavras-chave das Referências do Portfólio Bibliográfico.....	53
Gráfico 10: Reconhecimento Científico das Referências do Portfólio Bibliográfico...54	
Gráfico 11: Análise Temporal das Referências do Portfólio Bibliográfico.....	55
Gráfico 12: Principais Artigos do Portfólio e suas Referências.....	56
Gráfico 13: Principais Autores do Portfólio e suas Referências	58
Gráfico 14: Principais autores por número de publicações	60
Gráfico 15: Principais Periódicos do Portfólio e suas Referências	61
Gráfico 16: Classificação Metodológica	62
Gráfico 17: Natureza do Objeto.....	63
Gráfico 18: Natureza do Trabalho	64
Gráfico 19: Abordagem de Pesquisa.....	65
Gráfico 20: Coleta de Dados	66
Gráfico 21: Instrumentos de Pesquisa	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Portfólio Bibliográfico	37
Quadro 2: Títulos dos artigos do PB conforme categorias de análise	69
Quadro 3: Objetivos, resultados e restrições dos artigos categorizados pela perspectiva do “Endividamento”	70
Quadro 4: Objetivos, resultados e restrições dos artigos categorizados pela perspectiva das “Finanças Públicas”	73
Quadro 5: Objetivos, resultados e restrições dos artigos categorizados pela perspectiva da “Gestão”	76
Quadro 6: Objetivos, resultados e restrições dos artigos categorizados pela perspectiva da “Transparência”	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Classificação Qualis/CAPES dos artigos para seleção do PB	34
Tabela 2: Categorização do Portfólio Bibliográfico	68

LISTA DE SIGLAS

DRTC	<i>Documentation Research and Training Center</i>
FMI	Fundo Monetário Nacional
IBBD	Instituto Brasileiro de Biografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnologia
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
PB	Portfólio Bibliográfico
PPA	Plano Plurianual
RCL	Receita Corrente Líquida
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRRJ	Universidade Rural do Rio de Janeiro
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UPF	Universidade de Passo Fundo

LISTA DE ACRÔNIMOS

FAAP	Fundação Armando Álvares Penteado
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
LOA	Lei Orçamentaria Anual
SIM	Instituto de Gestão Fiscal
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semiárido
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNA	Centro Universitário
UNAERP	Universidade de Ribeirão Preto
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIP	Universidade Paulista
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	15
1.2 PROBLEMÁTICA.....	17
1.3 OBJETIVOS	18
1.3.1 Objetivo Geral	18
1.3.2 Objetivos Específicos	18
1.4 JUSTIFICATIVA	18
1.5 DELIMITAÇÃO	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	21
2.1.1 Definições e panorama geral da Lei de Responsabilidade Fiscal	21
2.1.2 Aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	23
2.1.3 Importância contábil originada pela Lei de Responsabilidade Fiscal.....	25
2.1.4 O município na Lei de Responsabilidade Fiscal	26
2.2 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA.....	27
2.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO	29
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	31
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	31
3.2 PROCEDIMENTO PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	33
3.2.1 Seleção do Portfólio Bibliográfico	33
3.2.2 Procedimentos para Análise Bibliométrica	37
3.2.3 Procedimentos para Análise de Conteúdo	39
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	41
4.1 RESULTADOS DA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DO PORTFÓLIO BIBLIOGRÁFICO	41
4.1.1 Principais Periódicos do Portfólio Bibliográfico.....	41
4.1.2 Principais Autores do Portfólio Bibliográfico	42
4.1.3 Rede de Autores do Portfólio Bibliográfico	43
4.1.4 Palavras-chave do Portfólio Bibliográfico	44
4.1.5 Reconhecimento Científico dos Artigos do Portfólio Bibliográfico	45
4.1.6 Análise Temporal do Portfólio Bibliográfico	46
4.1.7 Instituições de Atuação Profissional dos Autores do Portfólio Bibliográfico.....	47
4.1.8 Rede de Instituições de Atuação Profissional dos Autores.....	49
4.2 RESULTADOS DA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DAS REFERÊNCIAS	50
4.2.1 Principais Periódicos das Referências do Portfólio Bibliográfico	51

4.2.2 Principais Autores das Referências do Portfólio Bibliográfico	52
4.2.3 Palavras-chave das Referências do Portfólio Bibliográfico.....	53
4.2.4 Reconhecimento Científico das Referências do Portfólio Bibliográfico.....	54
4.2.5 Análise Temporal das Referências do Portfólio Bibliográfico	55
4.3 RESULTADOS DA ANÁLISE DO PORTFÓLIO E SUAS REFERÊNCIAS.....	56
4.3.1 Principais Artigos do Portfólio e suas Referências	56
4.3.2 Principais Autores do Portfólio e suas Referências	58
4.3.3 Principais Periódicos do Portfólio e suas Referências.....	61
4.4 RESULTADOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO	62
4.4.1 Enquadramento Metodológico dos Artigos do Portfólio Bibliográfico	62
4.4.1.1 Natureza do objeto	63
4.4.1.2 Natureza do trabalho	64
4.4.1.3 Abordagem de pesquisa	65
4.4.1.4 Coleta de dados.....	65
4.4.1.5 Instrumentos de Pesquisa	66
4.4.2 Definição das Categorias das Pesquisas presentes no Portfólio Bibliográfico .	67
4.4.3 Análise dos Objetivos, Resultados e Restrições dos artigos do Portfólio Bibliográfico conforme Categorias de análise	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICE A - Artigos que compõem o Portfólio Bibliográfico	89
APÊNDICE B - Artigos que compõem as Referências do Portfólio Bibliográfico	92
APÊNDICE C - Autores que compõem o Portfólio Bibliográfico e suas Referências	97
APÊNDICE D – Palavras-chave que compõem o Portfólio Bibliográfico e suas Referências	100

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo está estruturado da seguinte forma: (i) contextualização; (ii) problemática; (iii) objetivos; (iv) justificativa e (v) delimitação.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A organização político-administrativa brasileira, definida na Constituição Federal de 1988, é composta pela União, Estados e Distrito Federal, e Municípios. Entidades, as quais podem atuar em conjunto, preservando-se a autonomia política, administrativa e financeira. Nesta estrutura federativa, os municípios têm papel de destaque, sendo vistos como os que melhor podem atender às demandas da população por estarem mais próximos de seus problemas e, teoricamente, de suas soluções, sendo a administração pública municipal a atividade pela qual se busca satisfazer as demandas de interesse público local, na qual os gestores procuram interpretar e avaliar as necessidades e anseios da sociedade, para atendê-las por meio dos serviços públicos (CLEMENTE, TAFFAREL, 2011).

Na atual conjuntura, em que a sociedade passou a interessar-se de forma mais clara por informações sobre gestão e transparência na administração de entes públicos, pelo comportamento dos gastos governamentais e, sobretudo com os impactos sobre o crescimento econômico, reforça-se a responsabilidade de que estas informações cheguem de forma clara e compreensível não somente à população, mas também ao próprio governo, às instituições privadas e pesquisadores, ampliando assim o leque de agentes interessados nas informações, tais quais são provenientes da contabilidade pública. Segundo KOHAMA (2013. p. 25), a contabilidade pública “é o ramo da contabilidade que estuda, orienta, controla e demonstra a organização e execução da Fazenda Pública; o patrimônio público e suas variações”. No exercício de suas funções, a contabilidade pública deve tornar-se instrumento de alcance e manutenção dos interesses públicos, sempre voltados ao atendimento à sociedade, proporcionando informação e controle.

A reforma fiscal inserida a partir da década de 1990 programou medidas visando um regime fiscal concreto para a União e seus entes subnacionais. Na época, necessitava-se de maior estabilidade macroeconômica e controle inflacionário, os quais seriam alcançados por meio de forte restrição orçamentária. O processo inflacionário disfarçava a situação das finanças públicas, forçando um equilíbrio fictício, enquanto no caso das despesas, a inflação consumia o valor real destes gastos. A fim de alcançar tal estabilidade, mudanças estruturais foram feitas, tendo início na reforma da previdência e da administração pública, resultando então na aprovação da Lei 101/2000 denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (FIORAVANTE, PINHEIRO, VIEIRA, 2008).

A edição da LRF representou um grande avanço na configuração das finanças públicas, concebendo uma mudança na estrutura do regime fiscal do país. Uma das principais mudanças ocasionadas pela implantação da lei é de fato a transformação do processo orçamentário em um instrumento de planejamento, exigindo assim que o orçamento seja elaborado de forma a cumprir metas do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (SILVA, 2012). A Lei 101/2000 foi elaborada com a intenção de melhorar a administração pública e principalmente oferecer maior transparência aos gastos públicos. Para tanto, houve a necessidade da implantação, adaptação e de ajustes na forma de evidenciação e elaboração das informações contábeis, mudanças às quais resultaram também em inúmeros obstáculos e dificuldades para os gestores responsáveis.

Em quinze anos de atuação, as inúmeras mudanças ocasionadas, dificuldades encontradas e resultados obtidos, proporcionaram também uma grande fonte de estudos para diversos pesquisadores, os quais buscaram através de produções científicas, produzir não somente conhecimentos, mas torná-los públicos, oferecendo uma resposta para a comunidade acerca das atividades realizadas durante a pesquisa e utilizando como canal de comunicação os periódicos científicos. A produção científica se caracteriza como um dos mecanismos que auxiliam a sociedade na consolidação do conhecimento sobre determinado tema, porém, para tornar possível o acesso a essas produções, cabe ao pesquisador buscar possibilidades para difundir seus achados aos demais pesquisadores e interessados no assunto (FERREIRA, 2010).

Em um período de tempo em que uma grande quantidade de trabalhos alinhados a um tema, o qual concerne toda a sociedade, são publicados por

diversos pesquisadores em diferentes áreas, a análise bibliométrica destaca-se como ferramenta para o amplo conhecimento de comunidades científicas, pois tem a capacidade de identificar comportamentos e também a qualidade das publicações, buscando estudar e avaliar as atividades de produção e comunicação científica, sendo os estudos bibliométricos mais complexos do que apenas um levantamento estatístico puro e simples, ampliando-se para análises mais complexas e diversificadas (FERREIRA, 2010).

Buscando ainda uma análise mais consistente dos diversos trabalhos publicados, Moraes (1999) afirma que a análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum, tornando-se uma ferramenta aliada a bibliometria.

Deste modo, o constante crescimento da produção científica no que tange a Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios, está diretamente ligado a uma necessidade de monitorar tal produção, que para tanto necessita de ferramentas adequadas como a bibliometria e análise de conteúdo, seja para comparar metodologias adotadas, identificar o nível de aprofundamento das pesquisas, suas principais características e elementos de destaque ou mesmo a modalidade bibliográfica mais frequente em seus referenciais.

1.2 PROBLEMÁTICA

No contexto apresentado, tem-se a seguinte pergunta de pesquisa: Como se desenvolveu a pesquisa científica nos últimos anos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Com o propósito de responder a pergunta norteadora da pesquisa, o objetivo geral consiste em mapear o desenvolvimento da pesquisa científica nos últimos anos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios.

1.3.2 Objetivos Específicos

De forma a atender o objetivo geral da pesquisa, traçaram-se os seguintes objetivos específicos:

- Selecionar um portfólio bibliográfico sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios.
- Realizar análise bibliométrica do portfólio bibliográfico e suas referências visando identificar: os principais autores; periódicos; palavras-chave; reconhecimento científico e análise temporal dos artigos, posteriormente realizando a análise cruzada do portfólio e suas referências.
- Realizar análise de conteúdo do portfólio bibliográfico, evidenciando o enquadramento metodológico dos trabalhos, categorizando-os e destacando seus objetivos, resultados e restrições.

1.4 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa terá contribuições teóricas e práticas. Em relação às contribuições teóricas podem-se elencar as seguintes: (i) panorama geral das principais publicações referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal; (ii) classificação dos principais pesquisadores e periódicos da área e (iii) evolução da pesquisa científica na área pública.

Em relação à primeira contribuição teórica, visto que em quinze anos de atuação da Lei 101/2000, muitos trabalhos surgiram com base nesta temática,

tornando-se necessária assim, uma estruturação desses estudos, possibilitando a visão de um panorama geral das principais publicações. A segunda contribuição teórica decorre da primeira, pois estruturados os principais trabalhos alinhados a temática da Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios, tem-se uma perspectiva geral não apenas das pesquisas, mas também dos principais nomes e fontes de pesquisa. Em relação à terceira contribuição teórica, vários pesquisadores vêm intensificando estudos em que buscam analisar como estão sendo desenvolvidas e difundidas as pesquisas científicas em contabilidade, entretanto mesmo sendo um campo de extrema importância social, a pesquisa em Contabilidade Pública encontra-se em sua fase inicial quando comparada a outras áreas da Ciência Contábil, necessitando assim que se desenvolvam novos trabalhos, os quais contribuam também para evolução da transparência e da prestação de contas dos gestores públicos com a sociedade.

Em relação às contribuições práticas podem-se elencar as seguintes: (i) auxílio de forma estruturada para futuras pesquisas e (ii) perspectivas gerais dos primeiros quinze anos de atuação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em relação à primeira contribuição prática, busca-se por meio da análise bibliográfica evidenciar o desenvolvimento da produção científica e suas características, gerando uma rede de referências pertinente ao tema, tornando-se assim relevante aos acadêmicos e pesquisadores que futuramente direcionarem suas pesquisas para a área pública, tendo fontes de pesquisas alinhadas ao tema, bem como os principais autores e referências desta área. Em relação à segunda contribuição prática, por meio da análise de conteúdo, busca-se demonstrar os principais resultados e análises consideradas nos trabalhos realizados durante o período em que a Lei está em vigor, destacando as principais mudanças, problemas e soluções encontradas e futuras perspectivas apresentadas pelos pesquisadores.

1.5 DELIMITAÇÃO

A pesquisa será realizada em duas bases de dados, sendo elas *Google Acadêmico* e *Spell*, de forma a apresentar uma maior abrangência de conteúdo, sendo analisados primeiramente diversos trabalhos referentes ao tema

Responsabilidade Fiscal e em seguida uma seleção de artigos que contemplem o assunto abordado, enfatizando a aplicação nos municípios e levando em consideração o período de 2000 a 2015, formando assim o portfólio bibliográfico a ser analisado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão tratados os três eixos teóricos que norteiam o trabalho:

(i) Lei de Responsabilidade Fiscal, (ii) Análise Bibliométrica e (iii) Análise de Conteúdo.

2.1 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

2.1.1 Definições e panorama geral da Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar nº 101 – entrou em vigor em 4 de maio de 2000. Essa lei prevê um mecanismo de maior controle nas contas públicas, de modo que o governo não contraia empréstimos ou dívidas, sendo assim um mecanismo de fiscalização e transparência.

A referida Lei traz em seu Artigo 1º:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

A gestão pública caracteriza-se como sendo um processo bastante complexo, pois envolve uma verdadeira organização de sistemas financeiros, orçamentários e patrimoniais, voltados a atender as necessidades públicas. Até o ano de 2000, esse processo era conduzido sem muito rigor pela Lei nº 4320/1964, oportunidade em que foi inserido no ordenamento jurídico brasileiro a Lei Complementar nº 101, estabelecendo novas regras para a gestão pública (ARAÚJO, 2013).

No Brasil, a administração pública em suas três esferas, executiva, legislativa e judiciária, sempre foi alvo de denúncias de irregularidades e fraudes,

devidas à falta de uma legislação específica que regulamentasse a gestão financeira dos órgãos públicos, que em consequência contribuiu para que uma soma incalculável de recursos públicos fosse desviada ou simplesmente mal utilizada. No entanto, no ano de 2000 quando ocorreu a sanção da Lei Complementar nº 101, também conhecida como Lei da Responsabilidade Fiscal, foi possível então vislumbrar uma nova dimensão à responsabilidade na administração pública (ARAÚJO, 2013).

A partir da Constituição de 1988 alguns instrumentos básicos de planejamento tornaram-se obrigatórios, a Lei de Responsabilidade Fiscal reúne, em um único dispositivo, normas de planejamento, orçamento, receita, despesa, dívida pública e endividamento. A lei busca principalmente o controle dos atos da Administração Pública, com o intuito de uma gestão fiscal responsável que deverá ocorrer mediante cuidadoso planejamento, uma execução que busque o equilíbrio das contas públicas, a prevenção dos riscos, o cumprimento de metas propostas e, principalmente, a transparência dos atos da Administração Pública (KALIFE, 2004).

Pelicioli (2000) destaca que a Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal configura um sistema de planejamento, execução orçamentária e disciplina fiscal, o qual tem por objetivo controlar o *déficit* público para estabilizar a dívida em um nível suportável para a condição de economia emergente. Para tanto, os municípios e demais entes deverão preparar-se para fazer previsões de médio prazo de três a quatro anos para todas as suas receitas e despesas e acompanhá-las mensalmente, bem como dispor de um bom sistema de controle de suas finanças, principalmente para o controle de suas dívidas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal está apoiada em seis principais pilares, conforme demonstrado na Figura 1.



Figura 1: Pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal
Fonte: Adaptado de Silva, Lopes, Pederneiras e Paulo (2012)

Para Silva e Bonacim (2010) a finalidade da criação da Lei 101/2000 foi instituir métodos executivos para os órgãos públicos, a fim de corrigir os desencontros entre a arrecadação e o gasto orçamentário, desta forma sanando a deficiência encontrada pelo país na gestão de bens públicos. Propondo assim uma gestão fiscal não somente eficiente como também padronizada de tal forma que englobaria a união, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

2.1.2 Aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal

A principal inovação originada pela criação da LRF foi de fato uma gestão fiscal responsável, que além do equilíbrio das contas públicas busca também a transparência das mesmas. Araújo (2013) destaca que o objetivo central da lei não é punir os entes públicos, mas auxiliar os gestores em seu trabalho à frente da máquina administrativa, para que possam conduzir a gestão pública de forma

eficiente e transparente. Desta forma, o princípio da transparência ganha maior importância, como a obrigatoriedade da apresentação dos relatórios da execução orçamentária e da gestão fiscal, tendo ainda o amparo do princípio da publicidade, o qual determina que todo ato da administração pública seja levado ao conhecimento da sociedade.

Com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal a gestão das contas públicas de fato tornou-se mais transparente e equilibrada. A dinâmica da LRF não somente fixou normas de finanças públicas, exigindo mais responsabilidade na gestão fiscal, como também tornou a gestão pública mais planejada e transparente, de forma a evitar desvios e prevenir riscos, que como consequência desequilibram as contas públicas (ARAÚJO, 2013).

De acordo com art. 1º são obrigados pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conforme a Figura 2:



Figura 2: Abrangência da Lei de Responsabilidade Fiscal
Fonte: Adaptado de Silva, Lopes, Pederneiras e Paulo (2012)

Tendo em vista o planejamento, se faz necessária a previsão de ingressos e saídas dos cofres públicos, por meio de três eixos fundamentais: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Sendo assim, o PPA firma as diretrizes, objetivos e metas da administração pública

para as despesas de capital, compreendendo os programas de governo e seus principais elementos constitutivos, tendo uma duração de quatro anos. Já a LDO explana o plano tático das prioridades e metas que devem deter os entes da administração pública, incluindo as despesas de capital a serem utilizadas em seu exercício financeiro subsequente, bem como a política de aplicação de fomento. É possível dizer que a LOA representa a concretização das metas e objetivos estabelecidos no PPA, com detalhamento do orçamento fiscal, de investimentos e da seguridade social, entre outros (DURÃO, 2012).

Kelles (2010) considera a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal como o mais importante marco regulatório fiscal brasileiro, visto que inúmeros benefícios vêm sendo sentidos em todas as esferas da Administração Pública brasileira, como a maior preocupação do gestor público com a alocação dos recursos retirados da sociedade para financiar as políticas públicas, em trabalhar o ciclo orçamentário percorrendo a trindade orçamentária com coerência, estrutura, consistência e harmonia entre programas e ações.

2.1.3 Importância contábil originada pela Lei de Responsabilidade Fiscal

A contabilidade pública (também denominada de contabilidade governamental ou de contabilidade aplicada ao setor público) é vista como uma ferramenta essencial aos órgãos públicos, pois não trata apenas de processos de escrituração das contas públicas, mas também serve como um instrumento de apoio aos gestores públicos na tomada de decisões, alertando os gestores quanto à responsabilidade em relação ao dinheiro público e disponibilizando elementos que facilitem o controle externo dos atos da administração pública no que diz respeito à captação de receitas e à realização de despesas (ARAÚJO, 2013).

Para Silva e Bonacim (2010), porém, as informações fornecidas pela contabilidade governamental não apresentam uma grande contribuição para o fortalecimento do sistema de informações do Governo, pois são editados em prazos incompatíveis com os exigidos para a adequada tomada de decisões e por darem ênfase a aspectos legais para a evidenciação do patrimônio, deixando de lado os aspectos qualitativos ou quantitativos. Ainda segundo os autores, a contabilidade pública deve romper com o paradigma da aderência do fato contábil a sua consonância com a lei, pois a importância da divulgação está no registro dos

eventos econômicos, segundo sua ocorrência econômica ou de custos sobre o patrimônio público.

A aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal destacou ainda mais a valorização do contabilista, tanto pelas escriturações contábeis como pela divulgação dos relatórios. Durão (2012) destaca a importância do profissional contábil, pois seria impossível gerir a máquina pública sem acolhimento destes profissionais para organização, detalhando e escriturando as informações e auxiliando na tomada de decisões dos gestores de qualquer esfera pública, com as informações disponíveis a qualquer cidadão interessado.

Contudo, é essencial o profissional contábil estar atento as vertentes da contabilidade pública, seja pela aplicação dos princípios fundamentais da contabilidade, pela utilização das normas contábeis sobre o controle patrimonial dos entes governamentais, ou mesmo no uso de verbas públicas por convênios de cooperação (DURÃO, 2012).

2.1.4 O município na Lei de Responsabilidade Fiscal

Os municípios, no Brasil, existem desde o período colonial e tiveram na Constituição de 1988 seu auge no que diz respeito à autonomia.

Destaca-se a autonomia municipal quanto: (i) a organização dos municípios, realizada por meio das Leis Orgânicas Municipais, com a observância dos limites impostos pela Constituição Federal; (ii) ao processo eleitoral, baseada na eleição de Prefeitos e Vereadores em sufrágio universal, dentro das normas estabelecidas no direito eleitoral brasileiro; bem como, a definição das situações que podem resultar na cassação do mandato de agentes políticos e os procedimentos que devem ser adotadas nessas situações; (iii) a instituição, arrecadação e aplicação dos recursos decorrentes dos tributos de sua competência; (iv) a elaboração e execução do planejamento financeiro e orçamentários municipal por intermédio do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), observando as normas comuns a todos os entes públicos; (v) a definição das estruturas administrativas municipais envolvendo: regime jurídico dos servidores; planos de cargos, salários e carreiras; regime previdenciário; estrutura organizacional (organograma) entre outros. (GERIGK, CLEMENTE, TAFFAREL; 2011).

Os autores destacam ainda que, no âmbito municipal, que a gestão financeira refere-se aos procedimentos empregados na obtenção e administração dos recursos financeiros – receitas públicas – necessários para a realização dos serviços públicos e dos programas de interesse local, que constam no orçamento municipal e são executados ou desenvolvidos por intermédio das despesas públicas. Desta forma, os municípios, na execução de suas atividades e realização de seus fins, devem obter meios financeiros, seja pela exploração de seu patrimônio, pelas contribuições representadas pelos tributos municipais ou pela participação nas receitas do governo estadual e da União.

O ciclo da gestão financeira municipal tem dois tipos de contribuinte os que estão dentro e os que estão fora do território municipal. Os municipais contribuem tanto, diretamente para as receitas dos municípios, por meio dos tributos, contribuições e serviços cobrados; quanto em conjunto com os demais contribuintes para as receitas da União e dos Estados, que são repassadas aos municípios na forma de transferências ou, ainda, na forma de empréstimos. Depois de arrecadadas as receitas são geridas pelos municípios e aplicadas nas despesas produzindo os serviços públicos, que são usufruídos pela população e pelos contribuintes municipais (GERIGK, CLEMENTE, TAFFAREL; 2011).

2.2 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Na Conferência da *Aslib* em *Leamington Spa*, *Ranganathan* surgiu a necessidade de os bibliotecários desenvolverem a “bibliotecometria”, pois em 1948 as bibliotecas lidavam com uma grande quantidade de números sem contar com algum tipo de ferramenta que os auxiliasse. Porém, somente em 1969, no seminário anual do *Documentation Research and Training Centre* (DRTC), foi apresentado um trabalho com alguns exemplos de aplicação da estatística na biblioteconomia. Com base nesse trabalho de *Ranganathan* e em pesquisas realizadas no DRTC, *Neelameghan* (1969) esboçou a aplicabilidade da bibliotecometria, ou bibliometria, como se tornou conhecida (VANTI, 2002).

FONSECA (1986 *apud* VANTI, 2002, p. 10) define a bibliometria como uma técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e

disseminação do conhecimento científico. Ferreira (2010) complementa o conceito dizendo que os estudos bibliométricos são mais complexos do que apenas um levantamento estatístico puro e simples, ampliando-se para análises mais complexas e também diversificadas, tornando-se assim uma ferramenta de ampla utilidade para a ciência.

A Bibliometria possui três leis básicas: Lei de Bradford (produtividade de periódicos), Lei de Lotka (produtividades de autores) e Lei de Zipf (frequência de ocorrência de palavras). A Lei de Lotka pode ser apontada como a medição da produtividade dos autores, mediante um modelo de distribuição tamanho-frequência dos diversos autores em um conjunto de documentos, enquanto a Lei de Zipf consiste em medir a frequência da aparição das palavras em vários textos, originando uma lista ordenada de termos de uma determinada disciplina ou contexto. Já a Lei de Bradford admite, mediante a avaliação da produtividade das revistas, estabelecer o núcleo e as áreas de dispersão sobre um apontado assunto em um mesmo conjunto de revistas (VANTI, 2002).

Araújo (2006) destaca ainda que a Lei de Lotka foi estabelecida a partir de um estudo sobre a produtividade de cientistas, com a contagem de autores presentes no Chemical Abstracts, entre 1909 e 1916. Lotka percebeu então que uma larga proporção da literatura científica é produzida por um pequeno número de autores e um grande número de pequenos produtores se coincide, em produção, ao reduzido número de grandes produtores, desde então, a lei tornou-se elemento de larga produção científica. Já a Lei de Bradford incide sobre conjuntos de periódicos, Bradford realiza uma série de estudos com o objetivo de descobrir a extensão na qual artigos de um assunto científico específico apareciam em periódicos destinados a outros assuntos, estudando a distribuição dos artigos em termos de variáveis de proximidade ou de afastamento, tais estudos culminam, em 1934, com a formulação da lei da dispersão. Enquanto a Lei de Zipf descreve a relação entre palavras num determinado texto suficientemente grande e a ordem de série destas palavras (contagem de palavras em largas amostragens). Zipf, analisando a obra *Ulisses* de James Joyce, encontrou uma correlação entre o número de palavras diferentes e a frequência de seu uso e concluiu que existe uma regularidade fundamental na seleção e uso das palavras e que um pequeno número de palavras é usado muito mais frequentemente.

No Brasil, os estudos bibliométricos ganharam força na década de 1970, principalmente com os estudos realizados no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD, hoje Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica, IBICT. Ao longo da década de 1980 houve uma queda no interesse pelo estudo, tanto no Brasil como no exterior, porém no início dos anos 1990, com as possibilidades do uso do computador, voltou a se ter um maior interesse na exploração das metodologias quantitativas (ARAÚJO, 2006).

Araújo (2006) ainda destaca que a bibliometria vem se consolidando como método de estudo dentro de uma preocupação com leituras mais ricas da realidade, mais atentas às reivindicações contemporâneas. A imensa popularidade que a bibliometria passou a ter após as possibilidades digitais foi acompanhada de uma série de avanços relativos ao aperfeiçoamento das leis bibliométricas e pela busca de fundamentação teórica e conceitos oriundos dos contextos concretos em que os fenômenos informacionais ocorrem.

2.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Moraes (1999) define a análise de conteúdo como “uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos”. A qual conduz as descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, auxiliando na reinterpretação das mensagens e atingindo uma compreensão de seus significados num nível além de uma leitura comum. Faz parte ainda de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais, sendo bem mais que uma simples técnica de análise de dados, concebendo uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias (MORAES, 1999).

Em sua evolução, a análise de conteúdo tem oscilado entre dois pontos distintos: de um lado o rigor da suposta objetividade dos números e do outro a fecundidade sempre questionada da subjetividade. O que se tem notado ao longo do tempo tem sido a valorização das abordagens qualitativas, sobretudo com o uso da indução e a intuição como estratégias para atingir níveis de compreensão mais aprofundados dos fenômenos que se propõe a investigar. Entretanto, qualquer de

suas abordagens fornece informações complementares ao leitor crítico de uma mensagem, visto também como método de investigação, a análise de conteúdo compreende procedimentos especiais para o processamento de dados científicos. Pode-se definir como uma ferramenta, um guia prático para a ação, sempre restaurada em função dos problemas cada vez mais diversificados que se propõe a pesquisar (MORAES, 1999).

Silva, Gobbi e Simão (2005) definem o método da análise de conteúdo como uma ferramenta para a compreensão da construção de significado que os atores utilizam em seus trabalhos. Os autores defendem ainda como básicas nos trabalhos com a análise de conteúdo: (i) pré-análise; (ii) descrição analítica e (iii) interpretação referencial.

Na pré-análise (organização do material) reúnem-se todos os materiais que serão utilizados para a coleta dos dados, assim como outros materiais que podem ajudar a entender melhor o fenômeno e fixar o que o autor define como corpus da investigação. Na descrição analítica o material reunido que constitui o corpus da pesquisa é mais bem aprofundado, sendo orientado em princípio pelas hipóteses e pelo referencial teórico. Por fim, na interpretação referencial (análise propriamente dita), a reflexão, a intuição, com embasamento em materiais empíricos, estabelecem relações com a realidade aprofundando as conexões das ideias.

Na análise de conteúdo os dados podem ser analisados tanto quantitativamente quanto qualitativamente. De modo quantitativo pode-se quantificar a ocorrência de palavras e/ou conceitos importantes para o pesquisador bem como a importância destes. Enquanto na abordagem qualitativa podem ser feitas análises mais profundas destas palavras e/ou conceitos e, no sentido de identificar relações em torno de termos ou temas centrais à pesquisa, levar à proposição de hipóteses e pensamentos que poderão ser averiguados por técnicas estatísticas variadas (ROSSI; SERRALVO E JOÃO, 2014).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo está estruturado da seguinte forma: (i) enquadramento metodológico e (ii) procedimento para coleta e análise de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Prodanov e Freitas (2013, p. 49) destacam que a pesquisa científica objetiva conhecer cientificamente um ou mais aspectos de determinado assunto. Para tanto, deve ser sistemática, metódica e crítica de modo que o produto da pesquisa científica contribua para o avanço do conhecimento humano.

Nessa pesquisa, como demonstrado na Figura 3, à natureza do objetivo terá caráter exploratório e descritivo, a abordagem da pesquisa será de modo qualitativo e quantitativo e a coleta de dados será realizada de forma secundária.

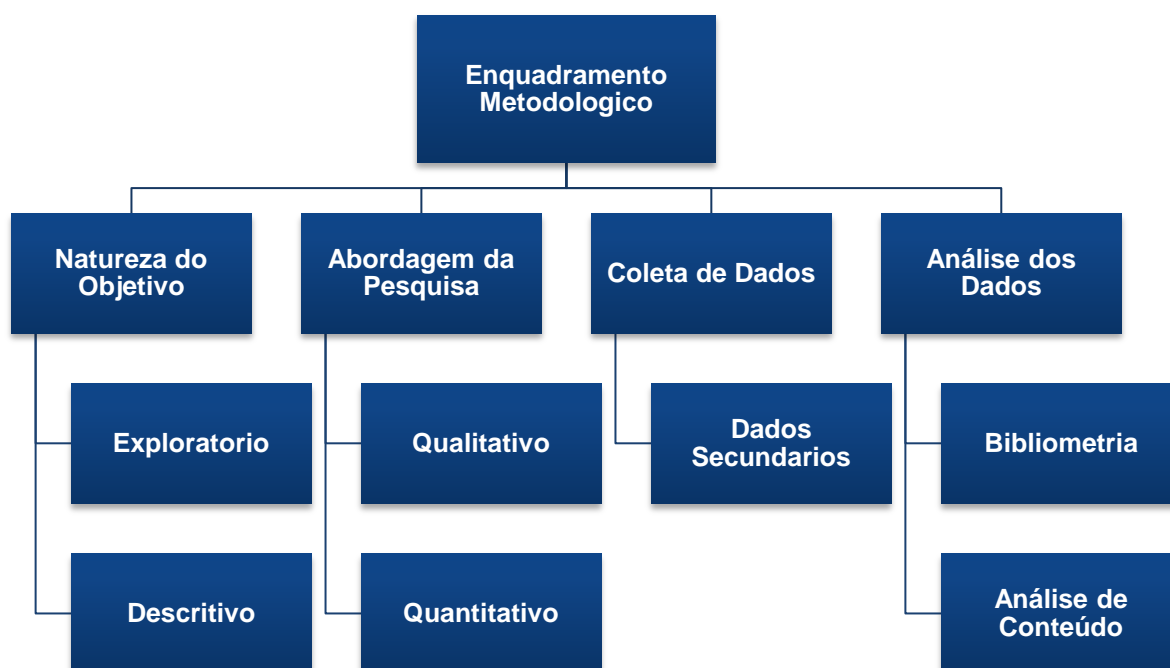


Figura 3: Enquadramento Metodológico da Pesquisa
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

A pesquisa é considerada exploratória, pois busca levantar informações sobre um determinado objeto, considerado na pesquisa como a Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), delimitando assim um campo de trabalho e mapeando as condições de manifestação desse objeto, tais quais serão destacadas com a classificação de um portfólio bibliográfico alinhado ao tema e as posteriores análises realizadas (SEVERINO, 2007). Gil (1946) ainda complementa que as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, apresentando como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, tendo um planejamento flexível, de modo a possibilitar os mais variados aspectos estudados.

A fim de conhecer e quantificar as pesquisas realizadas no tocante à Lei de Responsabilidade Fiscal em seu primeiro período de atuação (2000-2015) torna-se necessário um estudo quali-quantitativo, pois como destacado por Creswell (2010, p. 26), a pesquisa qualitativa é um meio de explorar e entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema, enquanto a pesquisa quantitativa é um meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre as variáveis.

Para a coleta de dados, visto que serão utilizadas as informações contidas em artigos científicos, serão utilizados dados secundários, os quais consistem em informações já existentes em outras fontes, que se encontram à disposição do pesquisador. As informações pertinentes ao objeto de estudo são coletadas, tabuladas e analisadas com o objetivo de produzir conhecimento a partir da conexão de dados antes dispersos nessas fontes. Dados secundários “são informações prontas disponíveis em livros, revistas, *internet*” (SILVA, 2005 - p. 105).

Nesse estudo são empregadas ainda as técnicas de bibliometria e análise de conteúdo. A bibliometria é empregada como ferramenta para medir a produção científica, fazer o levantamento do inventário das atividades científicas em uma busca criteriosa nas publicações, a qual resultará em um mapeamento geral das pesquisas realizadas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios. Enquanto a análise de conteúdo, como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, busca compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto de tais publicações (SEVERINO, 2007).

3.2 PROCEDIMENTO PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

3.2.1 Seleção do Portfólio Bibliográfico

A seleção do Portfólio Bibliográfico foi realizada a partir da determinação da palavra-chave, definida nesse estudo como “Responsabilidade Fiscal”. Após definida a palavra-chave foram definidas também as bases de dados para realização da busca dos artigos, nesse caso as bases de dados *Google Acadêmico* e *Spell*.

A seleção inicial do portfólio bibliográfico, de acordo com as bases de dados definidas, está representada na Figura 4.

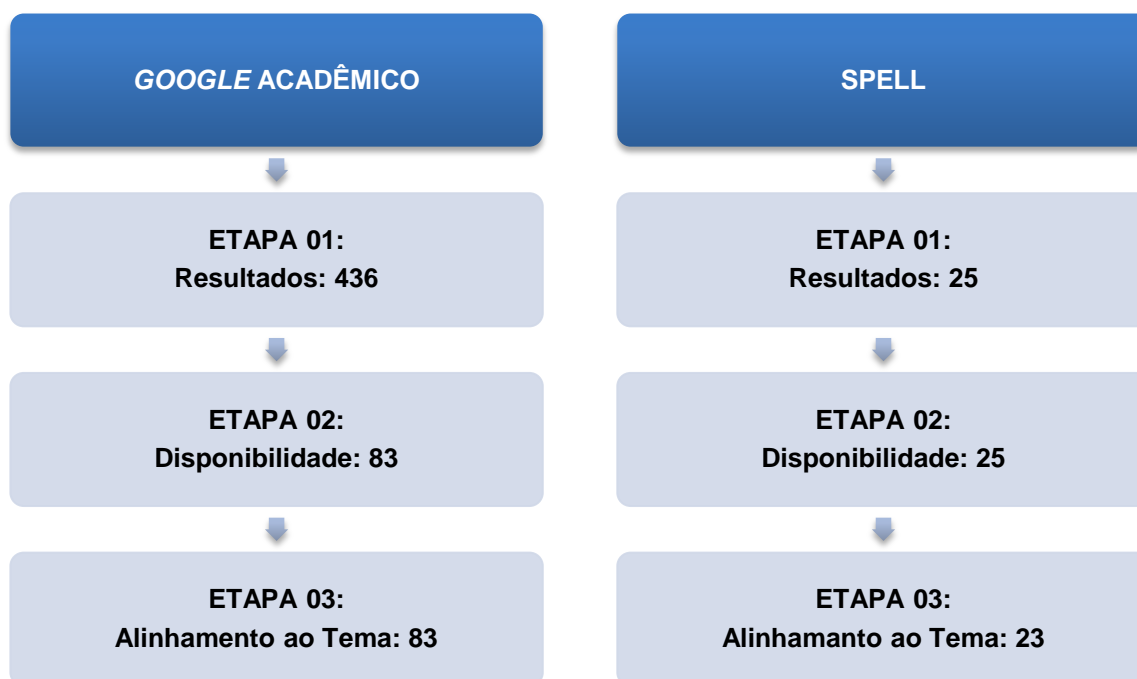


Figura 4: Seleção dos artigos nas bases de dados
Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Na Etapa 01, para a seleção dos artigos no *Google Acadêmico* foram utilizados os seguintes filtros:

- encontrar artigos com as palavras: Responsabilidade Fiscal;
- onde as palavras ocorrem: No título do artigo;
- exibir artigos com data entre 2000 – 2015;

- idioma: Português.

Resultando num total de 436 resultados.

Na base de dados Spell:

- título do Documento: Responsabilidade Fiscal;
- período de Publicação: 2000 – 2015;
- tipo de Documento: Artigo;
- área de Conhecimento: Administração, Contabilidade e Economia;
- idioma: Português.

Resultando num total de 25 resultados.

Na Etapa 02, foram filtrados então com base na disponibilidade dos mesmos na íntegra das bases consultadas e posteriormente na Etapa 03, classificados de acordo com o alinhamento dos títulos com o tema proposto. Constitui-se assim uma amostra de 106 artigos, sendo que 14 artigos foram encontrados em ambas as bases de dados Google Acadêmico e Spell, restando então 92 artigos.

Na sequência foi determinado o reconhecimento científico dos artigos com classificação na Qualis/CAPES, na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, conforme a Tabela 1, sendo que dos 92 artigos examinados, 51 deles são classificados nessa área.

Tabela 1: Classificação Qualis/CAPES dos artigos para seleção do PB

Classificação Qualis/CAPES - Administração, Ciências Contábeis e Turismo	Nº de Artigos	%
A2	5	10%
B1	5	10%
B2	8	16%
B3	14	27%
B4	7	14%
B5	7	14%
C	5	10%
TOTAL	51	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Foram selecionados apenas os artigos classificados na Qualis/CAPES nas categorias A2, B1, B2 e B3, de modo a analisar a literatura científica de maior impacto, formando assim uma amostra composta por 32 artigos, sendo que a categoria A2 e B1 representam 16% cada do total de artigos, a categoria B2 25% e a categoria B3 com a maior participação, num total de 43%.

A pesquisa apresenta como tema central a Lei de Responsabilidade Fiscal, porém com foco nos municípios, desta forma, como último critério de seleção dos artigos para compor o portfólio bibliográfico, foram selecionados os artigos cujos estudos foram realizados em nível municipal, sendo que dos 32 artigos pré-selecionados, 19 artigos enquadram-se neste critério. Deste modo o portfólio final, a partir do qual serão realizadas as análises bibliométrica e de conteúdo, fica composto por 19 artigos, dentre os quais três artigos classificados na categoria A2, dois artigos na categoria B1, sete artigos na categoria B2 e sete artigos na categoria B3. O portfólio bibliográfico está representado no Quadro 1.

	Título do Artigo	Ano	Periódico	Classificação - Qualis Capes	Autores
1	Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no Endividamento dos Municípios Brasileiros: Uma Análise de Dados em Painéis.	2009	Revista Contabilidade & Finanças	A2	MACEDO, Joel de Jesus, CORBARI, Ely Célia
2	O Impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal no Desempenho Financeiro e na Execução Orçamentária dos Municípios no Rio Grande do Sul de 1997 a 2004.	2011	Revista de Administração Pública	A2	SANTOS, Sandra Regina Toledo dos, ALVES, Tiago Wickstrom
3	Os Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no Endividamento dos Municípios do Piauí.	2013	Revista de Administração Pública	A2	LINHARES, Fabricio; PENNA, Christiano, BORGES, Glenda
4	Lei de Responsabilidade Fiscal e Implicações na Despesa de Pessoal e de Investimento nos Municípios Mineiros: Um Estudo com Dados em Painel Dinâmico	2009	Estudos Econômicos	B3	SANTOLIN, Roberto; JAYME JR., Frederico Gonzaga; REIS, Júlio César dos

	Título do Artigo	Ano	Periódico	Classificação - Qualis Capes	Autores
5	A Influência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) na Tomada de Decisão pelos Gestores Públicos Municipais.	2005	Contabilidade Vista & Revista	B1	MAGALHÃES, Elizete Aparecida de, FARONI, Walmer; MAGALHÃES, Elenice Maria de; SILVEIRA, Suely De Fátima Ramos
6	O Município na Lei de Responsabilidade Fiscal.	2004	Revista Brasileira de Gestão de Negócios	B1	BIRCK, Luiz Gilberto; SHIKIDA, Pery Francisco Assis; SCHALLENBERGER, Erneldo
7	O Impacto da Lei De Responsabilidade Fiscal sobre a Gestão Financeira Municipal: um Estudo com os Municípios do Paraná	2011	Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)	B2	GERIGK, Willson; CLEMENTE, Ademir; TAFFAREL, Marinês
8	Impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre os Componentes da Despesa dos Municípios Gaúchos: Análise Econométrica	2009	Ensaio FEE	B2	CHIEZA, Rosa Angela; ARAÚJO, Jorge Paulo de; SILVA JR., Geraldo Edmundo
9	Análise dos Instrumentos de Transparência contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal nos Municípios da Região Sul.	2013	Revista Ambiente Contábil	B2	NUNES, Gissele Souza de Franceschi; SANTOS, Vanessa dos; FARIAS, Sueli, SOARES, Sandro Vieira
10	Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a Prestação de Contas das Prefeituras Catarinenses.	2010	RACE	B2	CAMARGO, Maria Emilia; SEHNEM, Alyne
11	A Influência dos Gastos do FUNDEB sobre o Índice de Pessoal e Encargos Sociais determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal: um Estudo de Caso no Município de Barra de Santa Rosa/PB	2010	Sociedade, Contabilidade e Gestão	B2	QUEIROZ, Dimas Barrêto de, CORREA, Renata Paes de Barros, DAMASCENA, Luzivalda Guedes, CHAGAS, Milton Jarbas Rodrigues, ALVES, Karla Roberta Castro Pinheiro
12	O Padrão do Endividamento Público nos Municípios Brasileiros de Porte Médio após a Lei de Responsabilidade Fiscal	2014	Revista Ambiente Contábil	B2	GERIGK, Willson, Clemente, Ademir, RIBEIRO, Flávio
13	A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Impacto sobre o Endividamento dos Municípios Potiguares.	2012	Revista Contemporânea de Economia e Gestão	B2	MELLO, Gilmar Ribeiro de, DALCHIAVON, Eloisa Carla

	Título do Artigo	Ano	Periódico	Classificação - Qualis Capes	Autores
14	Contabilidade Governamental: uma Análise da Implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal em Municípios Paulistas.	2008	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	B3	AMARAL, Paulo Ferreira, MARINO JR., João BONACIM, Carlos Alberto Grespan
15	Uma Análise dos Índices da Lei de Responsabilidade Fiscal nos Municípios Paulistas após a Implantação do Projeto AUDESP	2013	Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	B3	AZEVEDO, Ricardo Rocha
16	Uma Investigação sobre a Inconsistência entre o FUNDEB e a Lei de Responsabilidade Fiscal quanto a Despesa com Pessoal e Encargos Sociais: um Estudo nos Municípios Paraibanos nos anos de 2009 A 2012.	2014	Registro Contábil	B3	QUEIROZ, Dimas Barrêto de, LEITE FILHO, Paulo Amilton Maia, VASCONCELOS, Adriana Fernandes, QUEIROZ, Ricardo Medeiros de
17	Evidenciação Contábil nos Municípios Mineiros: atendimento ao Artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal	2008	Pensar Contábil	B3	SOUZA, Antônio Artur de, BOINA, Terence, AVELAR, Ewerton Alex, GOMIDE, Pedro Lúcio Rodrigues
18	A Compreensibilidade dos Cidadãos de um Município Gaúcho acerca dos Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal publicados nos Jornais.	2011	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	B3	GALLON, Alessandra Vasconcelos, TREVISAN, Ronie, PFITSCHER, Elisete Dahmer, LIMONGI, Bernadete
19	A Lei de Responsabilidade Fiscal nos Municípios – uma Revisão Crítica.	2005	REUNA	B3	ANDRADE , Nilton de Aquino, FORTES, Mauri

Quadro 1: Portfólio Bibliográfico
Fonte: Dados da pesquisa (2015)

3.2.2 Procedimentos para Análise Bibliométrica

A análise bibliométrica será realizada em um primeiro momento no portfólio bibliográfico já definido, composto por seus 19 artigos selecionados. Posteriormente serão selecionadas todas as suas referências de forma a realizar uma nova análise

dos artigos publicados em periódicos que contemplam as referências. O processo para a análise bibliométrica esta representado na Figura 5.

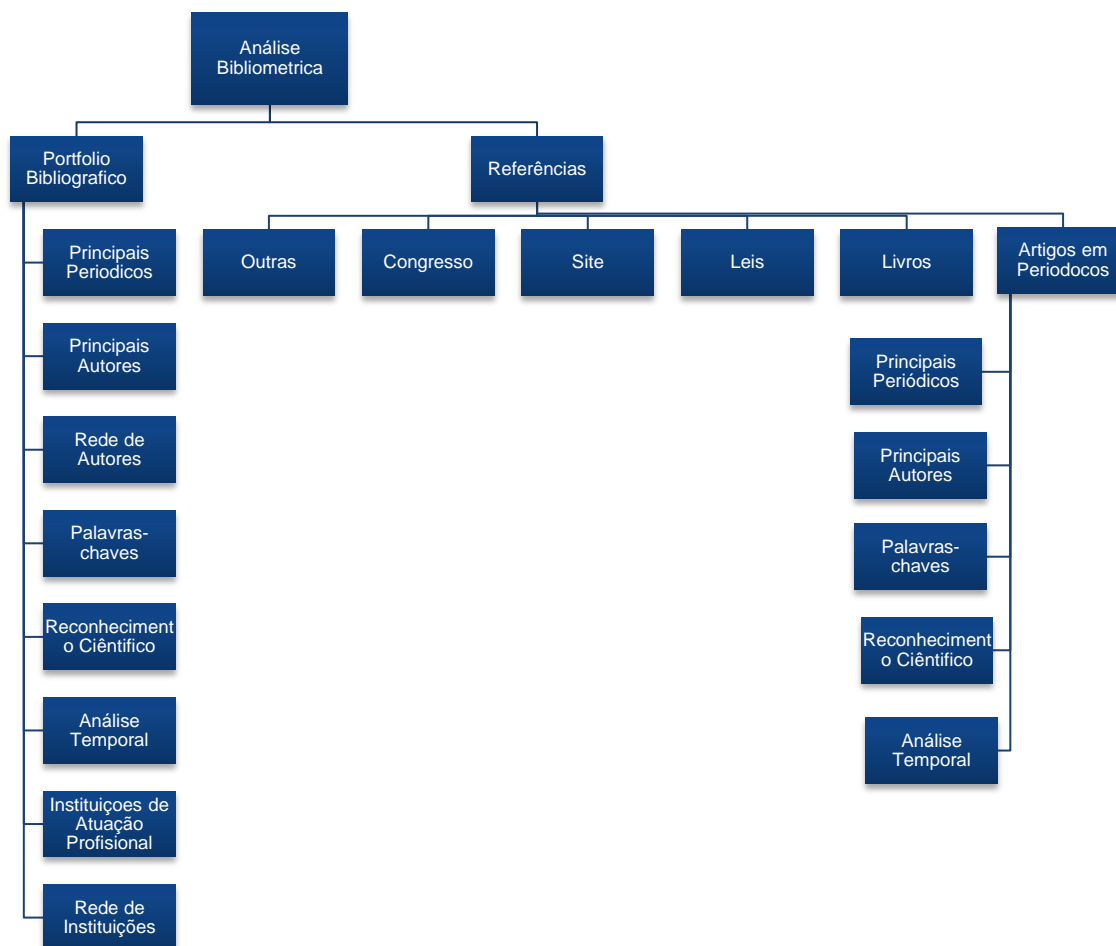


Figura 5: Análise Bibliométrica
Fonte: Elaborado pela autora

A partir do portfólio bibliográfico serão evidenciados: (i) principais periódicos; (ii) principais autores; (iii) rede de autores; (iv) palavras-chave; (v) reconhecimento científico; (vi) análise temporal; (vii) instituições de atuação profissional dos autores e (viii) rede de instituições. Para a seleção das referências, essas serão classificadas em: (i) artigos; (ii) livros; (iii) sites; (iv) leis; (v) congressos e (vi) outros. Uma nova análise bibliométrica será realizada com base nos artigos publicados em periódicos, buscando evidenciar: (i) principais periódicos; (ii) principais autores; (iii) palavras-chave; (iv) reconhecimento científico e (v) análise temporal.

Diante dos respectivos resultados de ambas as análises bibliométricas, será então realizada uma análise cruzada entre elas, destacando: (i) principais artigos; (ii) principais autores e (iii) principais periódicos.

3.2.3 Procedimentos para Análise de Conteúdo

A fim de descrever e interpretar o conteúdo dos trabalhos referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios, a análise de conteúdo será realizada buscando destacar o enquadramento metodológico dos artigos e através da categorização dos mesmos, seus objetivos, resultados e restrições.

A forma em que será realizada a análise do enquadramento metodológico dos artigos do portfólio bibliográfico está representada na Figura 6.

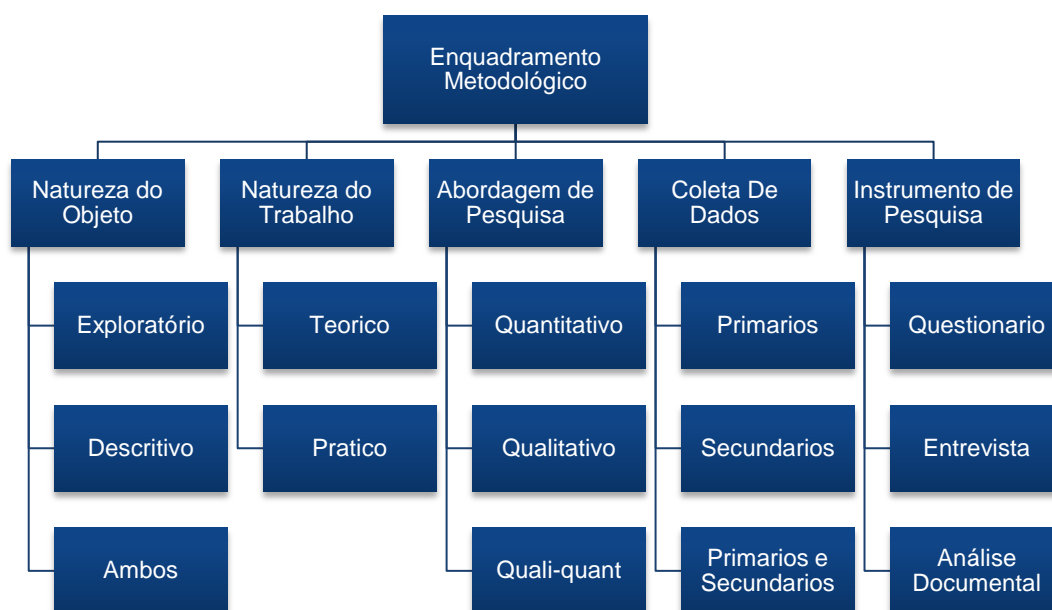


Figura 6: Enquadramento Metodológico para Análise de Conteúdo.
 Fonte: Elaborado pela autora (2015)

O enquadramento metodológico será avaliado da seguinte forma: (i) natureza do objeto: na qual serão classificados os trabalhos em: exploratório, descritivo ou ambos; (ii) natureza do trabalho: classificação na qual serão demonstrados os trabalhos teóricos e práticos; (iii) abordagem de pesquisa: em que os trabalhos são considerados pelas abordagens quantitativas, qualitativas ou quali-quantitativas; (iv) coleta de dados: demonstram se os dados utilizados na pesquisa

são primários, secundários ou ambos; e (v) instrumentos de pesquisa: evidenciam qual o instrumento utilizado pelos autores durante a pesquisa, classificando-os em questionário, entrevista ou análise documental.

Os principais pontos a serem evidenciados nos trabalhos são: (i) objetivos do estudo; (ii) resultados obtidos e (iii) restrições encontradas. Para tanto, serão analisados posteriormente a categorização dos trabalhos em quatro principais blocos de pesquisa, conforme a Figura 7.

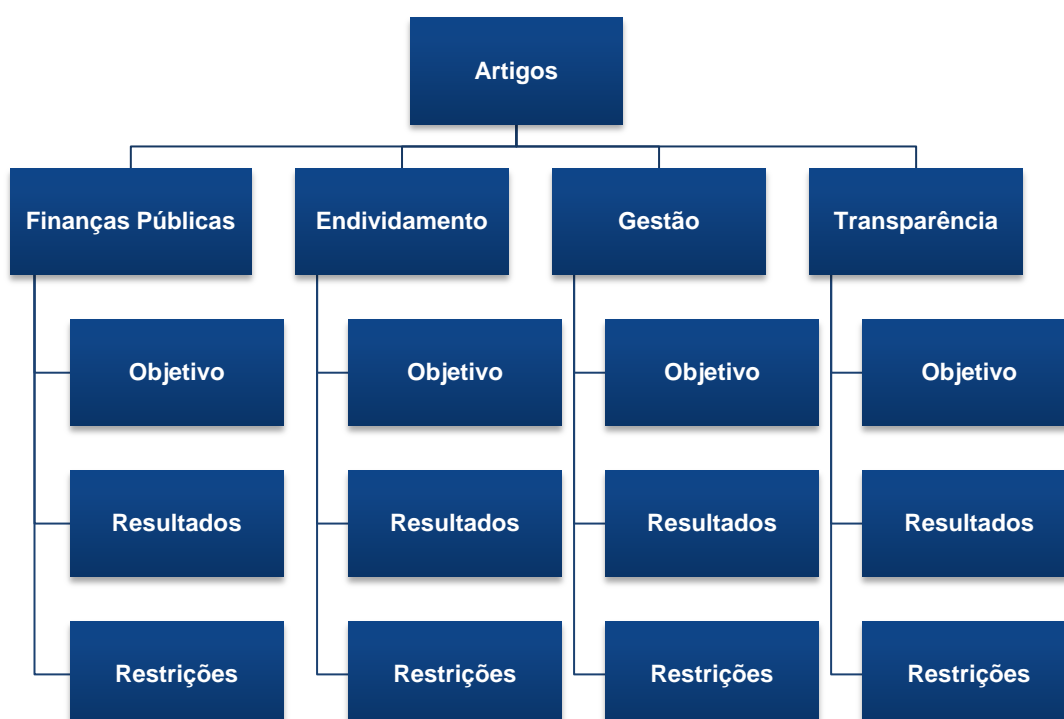


Figura 7: Categorização dos trabalhos
Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Como forma de categorização serão elencados os trabalhos de acordo com quatro blocos, os quais foram definidos em conformidade com os principais pontos abordados nos trabalhos, bem como seu alinhamento com os títulos e palavras-chave, definindo assim os blocos em: (i) finanças públicas; (ii) endividamento; (iii) gestão e (iv) transparência.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O capítulo está estruturado da seguinte forma: (i) resultados da análise bibliométrica do portfólio bibliográfico; (ii) resultados da análise bibliométrica das referências do portfólio bibliográfico; (iii) resultados da análise do portfólio e suas referências e (iv) resultados da análise de conteúdo.

4.1 RESULTADOS DA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DO PORTFÓLIO BIBLIOGRÁFICO

4.1.1 Principais Periódicos do Portfólio Bibliográfico

A fim de destacar a relevância dos periódicos, os quais possuem publicações alinhadas ao tema da Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios, no Gráfico 1 são apresentados os periódicos que compõem o portfólio bibliográfico, de acordo com seu respectivo número de publicações.

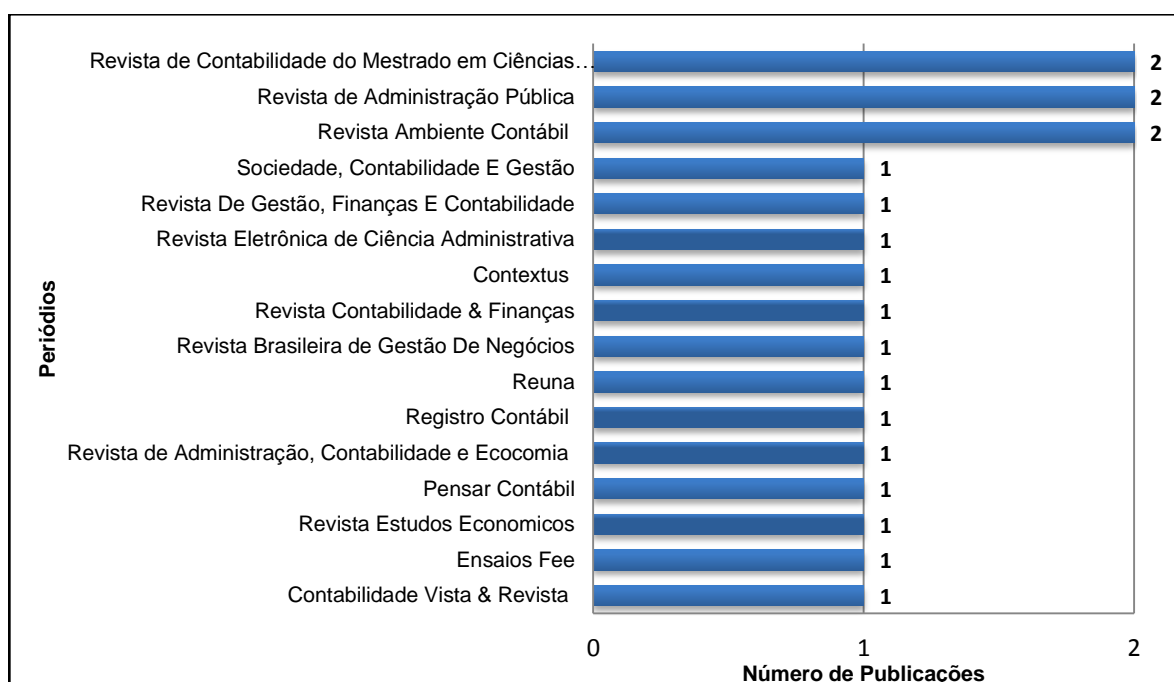


Gráfico 1: Principais Periódicos do Portfólio Bibliográfico
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Na análise do Gráfico 1, de um total de 16 periódicos, apenas em três deles houve mais que uma publicação, sendo que esses possuem classificações distintas no Qualis Capes, um dos periódicos classificado como A2 (Revista De Administração Pública), outro como B2 (Revista Ambiente Contábil) e um deles como B3 (Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ).

Desta forma, tendo como base o portfólio bibliográfico, esses são os periódicos de maior atuação e destaque na área para futuras pesquisas, referentes à Lei de Responsabilidades Fiscal com foco nos municípios.

4.1.2 Principais Autores do Portfólio Bibliográfico

A fim de destacar o grau de relevância dos autores dentro do portfólio bibliográfico foram listados os autores que o compõem, totalizando assim 57 autores, dos quais três possuem duas publicações cada, de modo que o portfólio bibliográfico conta então com 54 autores distintos. No Gráfico 2 são destacados os principais autores e o respectivo número de publicações.

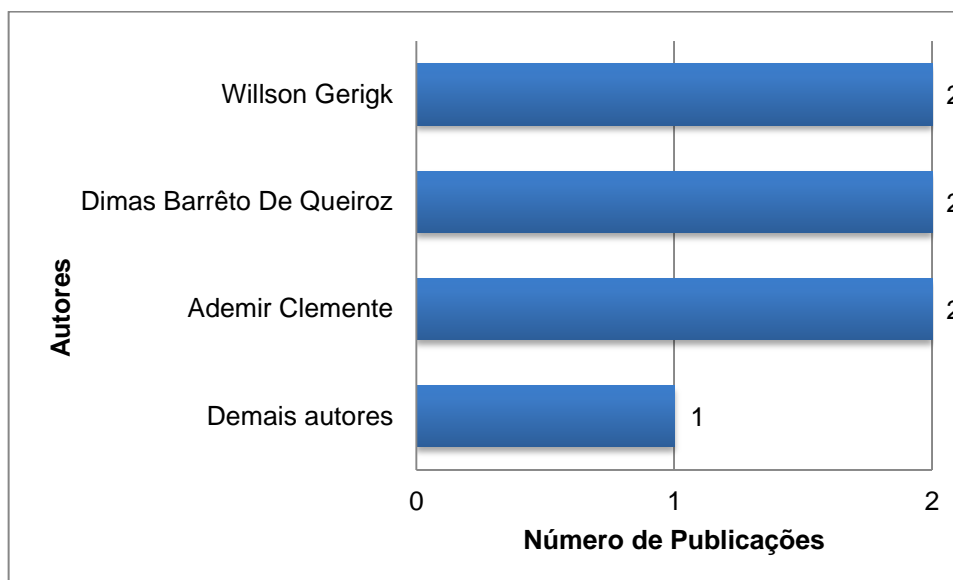


Gráfico 2: Principais Autores do Portfólio Bibliográfico
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

São destaques dentro do portfólio bibliográfico três dos cinquenta e quatro autores, visto que cinquenta e um autores possuem apenas uma publicação referente ao tema da Lei de Responsabilidades Fiscal com foco nos municípios.

Um ponto importante a ser destacado é o número de autores que escrevem o artigo, tendo nesse portfólio uma média de três autores por artigo. Trabalhos escritos por um autor (número mínimo de autores) e por cinco (número máximo de autores) são de apenas uma para cada situação, representando 5% dos artigos escritos apenas por um autor e 5% escrito por cinco autores. Os escritos por dois autores somam 26% dos artigos, por três autores 37% e por quatro autores 26%.

4.1.3 Rede de Autores do Portfólio Bibliográfico

A análise das redes sociais permite conhecer e interpretar de uma forma mais clara a interação entre os indivíduos analisados. Nessa pesquisa, todos os autores listados que compõem o portfólio bibliográfico, agrupados de forma estruturada, se relacionam uns com os outros. Dessa forma, foram relacionados os autores de acordo com o número de vezes que cada autor do portfólio escreveu com outro, formando assim uma rede de autores, demonstrada na Figura 8.

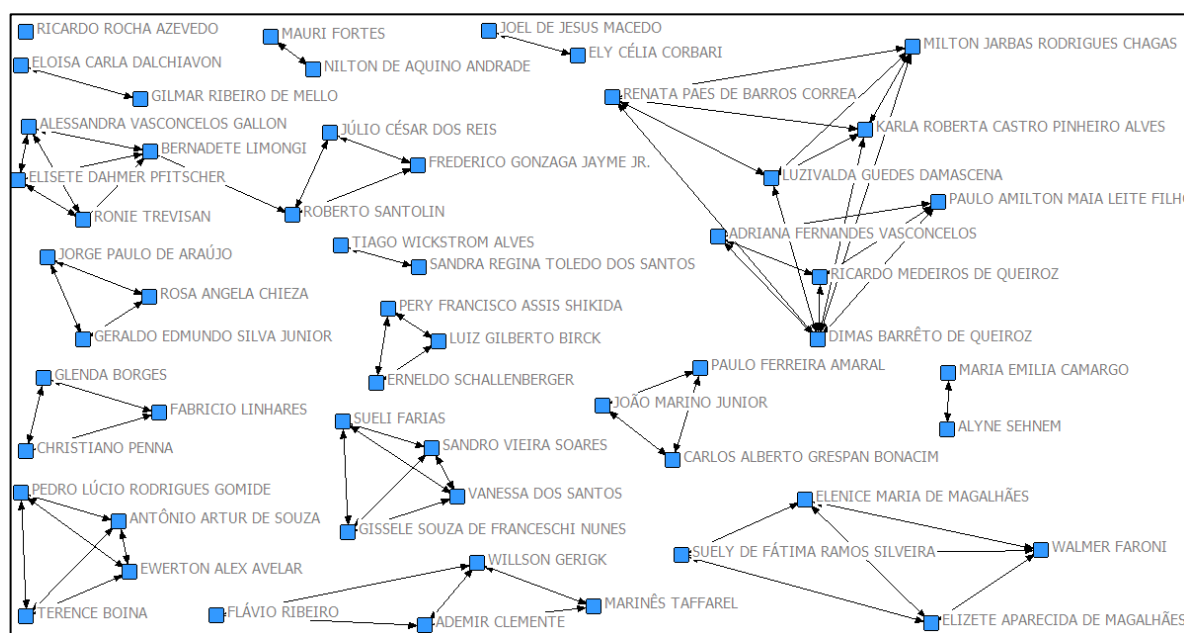


Figura 8: Rede de Autores do Portfólio Bibliográfico
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Na análise dos autores que publicaram sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios, apenas um autor que participa do portfólio bibliográfico publicou sozinho, enquanto outros cinquenta e três apresentaram alguma formação de rede com outros autores. Grande parte da rede é formada de

sub-redes das quais fazem parte de dois a quatro autores, os quais possuem, na maior parte das vezes, a mesma publicação. Em uma análise da rede num todo, ganha destaque uma das sub-redes formada por oito autores, na qual estão integrados dois artigos, um deles escrito por cinco autores e o outro escrito por quatro autores, sendo que um dos autores escreve em ambas as publicações.

É importante destacar que pela perspectiva de análise de redes sociais, os atores presentes em um contexto social não são unidades autônomas de atuação, uma vez que possuem conexões interdependentes, de forma que as ligações estabelecidas entre os atores da rede tronam-se canais de transferência de recursos (materiais e imateriais) e possibilitam tanto oportunidades como restrições de atuação destes atores. Porém analisando a rede formada pelos autores que compõem o PB, esta conexão ocorre em pequenos grupos, ou seja, não se forma de fato uma rede de todos os autores, mas sim uma rede de pequenos grupos de autores.

4.1.4 Palavras-chave do Portfólio Bibliográfico

As palavras-chave são uma representação da informação contida nos trabalhos, possuem grande importância, pois potencializam o acesso ao conteúdo dos documentos, para além da informação que é representada pelo título e resumo, dando ao leitor uma percepção do tema abordado. Listadas todas as palavras-chave contidas nos artigos do portfólio bibliográfico, somaram-se um total de 63, porém distintas, ou seja, sem levar em consideração as que se repetem, totalizaram 38 palavras-chave, das quais as de maior destaque estão representados no Gráfico 3.

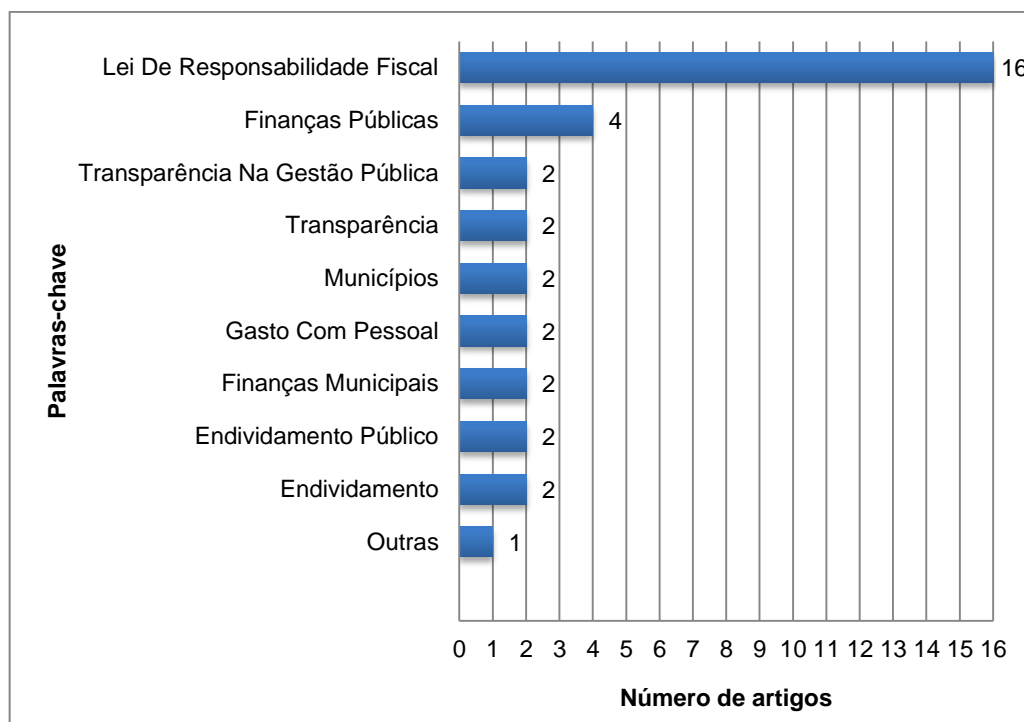


Gráfico 3: Palavras-chave do Portfólio Bibliográfico
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Sendo o tema da pesquisa a Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios, já se presumia que a principal palavra-chave seria de fato “Lei de Responsabilidade Fiscal”, sendo que seu destaque nos títulos dos trabalhos foi um dos critérios na seleção do portfólio bibliográfico, o que se confirma no gráfico acima, estando presente em cerca de 85% dos artigos do portfólio bibliográfico. Dentre as demais palavras-chave que ganham destaque, nota-se que fazem referência aos principais pontos abordados pela Lei 101/2000, como a transparência, gasto com pessoal, endividamento e finanças, sendo algumas delas em nível municipal, de acordo com o tema da pesquisa.

4.1.5 Reconhecimento Científico dos Artigos do Portfólio Bibliográfico

A fim de destacar quais das publicações sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios apresentam maior reconhecimento científico dentro do portfólio bibliográfico, foi buscado pelo título de cada artigo na plataforma do Google Acadêmico, no qual são destacados o número de citações em outros trabalhos que o artigo apresenta, sendo que os artigos com maior destaque estão demonstrados no Gráfico 4:

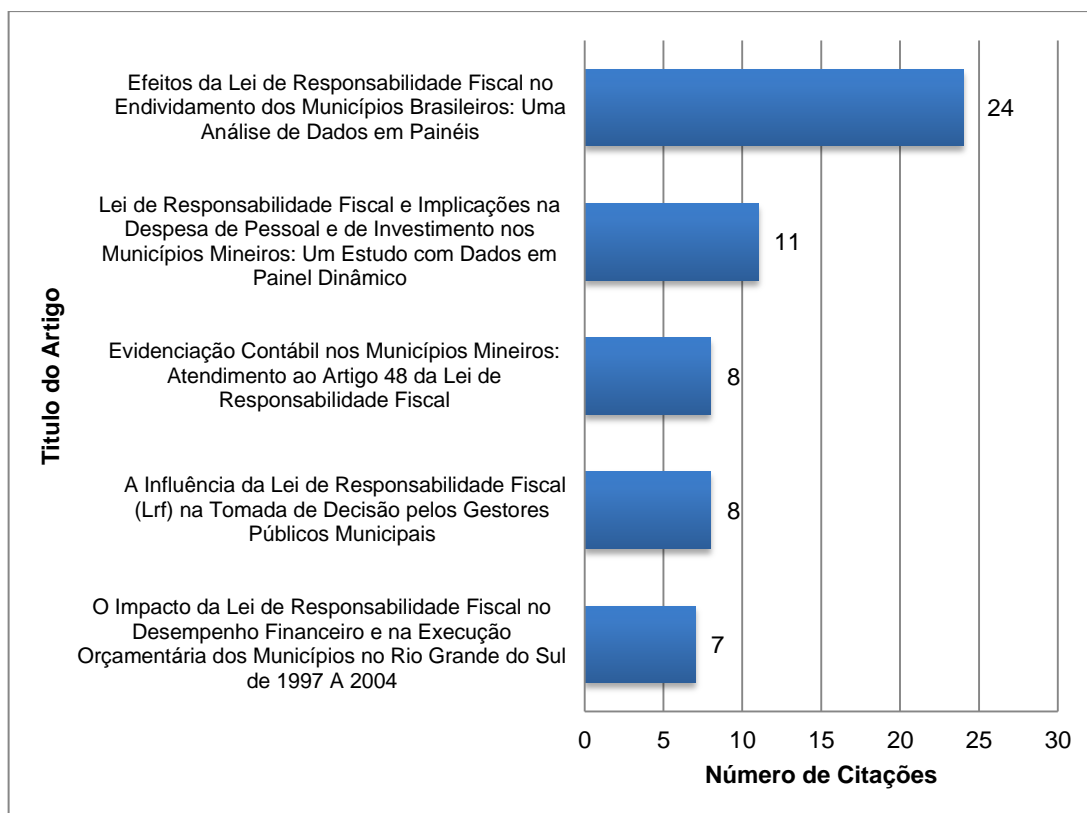


Gráfico 4: Reconhecimento Científico dos Artigos do Portfólio Bibliográfico
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Somando-se todas as citações feitas de algum dos artigos do portfólio, foram um total de 96, porém dois artigos não foram citados nenhuma vez em outros trabalhos. Como destacado no Gráfico 6, o trabalho de maior reconhecimento científico no tocante da Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios, o qual foi citado ao todo 24 vezes em outros trabalhos, é intitulado “Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos Municípios Brasileiros: uma análise com dados em painéis”, escrito por Joel de Jesus Macedo e Ely Célia Corbari e publicado pela Revista Contabilidade e Finanças (classificada como A1 pela Qualis Capes) no ano de 2009.

4.1.6 Análise Temporal do Portfólio Bibliográfico

Em 4 de maio de 2015, a Lei Complementar 101/2000, conhecida também como Lei de Responsabilidade Fiscal, completa seus quinze anos de atuação. Na busca e seleção do portfólio bibliográfico, foram selecionados os artigos que se

enquadraram nesse período, ou seja, artigos publicados entre os anos 2000 e 2015. O Gráfico 5 permite analisar dentre estes períodos, aqueles que abrangem uma maior ou menor quantidade de publicações.

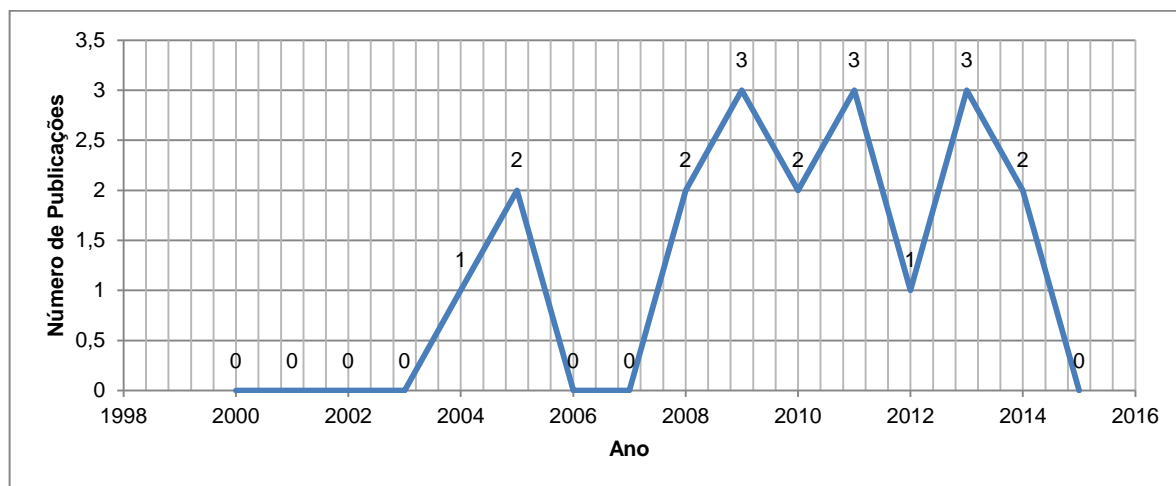


Gráfico 5: Análise Temporal do Portfólio Bibliográfico
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Na análise do Gráfico 5, fica evidente o crescimento no número de publicações no decorrer dos anos, visto que com maior tempo de aplicação da lei, mais pontos ganham destaque e inspiram novos estudos. Até o ano de 2005 (um terço do período analisado), há apenas uma publicação, sendo que em 2005 se tem mais que uma publicação no ano, fator o qual se deve muito ao fato de a lei não ser tão conhecida e estudada nos anos anteriores. Já num segundo momento (analisando os anos de 2006 a 2010) são no total de sete publicações, o que demonstra um real aumento no interesse de pesquisadores da área em conhecer e analisar os efeitos causados pela nova lei com foco nos municípios. Do ano de 2011 a 2015, o número de publicações totalizou nove, considerando que a seleção do portfólio ocorreu no final do ano de 2014, deixando de fora possíveis publicações em seu décimo quinto ano de atuação.

4.1.7 Instituições de Atuação Profissional dos Autores do Portfólio Bibliográfico

Buscando identificar as quais instituições de ensino os autores que formam o portfólio bibliográfico possuem vínculo, foi buscado por seus currículos na plataforma

Lattes, de modo a destacar no campo “Endereço Profissional” a instituição a qual faz parte atualmente. Os resultados da busca são destacados no Gráfico 6.

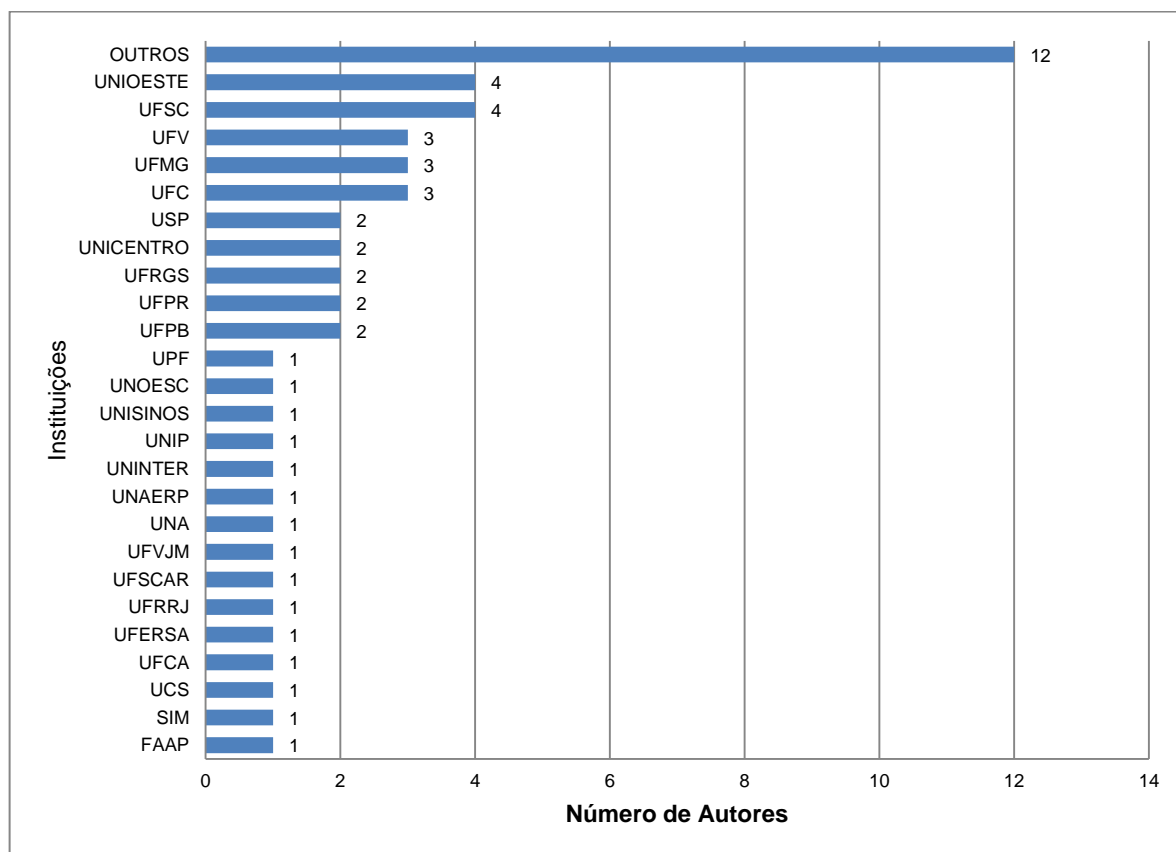


Gráfico 6: Instituições de Atuação Profissional dos Autores do Portfólio Bibliográfico
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Dentre os 54 autores que possuem publicações sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios, doze deles não apresentam como endereço profissional alguma instituição de ensino, sendo esses 12% da população analisada, ou seja, 78% dos autores possuem vínculo profissional com alguma instituição de ensino superior. Com destaque para a UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com três autores no campus de Toledo (PR) e um no campus de Francisco Beltrão (PR), e a UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, também com quatro autores (todos no câmpus de Florianópolis, SC).

das demais, ou seja, os autores escreveram somente com autores da mesma instituição, comportam 28% do total, entre elas estão: UNIOESTE, UFPR e UNICENTRO. Enquanto as instituições que formam rede com outras duas comportam apenas 8% do total, sendo elas: UFSC e USP.

Da mesma que a formação de rede dos autores do PB, na rede de instituições, algumas delas não formam laços com outras instituições. Desta forma, a rede de instituições possui densidade menor que a rede de autores, indicando que os pesquisadores estão publicando principalmente em coautoria com autores da mesma instituição do que com autores de outras instituições.

4.2 RESULTADOS DA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DAS REFERÊNCIAS

Para a seleção dos artigos a serem utilizados nesta segunda análise bibliométrica, foram listadas e posteriormente classificadas todas as referências que compõem o portfólio bibliográfico, conforme demonstrado na Figura 10.

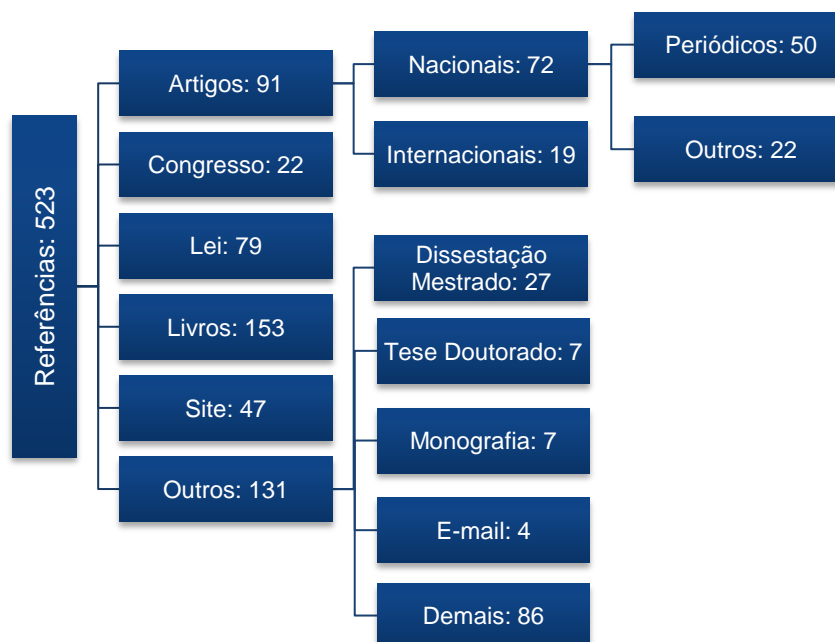


Figura 10: Seleção das Referências do Portfólio Bibliográfico
 Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

De um total de 523 referências, foram encontrados 91 artigos dos quais serão utilizados para análise somente os nacionais e publicados em periódicos, que somaram ao todo 50 trabalhos. As demais referências são formadas em sua maior

parte por livros e leis, sendo bastante utilizada também a pesquisa em sites. Através desses artigos selecionados, será realizada a análise bibliométrica destacando: (i) periódicos das publicações; (ii) principais autores; (iii) palavras-chave; (vi) reconhecimento científico e (v) análise temporal.

4.2.1 Principais Periódicos das Referências do Portfólio Bibliográfico

Nessa etapa conta-se com uma maior abrangência ao tema, sendo que os artigos foram selecionados a partir das referências do portfólio bibliográfico, ou seja, são os artigos citados nos trabalhos do portfólio bibliográfico. A fim de destacar quais periódicos possuem maior quantidade de publicações, foram listados todos os periódicos que compõem a amostra de acordo com o número de publicações em cada um deles, conforme representado no Gráfico 7.

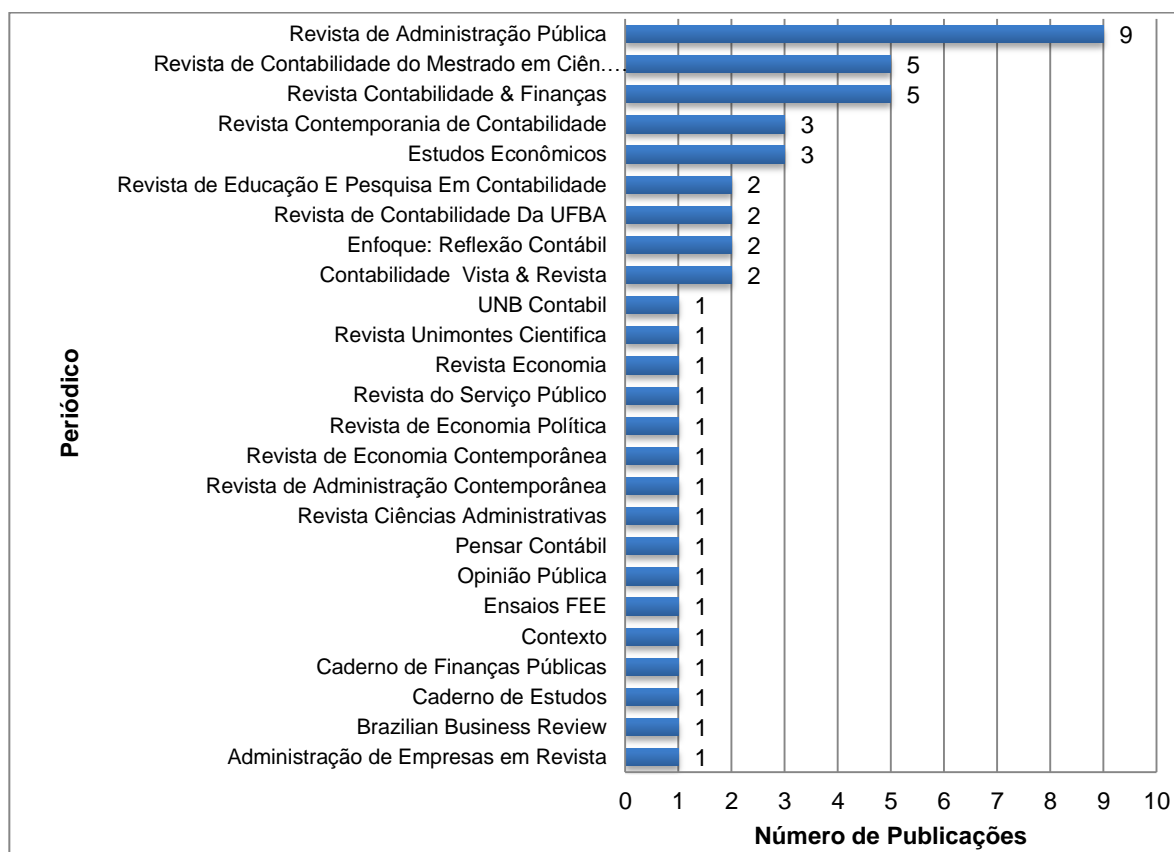


Gráfico 7: Principais Periódicos das Referências do Portfólio Bibliográfico
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Pela análise do Gráfico 7, de um total de 26 periódicos, ganham destaque os periódicos que concentram a maior parte dos trabalhos relacionados à Lei de

Responsabilidade Fiscal, principalmente a Revista de Administração Pública, que concentra 18% do total das publicações e as Revistas de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ e Contabilidade & Finanças, com 10% das publicações cada.

4.2.2 Principais Autores das Referências do Portfólio Bibliográfico

Devido aos constantes avanços das pesquisas e também a pressão crescente para publicar novos conhecimentos em revistas especializadas, muitos autores acabam se destacando dentro de sua área de interesse. Na pesquisa voltada a área publicada em especial para Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios, também se destacam alguns autores, como demonstra o Gráfico 8:

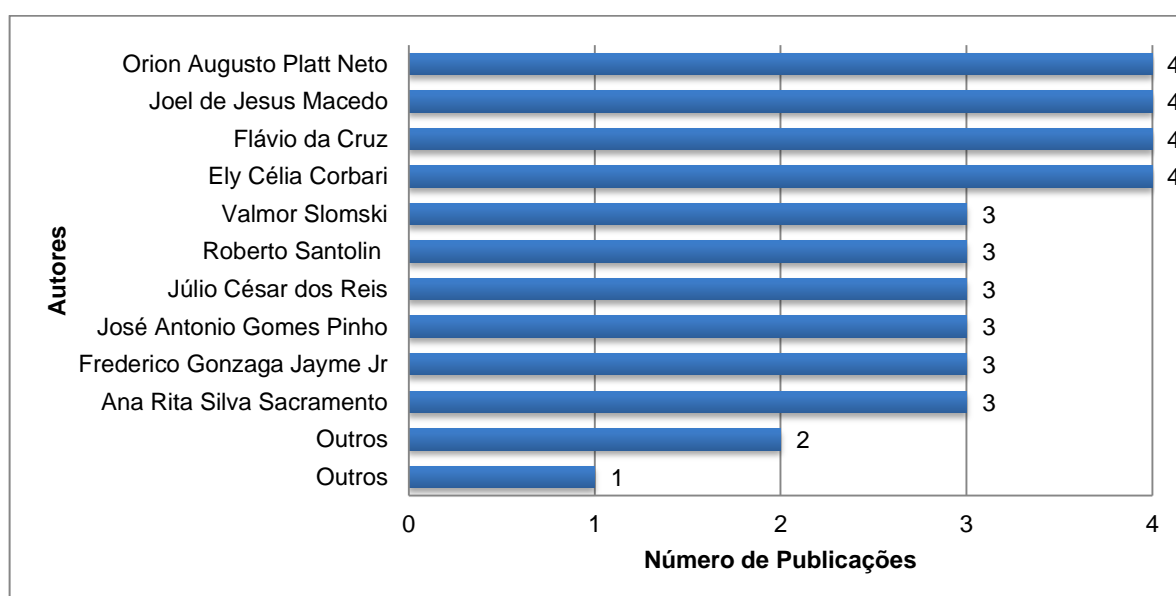


Gráfico 8: Principais Autores das Referências do Portfólio Bibliográfico
 Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Ao todo se somam 123 autores para um portfólio de 50 trabalhos, resultando em uma média de três autores por publicação. Porém, muitos desses autores estão presentes em mais de um trabalho, ou seja, se repetem, restando assim 83 autores distintos. Como visto no gráfico 10, quatro autores são os que mais se destacam, possuindo quatro publicações cada, seguidos de seis autores com três publicações cada e, destacados como outros, estão quatorze autores com duas publicações cada e a maior parte deles (sessenta e um autores) com uma publicação cada.

4.2.3 Palavras-chave das Referências do Portfólio Bibliográfico

As palavras-chave são a menor seção da escrita em artigos científicos, as quais identificam e caracterizam o trabalho, dessa forma, alinhando os trabalhos ao tema. Através da análise dos trabalhos que compõem a amostra selecionada das referências do portfólio bibliográfico destacam-se algumas dessas palavras conforme destaca o Gráfico 9.

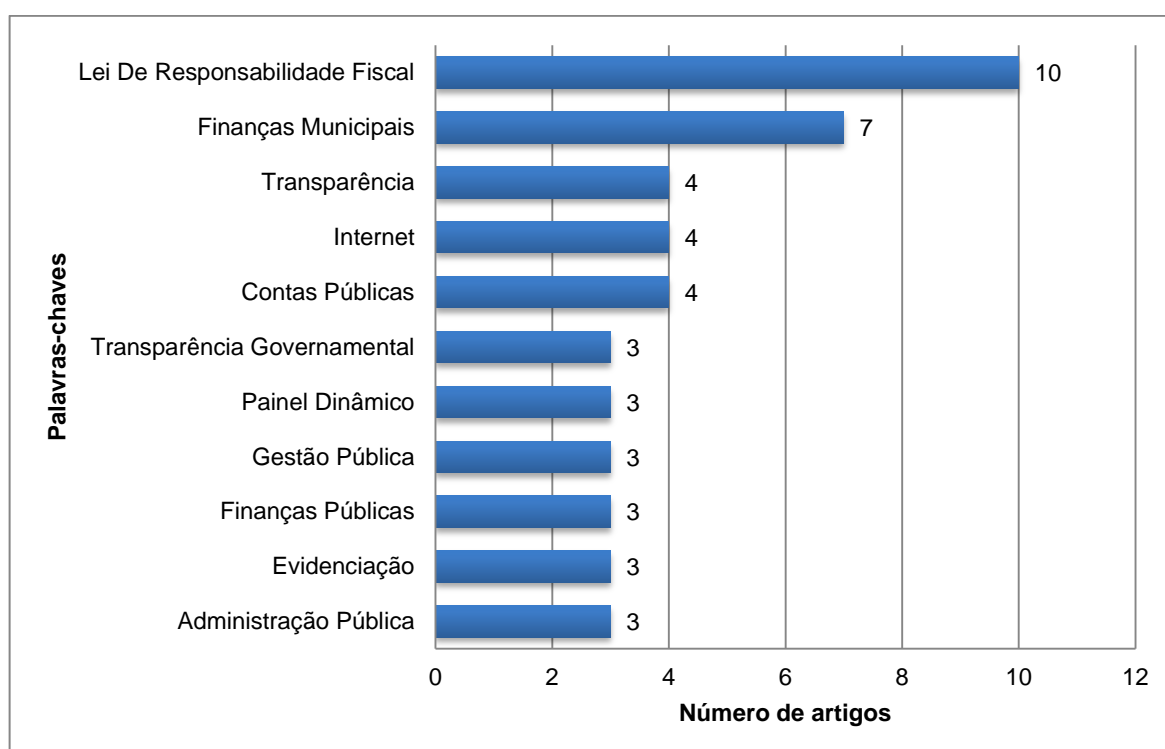


Gráfico 9: Palavras-chave das Referências do Portfólio Bibliográfico
 Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Foram encontradas 90 palavras-chave distintas nos trabalhos, dentre essas com maior destaque está a “Lei de Responsabilidade Fiscal”, cerne desse estudo, que aparece em 20% dos trabalhos, seguida de outras palavras-chave que fazem menção aos principais pontos destacados na Lei 101/2000. O termo finanças (públicas ou municipais) também ganha destaque, pois está presente também em 20% dos trabalhos.

4.2.4 Reconhecimento Científico das Referências do Portfólio Bibliográfico

Como forma de mensurar o reconhecimento científico dos artigos que compõem as referências do portfólio bibliográfico referentes ao tema de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios, será analisado o número de citações do artigo no *Google Acadêmico*, sendo que os trabalhos de maior reconhecimento estão demonstrados no Gráfico 10.

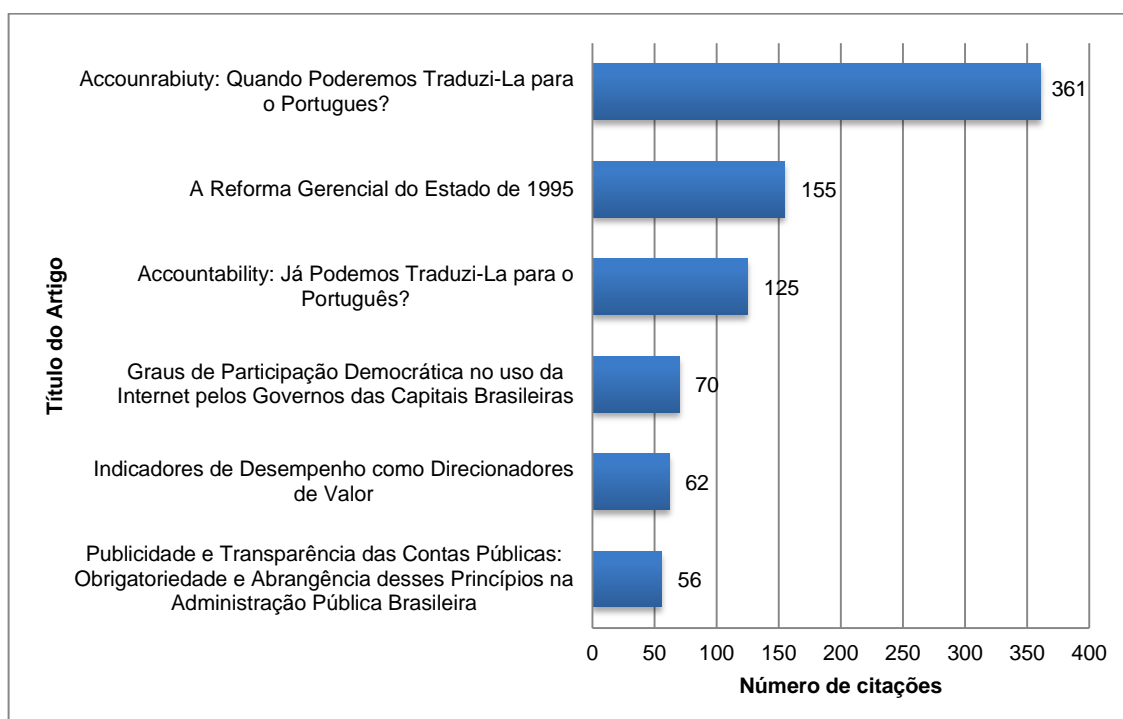


Gráfico 10: Reconhecimento Científico das Referências do Portfólio Bibliográfico
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Dos 50 artigos analisados um deles obteve maior destaque, contando com 361 citações, intitulado “Accountability: Quando Poderemos Traduzi-La para o Português?” escrito por Anna Maria Campos e publicado na Revista de Administração pública em 1990, levando-se em conta que é também dentre todos, o artigo com maior tempo de publicação, período ainda anterior à promulgação da Lei 101/2000, a partir da qual surgiram a maior parte dos trabalhos. Apenas quatro trabalhos não apresentaram citações, representando 6% dos trabalhos, os trabalhos com mais de dez citações representam exatos 50% e os trabalhos com menos de dez citações 44%.

4.2.5 Análise Temporal das Referências do Portfólio Bibliográfico

Para a análise temporal desses artigos, as datas não se limitaram apenas a partir do ano de publicação da lei, pois alguns artigos que a amostra contempla já haviam sido publicados anteriormente. O Gráfico 11 permite analisar quais os períodos que englobam uma maior quantidade de artigos citados pelos autores do portfólio bibliográfico, referente à Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios.

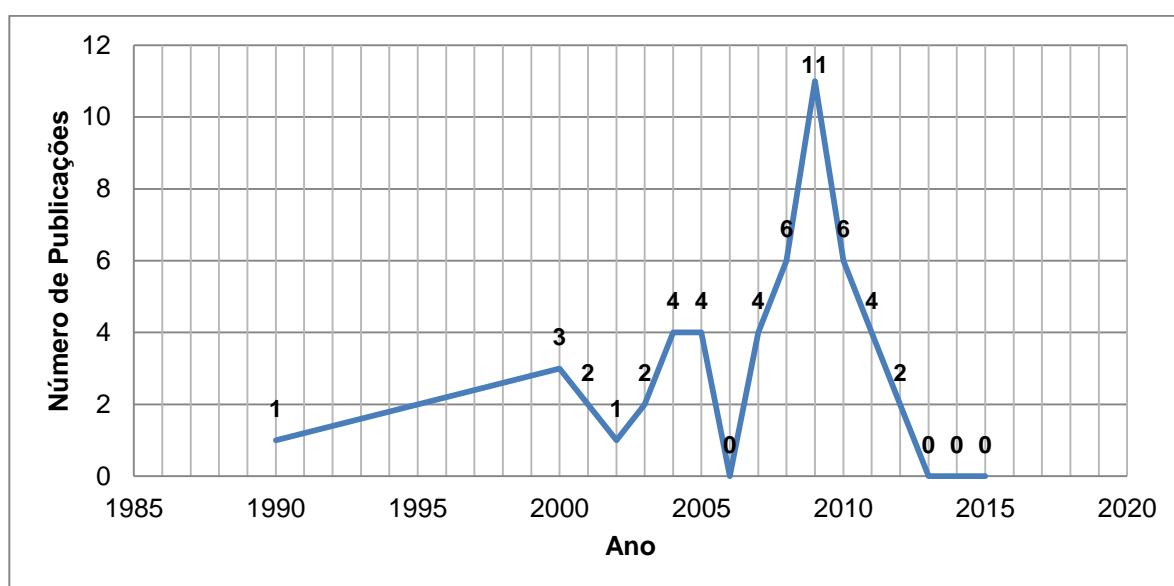


Gráfico 11: Análise Temporal das Referências do Portfólio Bibliográfico
 Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Ao selecionar um portfólio bibliográfico referente a uma lei implantada no ano de 2000, os trabalhos notoriamente estão publicados posteriormente a esta data. Mesmo selecionando um novo portfólio a partir das referências, as quais possuem uma maior abrangência, a maior parte dos artigos se concentra posterior ao período da promulgação e adaptação da lei.

Até o ano de 2005 foram publicados ao todo treze trabalhos, enquanto do ano de 2005 a 2010, são trinta e um trabalhos (62% do total dos trabalhos) e de 2011 a 2015, foram seis publicações. A explicação para esse período de maior número de publicações pode ser o fato de a maior parte dos trabalhos consistir em analisar as mudanças e impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal em determinadas populações, pesquisas as quais tem como principal requisito o tempo de atuação da lei para posterior análise.

4.3 RESULTADOS DA ANÁLISE DO PORTFÓLIO E SUAS REFERÊNCIAS

4.3.1 Principais Artigos do Portfólio e suas Referências

Na análise de ambas as amostras em conjunto, portfólio bibliográfico e referências, somam-se um total de 69 trabalhos, dos quais alguns ganham destaque, pois estão presentes no portfólio bibliográfico e também são referenciados por outros trabalhos dentro do mesmo, trabalhos de destaque os quais são demonstrados no Gráfico 12.

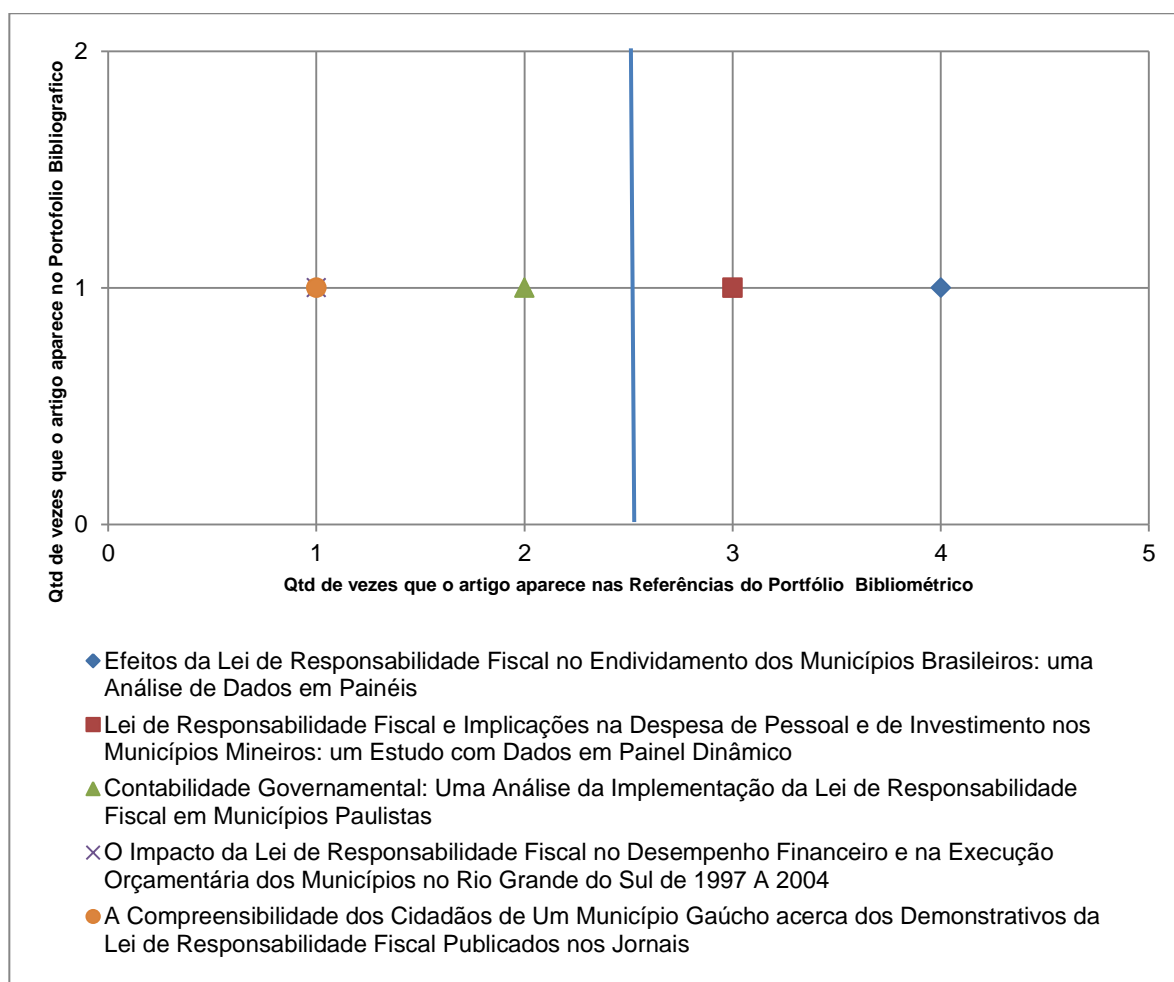


Gráfico 12: Principais Artigos do Portfólio e suas Referências
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Através da análise do Gráfico 12, percebe-se que 26% dos artigos do portfólio bibliográfico também fazem parte das referências. Dos artigos que contemplam a temática da Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios, percebe-se que todos têm apenas uma aparição no portfólio bibliográfico, isso porque para a seleção do mesmo um dos critérios considerados foi o de não haver a repetição de nenhum trabalho. Desta forma, como critério de análise do artigo de maior destaque no portfólio bibliográfico, será considerado o trabalho o qual comporte o maior número de aparições nas referências.

Como destaque no portfólio bibliográfico está o artigo intitulado “Efeitos da lei de responsabilidade fiscal no endividamento dos municípios brasileiros uma análise de dados em painéis”, escrito por Joel de Jesus Macedo e Ely Célia Corbari no ano de 2009 e publicado na Revista Contabilidade e Finanças, o qual foi citado por outros quatro trabalhos, sendo assim o artigo de maior relevância dentro do portfólio.

Também o artigo intitulado “Lei de Responsabilidade Fiscal e Implicações na Despesa de Pessoal e de Investimento nos Municípios Mineiros: um Estudo com Dados em Painel Dinâmico”, escrito por Roberto Santolin, Frederico G. Jayme JR e Júlio C. dos Reis, no ano de 2009, possui destaque, pois conta com três citações em outros trabalhos no portfólio bibliográfico.

Dois trabalhos contam apenas com uma aparição cada, sendo eles: “O Impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal no Desempenho Financeiro e na Execução Orçamentária dos Municípios no Rio Grande do Sul de 1997 A 2004”, escrito por Sandra R.T. dos Santos e Tiago W. Alves, escrito em 2011 e “A Compreensibilidade dos Cidadãos de Um Município Gaúcho acerca dos Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal Publicados nos Jornais”, escrito por Alessandra V, Gallon, Ronie Trevisan, Elisete D. Pfitscher e Bernadete Limongi, escrito também em 2011. Enquanto com duas aparições nas referências está o trabalho intitulado “Contabilidade Governamental: Uma Análise da Implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal em Municípios Paulistas”, escrito por Paulo F. Amaral. João Marino JR e Carlos Alberto G. Bonacim em 2008.

4.3.2 Principais Autores do Portfólio e suas Referências

Desde a sanção da Lei 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, muitas são as linhas de pesquisas pelas quais pesquisadores da área voltam seus estudos. Pelo fato dos trabalhos apresentarem linhas de pesquisa muito próximas, várias delas voltadas a estudos em nível municipal, muitos desses autores possuem mais de uma publicação sobre o assunto. Dessa forma, no Gráfico 13 são apresentados os autores do portfólio bibliográfico que possuem também trabalhos referenciados dentro do portfólio.

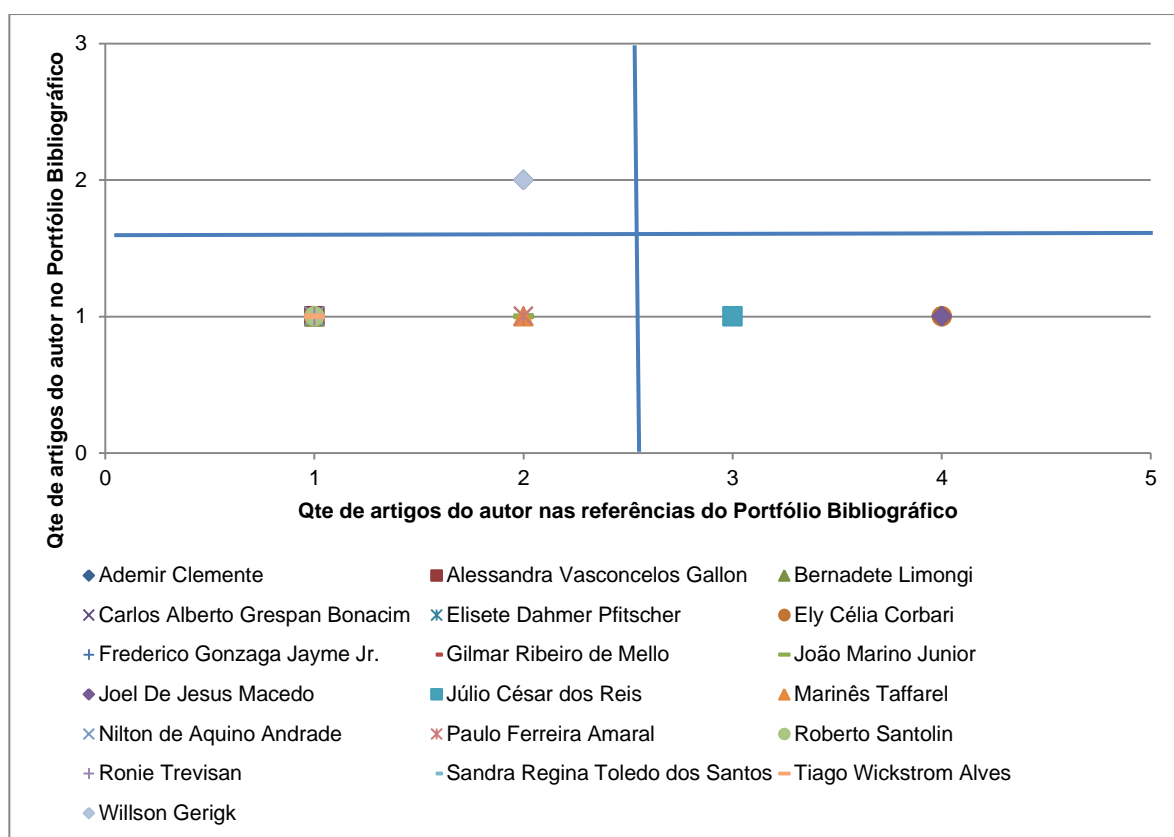


Gráfico 13: Principais Autores do Portfólio e suas Referências
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Relacionando todos os autores (54 do portfólio bibliográfico e 83 das referências) num total de 137 autores, 19 deles contemplam ambas as amostras, ou seja, 35% dos autores do portfólio bibliográfico são citados dentro de outros trabalhos.

Através da análise do Gráfico 13 em blocos distintos, dois autores possuem duas publicações tanto no portfólio bibliográfico quanto nas referências, ou seja, são

os autores com o maior número de publicações no portfólio que são citados nas referências, sendo eles: Ademir Clemente e Willson Gerigk. A maior parte dos autores está representada com apenas uma publicação no portfólio bibliográfico e uma publicação nas referências, sendo eles: Alessandra Vasconcelos Gallon, Bernadete Limongi, Elisete Dahmer Pfitscher, Frederico Gonzaga Jayme Jr., Nilton de Aquino Andrade, Roberto Santolin, Ronie Trevisan, Sandra Regina Toledo dos Santos e Tiago Wickstrom Alves, enquanto com uma publicação no portfólio bibliográfico e duas nas referências estão: Carlos Alberto Grespan Bonacim, Gilmar Ribeiro de Mello, João Marino Junior, Marinês Taffarel e Paulo Ferreira Amaral.

Os autores que mais se destacam em termo de quantidade de artigos citados nas referências possuem apenas um trabalho cada no portfólio bibliográfico, ou seja, o mesmo trabalho é citado várias vezes, sendo os autores com quatro artigos nas referências: Ely Célia Corbari e Joel De Jesus Macedo, enquanto com três trabalhos está o autor Júlio César dos Reis.

Como citado acima, muitos dos autores que aparecem mais de uma vez nas referências não possuem trabalhos distintos, mas sim artigos citados por mais de um trabalho dentro do portfólio bibliográfico. Dessa forma no Gráfico 14 é possível analisar os autores que compõem ambas as amostras de forma a destacar a quantidade de publicações distintas de cada um, ou seja, avaliar qual autor do portfólio bibliográfico possui mais trabalhos publicados sobre a temática da Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios.

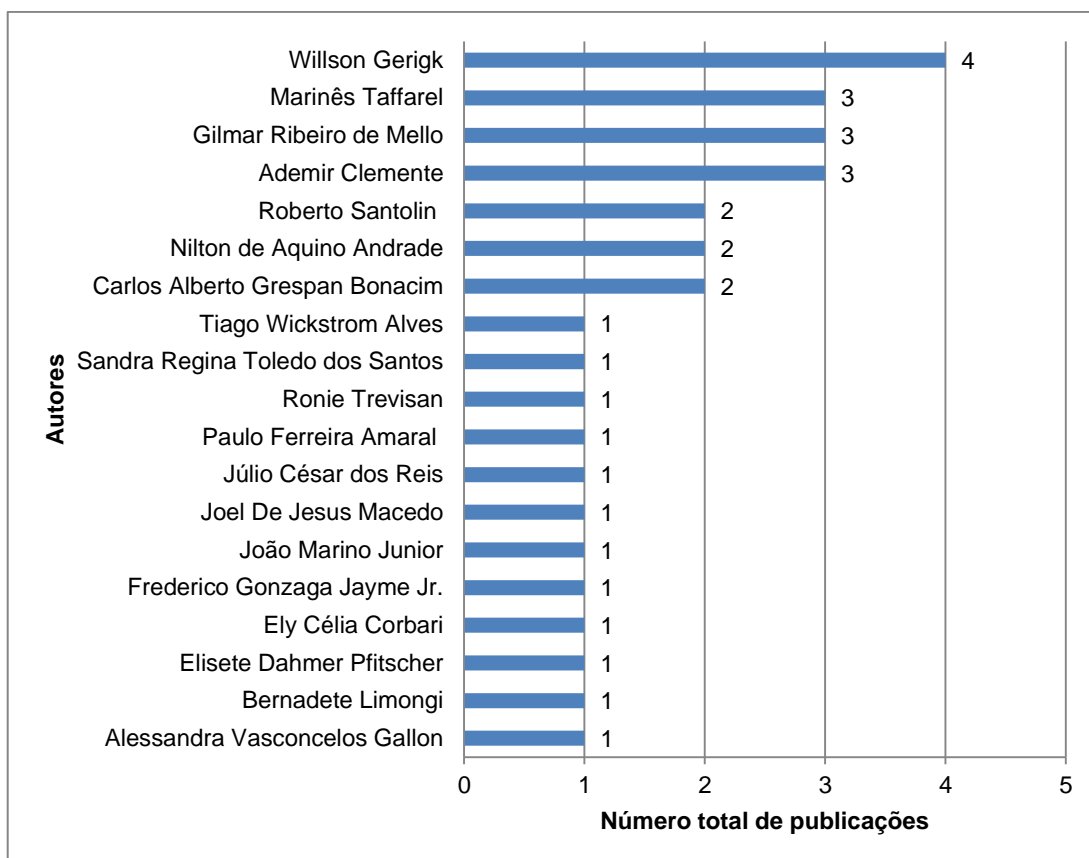


Gráfico 14: Principais autores por número de publicações
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Pela análise do Gráfico 14, o autor de maior destaque dentro da amostra é Wilson Gerigk, o qual possui ao todo quatro trabalhos distintos publicados na área de pesquisa a qual abrange a temática da Lei de Responsabilidade Fiscal, seguido dos autores Gilmar Ribeiro de Mello, Ademir Clemente e Marinês Taffarel todos com três trabalhos cada.

Dessa forma é possível notar que autores como Ely Célia dos Reis e Joel de Jesus Macedo, os quais possuem a maior quantidade de trabalhos nas referências do portfólio bibliográfico (quatro trabalhos cada), possuem apenas um trabalho, porém, o trabalho mais citado por outros autores. Enquanto o autor que mais se destaca pela quantidade de publicações distintas possui duas publicações no portfólio bibliográfico e duas nas referências, ou seja, nenhum de seus trabalhos do portfólio bibliográfico é citado por outros autores dentro do portfólio.

4.3.3 Principais Periódicos do Portfólio e suas Referências

Os periódicos científicos possuem um papel importante no processo de comunicação científica, pois acrescentam um valor objetivo à comunicação científica, juntando o conhecimento oferecido pelos pesquisadores das áreas em destaque.

Dessa forma, através do Gráfico 15 busca-se evidenciar quais os periódicos de destaque, ou seja, quais periódicos contam com a maior parte dos trabalhos publicados referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios, relacionando os periódicos que formam o portfólio bibliográfico com os periódicos que constam nas referências do mesmo.

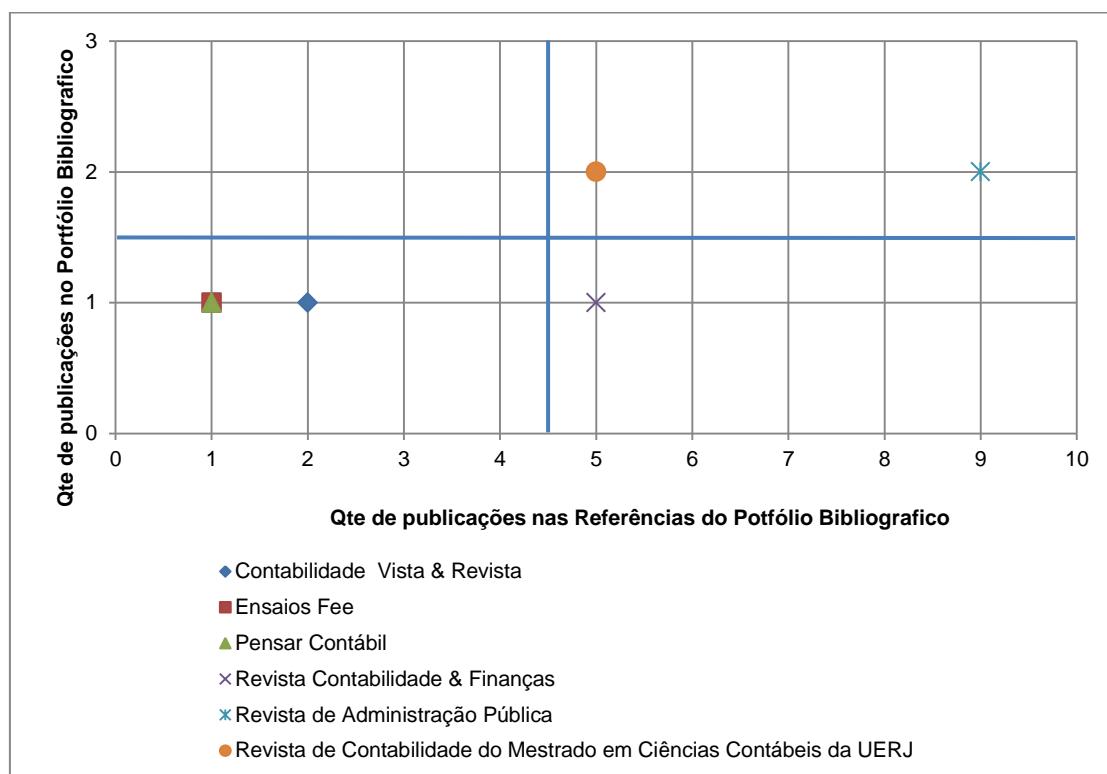


Gráfico 15: Principais Periódicos do Portfólio e suas Referências
 Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Como destaques no Gráfico 15, por possuírem o maior número de publicações tanto no portfólio bibliográfico quanto nas referências, estão dois periódicos: Revista de Administração Pública, a qual conta com o maior número de publicações nas referências e duas publicações no portfólio bibliográfico, seguida da Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, com cinco

publicações nas referências e duas no portfólio bibliográfico. A Revista Contabilidade & Finanças apesar de apresentar apenas uma publicação no portfólio bibliográfico, conta também com cinco publicações nas referências.

Dessa forma, para futuros estudos os quais abordem a temática da Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios, esses periódicos são considerados as fontes de pesquisa de maior relevância.

4.4 RESULTADOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

4.4.1 Enquadramento Metodológico dos Artigos do Portfólio Bibliográfico

A metodologia consiste em estudar, compreender e avaliar os métodos disponíveis para realizar uma pesquisa acadêmica. Nessa análise, serão evidenciados os instrumentos de pesquisa, coleta de dados, abordagem da pesquisa, natureza do trabalho e natureza do objetivo.

Em uma primeira análise, conforme o Gráfico 16 busca-se destacar, considerando os artigos selecionados para o portfólio bibliográfico, quais dos trabalhos apresentam as informações referentes à metodologia de forma explícita (de forma clara) ou de forma implícita (de forma subentendida, não declarada).

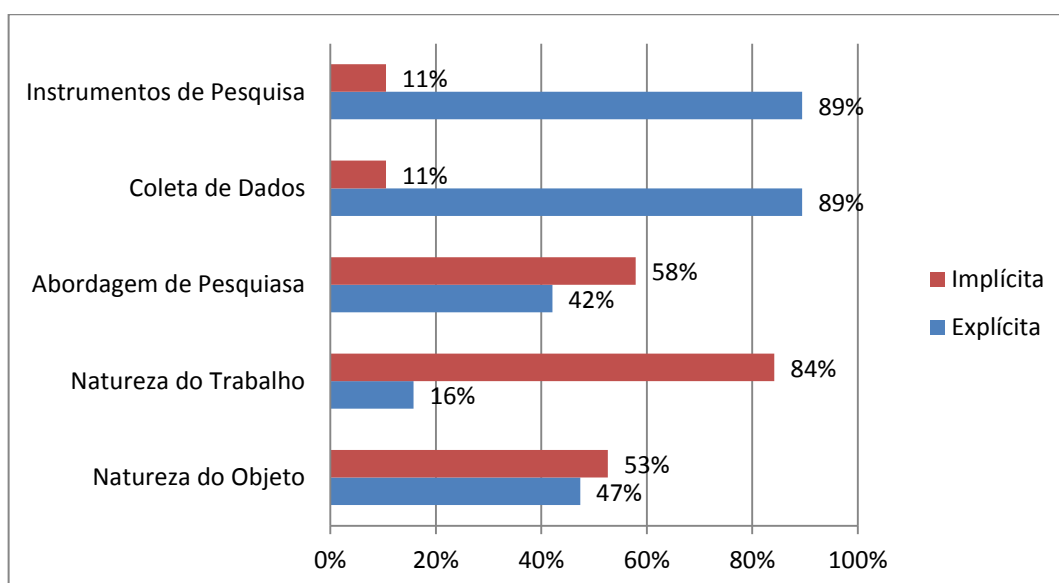


Gráfico 16: Classificação Metodológica
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

A maior parte das informações referentes ao enquadramento metodológico nos trabalhos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios é demonstrada de forma explícita, porém em três dos indicadores analisados, sendo eles a abordagem de pesquisa, natureza do trabalho e natureza do objetivo, esses dados estão representados de forma subjetiva, o que dificulta uma análise mais criteriosa, sendo que dessa forma esses dados terão uma interpretação própria, porém, cabe destacar que devido a isso, estas informações podem ser interpretadas de formas distintas das realmente utilizadas pelos autores para a elaboração de seus trabalhos.

4.4.1.1 Natureza do objeto

Com base nos objetos é possível classificar a pesquisa em: exploratória, a qual objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema e torná-lo mais explícito e pesquisa descritiva, a qual busca descrever fatos e fenômenos exigindo do pesquisador uma série de informações do que deseja pesquisar; podendo o estudo também compreender ambas as pesquisas. A classificação dos trabalhos do portfólio bibliográfico quanto à natureza do objeto está demonstrada no Gráfico 17.



Gráfico 17: Natureza do Objeto
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Nos trabalhos referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios, no total dos dezenove artigos, onze deles, que correspondem a mais que a metade de amostra, tem natureza exploratória. Deve-se levar em consideração também que 53% dos trabalhos apresentaram esta informação de forma implícita, ou seja, no critério de natureza do objeto são poucos os trabalhos os

quais deixam clara a forma utilizada na elaboração. Em uma análise apenas sobre os trabalhos em que esta informação é trazida de forma explícita, 44% deles são descritivos, 33% exploratórios e 22% consideram ambas as abordagens, sendo que estes 22% representam a totalidade dos 10% no Gráfico 17.

4.4.1.2 Natureza do trabalho

O estudo teórico, objetiva gerar novos conhecimentos que possam vir a ser úteis para o avanço da ciência, porém sem a aplicação de uma prática prevista. Enquanto o estudo prático, objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática visando a solução de problemas. No Gráfico 18 é possível analisar a classificação dos trabalhos do portfólio bibliográfico em relação a sua natureza.

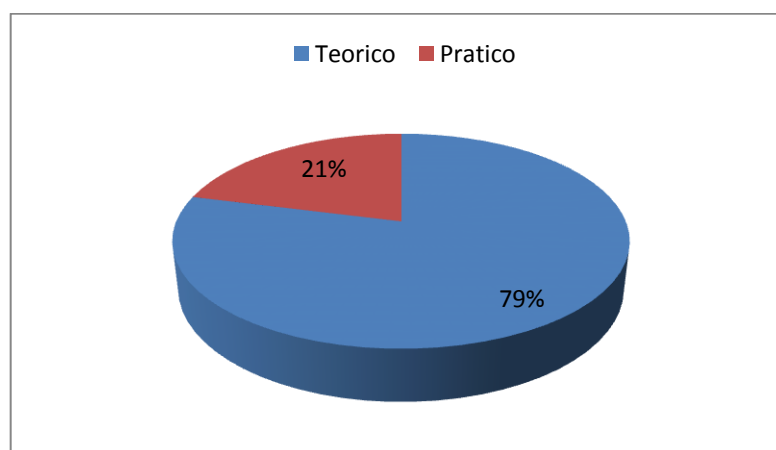


Gráfico 18: Natureza do Trabalho
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Com base no Gráfico 18, percebe-se que a maior parte dos estudos compreendidos no portfólio bibliográfico referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios são estudos teóricos, em sua maioria pesquisas que têm por objetivo avaliar, examinar, verificar ou descrever as mudanças e resultados da aplicação da Lei 101/2000. Cabe destacar também que o tópico de natureza do trabalho apresenta o maior índice de informações implícitas: 84% dos trabalhos.

4.4.1.3 Abordagem de pesquisa

Sob o ponto de vista da abordagem do problema, a pesquisa pode ser: quantitativa, a qual considera que tudo pode ser quantificável, traduzindo em números opiniões e informações, utilizando de recursos e de técnicas estatísticas, qualitativa, que considera uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, que não pode ser traduzido em números, ou também pode ser classificada em qualitativa-quantitativa, pesquisa que engloba ambas as abordagens. A classificação do portfólio bibliográfico pela abordagem da pesquisa está representada no Gráfico 19.

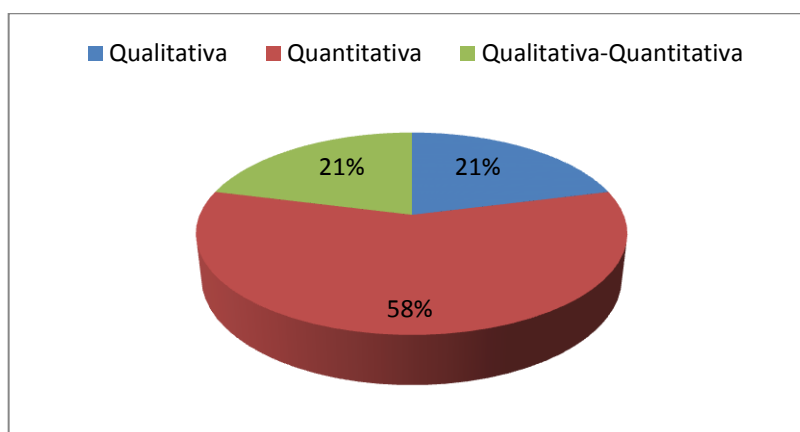


Gráfico 19: Abordagem de Pesquisa
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

O fato de quase 60% dos trabalhos analisados sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios utilizar da abordagem quantitativa se deve ao fato de que no desenvolvimento desse tipo de pesquisa são formuladas hipóteses e classificadas as relação entre as variáveis, considerando a interação destas e buscando compreender e classificar os processos dinâmicos. Tal processo é utilizado por grande parte dos pesquisadores, que na maioria dos trabalhos buscam analisar as mudanças ocasionadas pela atuação da lei em questão.

4.4.1.4 Coleta de dados

Os dados, em uma pesquisa, referem-se a todas as informações das quais o pesquisador irá utilizar nas diferentes etapas do trabalho, classificados em primários

e secundários. Dados primários são aqueles que devem ser extraídos da realidade, pelo trabalho do próprio pesquisador, enquanto os dados secundários já existem e estão disponíveis e acessíveis mediante pesquisa. Na pesquisa em questão a utilização desses dados é representada no Gráfico 20.

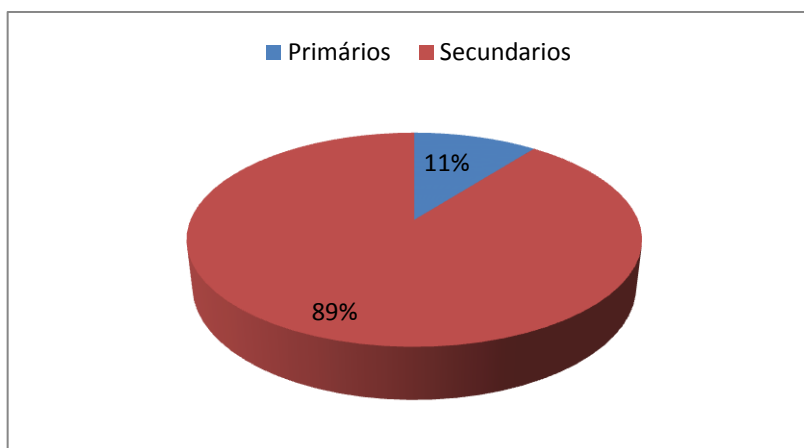


Gráfico 20: Coleta de Dados
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Considerando os trabalhos em que o foco está na Lei de Responsabilidade Fiscal em vigor desde o ano de 2000, apenas dois trabalhos dentro do portfólio bibliográfico fizeram uso de dados primários, utilizando-se de entrevista e questionário para a obtenção dos dados. Os trabalhos que utilizaram dados secundários buscaram em sua maioria dados presentes em fontes como sites (relatórios e balancetes de contas) e livros (conceitos). Cabe ressaltar que a informação sobre a coleta de dados nos trabalhos de forma explícita foi de quase 90%, contribuindo assim para um resultado ainda mais objetivo.

4.4.1.5 Instrumentos de Pesquisa

A análise documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, enquanto a entrevista e o questionário constituem técnicas de levantamento de dados primários e dão grande importância à descrição verbal de informantes. Conforme demonstrado no Gráfico 21, como destaque no portfólio bibliográfico está à análise documental.

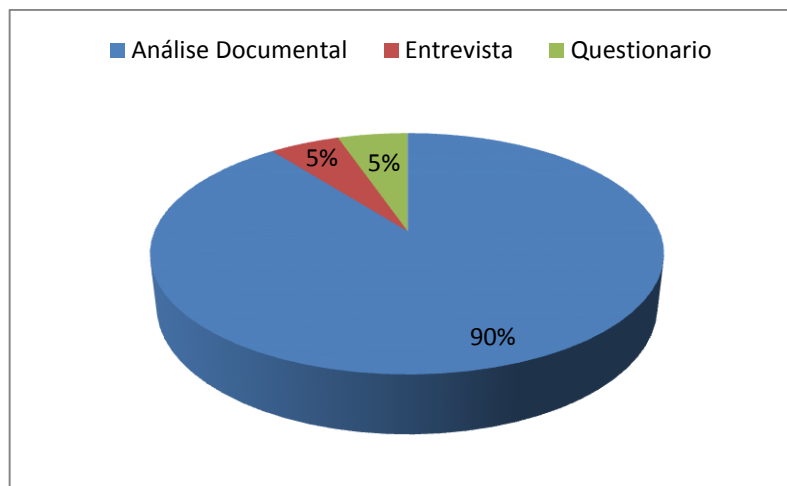


Gráfico 21: Instrumentos de Pesquisa
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Como grande destaque nos trabalhos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios estão nas pesquisas que se utilizam da análise documental, isso porque em todo o portfólio bibliográfico apenas um trabalho utiliza como instrumento o questionário e outro trabalho a entrevista, sendo que na análise dos instrumentos de pesquisa, 89% das informações foi apresentada de forma explícita.

4.4.2 Definição das Categorias das Pesquisas presentes no Portfólio Bibliográfico

Como técnica da análise de conteúdo será utilizada uma análise categorial acerca das pesquisas presentes no PB, que consiste na sistematização dos artigos do portfólio bibliográfico em categorias, de modo a gerar indicações produtivas, contribuindo para as interpretações dos artigos e para melhores resultados.

O critério de escolha e de delimitação das categorias foi determinado diante dos temas relacionados aos objetos de pesquisa e identificados relacionando-os às palavras-chave na Lei 101/2000, a qual se destina a regulamentar toda atividade relacionada às finanças públicas, buscando o equilíbrio das contas públicas através da gestão pública, com focos nas despesas, dividas, transparência, controle e fiscalização. Dessa forma, relacionando os temas, palavras-chave e principais vertentes da lei, têm-se quatro principais diretrizes, as quais são apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2: Categorização do Portfólio Bibliográfico

Categorias	Quant. de Artigos	%
Endividamento	4	21%
Finanças Públicas	8	42%
Gestão	4	21%
Transparência	3	16%
Total	19	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Como representado na Tabela 2, a maior parte dos trabalhos (42%) estão classificados na categoria de “Finança Públicas”, seguidos das categorias de “Endividamento” e “Gestão”, ambos com 21% do total dos trabalhos e com 16% a categoria “Transparência”.

O endividamento público é resultado de despesas superiores às receitas, ou seja, os gastos são superiores ao montante arrecadado. Em meio a esse contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece rígidas restrições buscando conter o déficit público e o constante endividamento.

A lei 101/2000 tem como objetivo fundamental o maior controle das finanças públicas e a busca pela transparência na gestão fiscal. Classificados nesses quatro principais eixos percebe-se que a maior parte dos estudos tem foco nas finanças públicas, pois de certa forma engloba toda a cadeia operacional desde a gestão a transparência, tendo um sentido mais abrangente, enquanto alguns estudos apresentam maior foco em determinados pontos destacados na lei.

A classificação de acordo com os artigos do portfólio bibliográfico está representada no Quadro 2.

Categoria	Título do Artigo	Ano
Endividamento	Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no Endividamento dos Municípios Brasileiros: Uma Análise de Dados em Painéis.	2009
Endividamento	Os Efeitos da Lei De Responsabilidade Fiscal no Endividamento dos Municípios do Piauí.	2013
Endividamento	A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Impacto sobre o Endividamento dos Municípios Potiguares	2012
Endividamento	O Padrão do Endividamento Público nos Municípios Brasileiros de Porte Médio após a Lei de Responsabilidade Fiscal.	2014
Finanças Públicas	O Impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal no Desempenho Financeiro e na Execução Orçamentária dos Municípios no Rio Grande do Sul de 1997 a 2004.	2011

Categoria	Título do Artigo	Ano
Finanças Públicas	Lei de Responsabilidade Fiscal e Implicações na Despesa de Pessoal e de Investimento nos Municípios Mineiros: Um Estudo com Dados em Painel Dinâmico	2009
Finanças Públicas	Impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre os Componentes da Despesa dos Municípios Gaúchos: Análise Econométrica.	2009
Finanças Públicas	Efeitos da Lei De Responsabilidade Fiscal sobre a Prestação de Contas das Prefeituras Catarinenses.	2002
Finanças Públicas	A Influência dos Gastos do FUNDEB sobre o Índice de Pessoal e Encargos Sociais Determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal: Um Estudo de Caso No Município de Barra de Santa Rosa/PB.	2010
Finanças Públicas	Contabilidade Governamental: Uma Análise da Implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal em Municípios Paulistas.	2008
Finanças Públicas	Uma Investigação sobre a Inconsistência entre o FUNDEB e a Lei de Responsabilidade Fiscal quanto a Despesa com Pessoal e Encargos Sociais: Um Estudo nos Municípios Paraibanos nos Anos de 2009 A 2012.	2014
Finanças Públicas	A Lei de Responsabilidade Fiscal nos Municípios – Uma Revisão Crítica	2005
Gestão	A Influência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) na Tomada de Decisão pelos Gestores Públicos Municipais.	2005
Gestão	O Município na Lei de Responsabilidade Fiscal.	2004
Gestão	O Impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a Gestão Financeira Municipal: Um Estudo com Os Municípios do Paraná	2010
Gestão	Uma Análise dos Índices da Lei de Responsabilidade Fiscal nos Municípios Paulistas após a Implantação do Projeto AUDESP	2013
Transparência	Análise dos Instrumentos de Transparência Contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal nos Municípios da Região Sul.	2013
Transparência	Evidenciação Contábil nos Municípios Mineiros: Atendimento ao Artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal	2008
Transparência	A Compreensibilidade dos Cidadãos de um Município Gaúcho acerca dos Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal publicados nos Jornais	2011

Quadro 2: Títulos dos artigos do PB conforme categorias de análise
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

4.4.3 Análise dos Objetivos, Resultados e Restrições dos artigos do Portfólio Bibliográfico conforme Categorias de análise

Como principais pontos a serem destacados nos trabalhos do portfólio bibliográfico foram selecionados os objetivos, resultados e restrições. Os objetivos, por caracterizarem o desdobramento da pergunta básica do estudo, ou seja, o momento de definir com precisão o que se pretende com o trabalho; os resultados demonstrando se de fato os objetivos preestabelecidos foram cumpridos e as

conclusões em que a pesquisa chegou, e as restrições somam importantes contribuições para futuras pesquisas nesta área, conduzindo os futuros trabalhos a uma maior abrangência de pontos ainda pouco analisados.

Os trabalhos serão analisados de acordo com os dados da categorização realizada anteriormente. Sendo assim, primeiramente são demonstrados no Quadro 3, os objetivos, resultados e restrições dos trabalhos categorizados pela perspectiva do “endividamento”.

CATEGORIZAÇÃO: ENDIVIDAMENTO			
Objetivos	Resultados	Restrições	Autor
Avaliar se a LRF, como mecanismo de restrição fiscal, influenciou no padrão de endividamento praticado pelos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, no período de 1998 a 2006	As variáveis selecionadas são os determinantes mais importantes do endividamento dos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes e, especificamente que a LRF, como mecanismo de restrição fiscal, alterou profundamente a estrutura do endividamento praticado por esses municípios	O estudo foi limitado aos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, utilizando somente o período de 1998 a 2006 e certamente outras variáveis não consideradas neste estudo poderiam se mostrar relevantes	MACEDO, Joel De Jesus; CORBARI, Ely Célia
Estimar qual foi o real efeito da lei de responsabilidade fiscal no endividamento dos municípios piauienses	A LRF reduziu entre 0,0792 e 0,0669 o endividamento dos municípios piauienses, ou seja, a LRF, nestes municípios fez com que a proporção da receita corrente líquida necessária para cobrir as dívidas tenha se reduzido em aproximadamente 7%	Apesar de muito próximos, existem vieses distintos associados aos coeficientes dos modelos dinâmicos propostos	LINHARES, Fabrício; PENNA, Christiano; BORGES, Glenda
Verificar se o padrão de endividamento dos municípios brasileiros com população entre 100 mil e 1 milhão de habitantes foi alterado após o advento da lei de responsabilidade fiscal	A LRF alterou de forma positiva o volume e o perfil do endividamento dos municípios brasileiros de porte médio. As mudanças já começaram a ocorrer no ano em que foi promulgada, se aprofundaram na primeira gestão sob a referida lei e se mantiveram na segunda gestão, com redução do endividamento líquido	Os resultados obtidos estão limitados aos municípios brasileiros com população entre 100 mil e 1 milhão de habitantes e aos exercícios financeiros analisados. As limitações estão relacionadas, também, aos indicadores selecionados, bem como à exatidão das informações disponibilizadas pela base de dados FINBRA/STN.	GERIGK, Willson; CLEMENTE, Ademir; RIBEIRO, Flávio
Verificar a situação deficitária dos municípios potiguares após a implantação da LRF, no que diz respeito à redução de endividamento e ao cumprimento dos seus limites	Em 63% dos municípios analisados houve redução significativa no endividamento, em 33% houve redução no pagamento dos encargos da dívida e em 11% houve redução no número de períodos de pagamento. Com relação aos limites de endividamento, os municípios pesquisados estão de acordo com os limites impostos na LRF, não excedendo 1,2 vezes a receita corrente líquida e não comprometendo a RCL em mais de 11,5% com amortização, juros e demais encargos da dívida consolidada líquida	A amostra definida intencionalmente deveria ser constituída por todos os municípios potiguares, mas, em virtude da falta de dados, muitos foram excluídos e foram utilizados apenas três anos antes e três anos depois da implantação da LRF para a análise	MELLO, Gilmar Ribeiro de; DALCHIAVON, Eloisa Carla

Quadro 3: Objetivos, resultados e restrições dos artigos categorizados pela perspectiva do “Endividamento”

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Macedo e Corbari (2009) destacam que as implicações da transparência na gestão fiscal dos municípios são de difícil mensuração, contudo, as metas de limites fiscais e de equilíbrio orçamentário são possíveis de ser mensurados pela contabilidade, possibilitando assim uma análise de sua influência no endividamento municipal.

Desta forma, pela análise do Quadro 3, percebe-se que as pesquisas possuem objetivos similares, buscam avaliar, verificar e estimar mudanças trazidas em decorrência da Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios, com ênfase no endividamento. O primeiro trabalho “Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal do Endividamento dos Municípios Brasileiros: Uma Análise de Dados em Painéis” buscou analisar a LRF como mecanismo de restrição fiscal, influenciou o padrão de endividamento dos municípios através da métrica estatística de dados em painéis equilibrados, confirmando a hipótese norteadora da pesquisa, a qual sugeria que o endividamento havia sido influenciado pela LRF. Na segunda pesquisa, “Os Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no Endividamento dos Municípios do Piauí”, busca estimar o efeito da LRF nos municípios após sua implantação, e que como resultado apresenta uma redução de aproximadamente 7% da sua dívida.

No terceiro trabalho, “O Padrão do Endividamento Público nos Municípios Brasileiros de Porte Médio após a Lei de Responsabilidade Fiscal”, buscou demonstrar se o padrão de endividamento dos municípios foi alterado após o advento da LRF, apontando que os municípios de porte médio alteraram o padrão de endividamento durante os primeiros quatro anos, passando a se estabilizar partir de então. O quarto trabalho, “A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Impacto sobre o Endividamento dos Municípios Potiguares”, têm como objetivo demonstrar a situação das finanças no que diz respeito ao endividamento e cumprimento de limites nos municípios, demonstrando que de fato a LRF cumpriu seu objetivo controlando o avanço do endividamento.

Desta forma, avaliando todos os trabalhos, a LRF de fato cumpre seu objetivo, considerando as amostras analisadas, no quesito de reduzir o endividamento, enquanto as limitações dizem respeito às amostras selecionadas, que em todas as pesquisas esteve limitada a determinados fatores.

Linhares *et al* (2013), ainda destaca que a conjuntura das administrações públicas municipais era pouco favorável à execução de superávits, pois não haviam punições práticas aos maus gestores, criando assim um ambiente pouco favorável à

economicidade, à eficiência e à eficácia na execução dos gastos públicos municipais, desta forma variáveis como despesas com pessoal e gastos com investimentos, eram executados de maneira não planejada, resultando, ao final das administrações, em elevados níveis de endividamento.

No Quadro 4, são apresentados os objetivos, resultados e restrições dos artigos do portfólio bibliográfico, categorizados na perspectiva das “Finanças Públicas”.

CATEGORIZAÇÃO: FINANÇAS PÚBLICAS			
Objetivos	Resultados	Restrições	Autor
Avaliar o impacto que a lei de responsabilidade fiscal teve sobre o desempenho financeiro e na execução orçamentária dos municípios do estado do Rio Grande do Sul, no período de 1997 a 2004	Ao reduzir a discricionariedade dos orçamentos, a LRF foi determinante para promover os melhores desempenhos na gestão financeira dos municípios gaúchos, em geral. As contribuições vindas da LRF foram ao sentido do controle dos recursos nas esferas governamentais, tornando-os mais eficientes e equilibrando as contas públicas no âmbito municipal	A análise teve foco nos municípios do Rio Grande do Sul, no período de 1997 a 2004, porém levando em consideração somente os municípios que não apresentaram alteração territorial nesse período	SANTOS, Sandra Regina Toledo Dos; ALVES, Tiago Wickstrom
Identificar os possíveis impactos da lei de responsabilidade fiscal no comportamento das despesas nos municípios de Minas Gerais	A LRF aumentou a dependência das receitas de transferências correntes. Ao sugerir que os municípios poderiam aumentar seus gastos com pessoal até o limite de 60%, a LRF os levou a associarem diretamente aumento das transferências correntes com gasto de pessoal, além de reduzir o vínculo entre a despesa de investimento e a arrecadação tributária	Para os municípios com mais de 300 mil habitantes não há vinculação direta entre investimento e fonte de receitas, embora haja entre investimento e aumento das receitas totais e queda desta vinculação após a promulgação da LRF	SANTOLILIN, Roberto; JAIME JR, Frederico Gonzaga; REIS, Júlio Cezar Dos
Analisar o impacto da lei de responsabilidade fiscal sobre as despesas classificadas por categoria e por função econômica dos municípios gaúchos no período de 1997 - 2004.	Os gastos com infraestrutura foram afetados negativamente pela LRF e da mesma forma, os gastos em áreas sociais, também apresentaram queda. Para as despesas administrativas, a referida legislação fez diminuir os gastos dessa natureza, o que significa que os municípios destinam menos recursos para áreas de atividades de planejamento, administração financeira, ação legislativa, dentre outras. Também houve um aumento de R\$ 77,00 per capita em gasto com pessoal, o que indica que essa categoria de gasto é relativamente mais difícil de ser reduzida. Além de que o crescimento populacional requer maior provisão de serviços públicos	Não apresentadas pelos autores	CHIEZA, Rosa Angela; ARAÚJO, Jorge Paulo de; SILVA JR, Geraldo Edmundo
Analisar a aceitação das contas das prefeituras do estado de Santa Catarina com a aprovação da lei de responsabilidade fiscal no ano de 2000	Houve um maior controle na aplicação e destinação dos recursos arrecadados pelo município, bem como nos recursos recebidos da união e do estado. Os investimentos e contas a pagar passaram a receber maior atenção a fim de não comprometer os gastos dos exercícios futuros. A LRF interferiu no desempenho e controle das contas públicas de forma que houve um expressivo número de contas rejeitadas	Analisar apenas os efeitos no estado de Santa Catarina, não verificar o desempenho o estado no que tange a legislação e não investigar os motivos que levaram a uma maior rejeição nos anos de eleições municipais	CAMARGO, Maria Emilia; SEHNEM, Alyne

CATEGORIZAÇÃO: FINANÇAS PÚBLICAS			
Objetivos	Resultados	Restrições	Autor
Descrever qual o grau de dependência da despesa total com pessoal e encargos sociais definidos pela LRF em relação aos gastos com profissionais do magistério do FUNDEB no município de Barra de Santa Rosa/PB, no período de 2007 a 2009	Existe grande dependência da despesa total com pessoal e encargos sociais em relação aos gastos com profissionais do magistério do FUNDEB. O comportamento da despesa total é explicado em 91,75% dos casos pelos gastos com profissionais do magistério do FUNDEB. As transferências do FUNDEB são significativas, representando em média 33,10% da receita corrente líquida arrecadada anualmente pelo município. Considerando-se apenas essa despesa, ela representa em média 29,32% do limite de 54% para gastos com pessoal definido na LRF.	A carência de pesquisas sobre o índice de pessoal e especificamente sobre o FUNDEB	QUEIROZ, Dimas Barrêto de; CORREA, Renata Paes de Barros; DAMASCENA, Luzivalda Guedes; CHAGAS, Milton Jarbas Rodrigues; ALVES, Karla Roberta Castro Pinheiro
Verificar em que medida análises comparativas e temporais da estrutura de gastos (custos) do setor governamental podem ajudar a entender como são aplicados os recursos disponibilizados pela sociedade	Todos os municípios estão tendo aumento de receitas e, conseqüentemente, despesas acima da inflação do período. No conjunto dos doze municípios analisados a RCL cresceu, entre 2001 e 2005, 52,2% acima da inflação medida pelo INPC e a despesa de pessoal 26,6% também em termos reais. Nesse mesmo período a população desses municípios cresceu 12,9% e o número de funcionários 24,6%. Quanto à arrecadação própria e transferências também há muita discrepância entre as cidades	Não apresentadas pelos autores	AMARAL, Paulo Ferreira; MARINO JR, João; BONACIM, Carlos Alberto Grespan
Verificar se existe inconsistência entre o FUNDEB e a lei de responsabilidade fiscal quanto à despesa com pessoal e encargos sociais nos municípios paraibanos	A inconsistência entre o FUNDEB e a LRF existe apenas para municípios cujo valor da variável FUNDEB/RCL exceder 33,07%, uma vez que torna a probabilidade de ultrapassar o limite máximo para gastos com pessoal maior que 50%	Os modelos gerados nessa pesquisa expressam probabilidades, ou seja, os resultados dos modelos estimados não asseguram o cumprimento ou descumprimento de tais limites	QUEIROZ, Dimas Barrêto de; LEITE FL., Paulo Amilton Maia; VASCONCELOS, Adriana Fernandes; QUEIROZ, Ricardo Medeiros de
Revisão crítica da lei de responsabilidade fiscal, retratando fatos históricos anteriores e recentes, no contexto brasileiro, de situações problemáticas das administrações públicas municipais, quanto ao planejamento e controle fiscal de municípios.	A LRF trouxe maior segurança para a gestão pública, inserindo-se no contexto das reformas estruturais a transparência e responsabilidade aos gestores e proporcionando ações com base em planejamento e controle. Seu objetivo maior é o resultado fiscal positivo dos governos, que traduz em equilíbrio das contas. Nos municípios, onde as ações são implementadas à vista dos seus habitantes, a sociedade pode acompanhar e fiscalizar, devido às ferramentas de gestão disponíveis, inclusive por meio das publicações na internet. A contabilidade, como base de dados e de informações sobre o patrimônio público incorporou em seu contexto as exigências da LRF o que facilitará a tomada de decisões	Não apresentadas pelos autores	ANDRADE, Nilton de Aquino; FORTES, Mauri

Quadro 4: Objetivos, resultados e restrições dos artigos categorizados pela perspectiva das “Finanças Públicas”
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Observando o Quadro 4, os trabalhos analisam a LRF com foco nos municípios, pela perspectiva do comportamento financeiro, com ênfase nos custos e despesas. O primeiro trabalho “O Impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal no Desempenho Financeiro e na Execução Orçamentária dos Municípios no Rio Grande do Sul de 1997 a 2004”, buscou analisar o impacto da LRF no desempenho financeiro e execução orçamentária dos municípios, constatando que a maior parte dos indicadores apresentou melhora nos índices ponderados. Na segunda pesquisa, “Lei de Responsabilidade Fiscal e Implicações na Despesa de Pessoal e de Investimento nos Municípios Mineiros: Um Estudo com Dados em Painel Dinâmico”, busca identificar os impactos da LRE nos municípios em relação ao comportamento das despesas, evidenciando que houve um processo de convergência da despesa com pessoal e também com o gasto com investimento.

No terceiro estudo, “Impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre os Componentes da Despesa dos Municípios Gaúchos: Análise Econométrica”, analisou o impacto da LRF sobre as despesas nos municípios, evidenciando que a lei influenciou negativamente a despesa orçamentária e positivamente o superávit, atingindo o equilíbrio orçamentário e fiscal. No trabalho seguinte, “Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a Prestação de Contas das Prefeituras Catarinenses”, o objetivo foi de analisar a aceitação das contas públicas após a aprovação da LRF, uma vez que houve um expressivo aumento no número de contas rejeitadas. No estudo seguinte, “A Influência dos Gastos do FUNDEB Sobre o Índice De Pessoal e Encargos Sociais determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal: Um Estudo de Caso no Município de Barra de Santa Rosa/PB”, se buscou avaliar a influência de gastos com profissionais do magistério da FUNDEB sobre a despesa com pessoal do município, mostrando o estudo uma grande correlação entre as variáveis, sendo ainda que este gasto específico equivale a aproximadamente 30% do permitido pela LRF para todo o município.

O sexto estudo enquadrado na categoria de finanças públicas, “Contabilidade Governamental: Uma Análise da Implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal em Municípios Paulistas”, buscou verificar em que medida análises comparativas e temporais da estrutura dos custos no setor governamental de um município pode ajudar a entender a aplicação de recursos, concluindo que o gasto público está diretamente vinculado à variação da receita. A sétima pesquisa, “Uma Investigação Sobre a Inconsistência entre o FUNDEB e a Lei de

Responsabilidade Fiscal quanto a Despesa com Pessoal e Encargos Sociais: Um Estudo nos Municípios Paraibanos nos Anos de 2009 a 2012” buscou verificar a existência de inconsistência entre o FUNDEB e a LRF quanto à despesa com pessoal e encargos sociais, a qual foi comprovada para alguns municípios.

O último estudo, “A Lei de Responsabilidade Fiscal nos Municípios – Uma Revisão Crítica”, apresenta uma revisão geral dos fatos históricos e ressesentes sobre a LRF com foco nos municípios, é o estudo o qual aponta os principais eixos abordados na LRF. Este estudo, como outros dois, não tiveram limitações apresentados pelos autores, e quanto às limitações apresentadas, dizem respeito também às amostras selecionadas e a falta de estudos a respeito da temática.

Em uma análise geral, os estudos apontam para mudanças positivas nas finanças públicas com a implantação da LRF. Para Chiesa *et al* (2009), os gastos com infraestrutura, compostos em sua maior parte por investimentos, os quais são fundamentais para a qualificação dos bens e dos serviços proporcionados à população, foram afetados negativamente pela LRF, de forma, que os gastos em áreas sociais como a saúde, educação, saneamento, dentre outros, os quais, em geral, estão separados da função do Estado, porque atendem a uma camada da população com menor poder aquisitivo, também apresentaram queda com a LRF. Enquanto para as despesas administrativas, a Lei de Responsabilidade Fiscal atuou de forma eficaz ao diminuir os gastos dessa natureza, um aspecto positivo, pois significa que os municípios destinam menos recursos para áreas consideradas como meios de sustentação da máquina pública, isto é, recursos utilizados em atividades de planejamento, administração financeira, ação legislativa, dentre outras.

Partindo agora de uma perspectiva mais ampla, no Quadro 5, estão representados os objetivos, resultados e restrições dos artigos do portfólio bibliográfico, categorizados na perspectiva de “Gestão”.

CATEGORIZAÇÃO: GESTÃO			
Objetivos	Resultados	Restrições	Autor
Analisar a influência da LRF na tomada de decisão pelos gestores públicos municipais, bem como suas opiniões em relação a lei e as dificuldades em cumpri-la e ainda a importância da informação contábil neste processo	Os entrevistados consideram a lei muito importante, pois auxilia na gestão da administração pública e proíbe o desvio de recursos públicos. A maior dificuldade encontrada é em seguir a exigência do limite de gasto com pessoal e em relação à informação contábil a maioria dos gestores a considera fundamental para a tomada de decisões	Não apresentadas pelos autores	MAGALHÃES, Elizete Aparecida de; FARONI, Walmer; MAGALHÃES, Elenice Maria de ; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos
Analisar a LRF no tocante às ações de planejamento dos programas e ações públicas na esfera dos municípios, fornecendo uma visão técnica acerca das novas responsabilidades fiscais que estão atingindo todos os gestores públicos	Determinar a uniformidade no planejamento das ações governamentais, elaborar e aprovar o plano plurianual e a lei das diretrizes orçamentárias e o orçamento anual com intuito de primeiro cumprir a lei, tendo o gestor à missão de mostrar ao contribuinte de forma clara e transparente a disposição dos recursos captados	Não apresentadas pelos autores	BIRCK, Luiz Gilberto; SHIKIDA, Pery Francisco Assis; SCHALLENBERGER, Erneldo
Mensurar e avaliar os reflexos da lei de responsabilidade fiscal sobre o espaço de manobra da gestão financeira dos municípios paranaenses extremamente pequenos e dos pequenos	Nos pequenos municípios paranaenses, o advento da LRF tornou os gestores muito mais parcimoniosos na realização de despesas e contribuiu decisivamente para aumentar o espaço de manobra da gestão financeira municipal. Melhor planejamento e controle na gestão financeira das receitas e despesas municipais teriam feito emergir uma mudança estrutural	As análises envolveram apenas os municípios paranaenses com menos de 5 mil habitantes e os com população entre 10 e 20 mil habitantes, nos exercícios de 1998 e 2006. As variáveis empregadas no estudo foram definidas com base em investigação bibliográfica, existindo, portanto, a possibilidade de variáveis relevantes não serem consideradas; bem como, a confiabilidade dos dados da FINBRA/STN.	GERIGK, Willson; CLEMENTE, Ademir ; TAFFAREL, Marinês
Examinar o atendimento aos princípios da lei de responsabilidade fiscal por parte dos municípios paulistas, comparando o período anterior e posterior à entrada em vigor do projeto AUDESP	Houve uma melhora nos índices de resultado orçamentário, resultado financeiro e suficiência de caixa para os municípios do estado de São Paulo, comparando-se o período de 2004-2007 e 2008-2011. Os dados mostram também que no mesmo período houve uma piora nos indicadores de endividamento de longo prazo e gastos com pessoal, além de manter-se inalterado o índice de operações de crédito	Não foram abrangidas todas as variáveis que permitiriam medir a LRF, por falta de dados disponíveis em base secundária. Os dados foram obtidos junto ao site do tribunal de contas do estado de São Paulo chamado SIAPNET, e como não estavam disponíveis os dados de todos os municípios, alguns ficaram de fora do estudo. O fato de não se ter como afirmar que a informatização do controle externo ocorrida no ano de 2008 no estado de São Paulo é a única causa da melhora dos índices fiscais nos municípios, pois outros fatores também podem ter contribuído	AZEVEDO, Ricardo Rocha

Quadro 5: Objetivos, resultados e restrições dos artigos categorizados pela perspectiva da “Gestão”

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Magalhães *et al* (2005) destaca que os gestores públicos, com a edição da lei 101/2000, terão que agir com maior responsabilidade, e além de tomar decisões com mais seriedade, terão a obrigação de proporcionar a sociedade uma maior transparência nos assuntos fiscais.

Na análise do Quadro 5, o primeiro estudo, “A Influência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) na Tomada de Decisão pelos Gestores Públicos Municipais”, buscou analisar a influencia da LRF na gestão dos municípios, bem como importância de informação contábil, a qual foi considerada fundamental para a tomada de decisão pelos gestores, que consideraram a lei importante, porém relataram dificuldades em seguir as exigências. No segundo estudo, “O Município na Lei de Responsabilidade Fiscal”, busca analisar a LRF no tocante do planejamento e ações públicas municipais, fornecendo então uma visão técnica das novas normas e procedimentos a serem adotados.

No terceiro trabalho, “O Impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal Sobre a Gestão Financeira Municipal: Um Estudo com os Municípios do Paraná”, o foco está na mensuração e avaliação dos reflexos da LRF no espaço de manobra da gestão financeira dos municípios, concluindo que este espaço não foi reduzido com a aprovação da LRF. Já o último trabalho, “Uma Análise dos Índices da Lei de Responsabilidade Fiscal nos Municípios Paulistas após a Implantação do Projeto AUDESP”, que objetivou examinar o atendimento aos princípios da LRF pelos municípios, por meio da comparação com o período de atuação do projeto AUDESP, evidenciando que houve uma melhora na maior parte dos indicadores fiscais.

De modo geral, os trabalhos apresentaram um enfoque especial na gestão municipal, contando com a opinião de gestores e da população em geral. As limitações apresentadas dizem respeito a não abrangência de algumas variáveis e a população amostra.

Gerigk *et al* (2010), ainda acrescenta que o mais aconselhável para a ampliação do espaço de manobra da gestão financeira municipal, é conciliar a redução das despesas com pessoal com a das demais despesas utilizadas para manter os serviços públicos, consumindo assim menos receitas correntes e aumentando o superávit corrente.

A seguir no Quadro 6, são apresentados os objetivos, resultados e restrições dos artigos do portfólio bibliográfico, categorizados na perspectiva da “Transparência”.

CATEGORIZAÇÃO: TRANSPARÊNCIA			
Objetivos	Resultados	Restrições	Autor
Identificar a aplicação dos instrumentos de transparência contidos na lei de responsabilidade fiscal, analisando essa aplicação nos municípios que possuem entre cinquenta e cem mil habitantes nos estados da região sul do Brasil	75% dos municípios do rio grande do sul, 66% dos municípios de Santa Catarina e 92% dos municípios do paraná atenderam 70% ou mais dos requisitos preestabelecidos. duas características foram recorrentes nos três estados: as informa�es estavam dispersas pelos sítios eletrônicos, ou seja, não estavam presentes em um sistema integrado; além do fato de o requisito que exige o valor do lançamento da receita ter apresentado o menor �ndice de divulga�o. por outro lado, 100% dos municípios componentes da análise não exigem cadastro dos usuários em seus portais para acesso às informa�es, sendo este o requisito cumprido por todos	Não apresentadas pelos autores	NUNES, Giselle Souza de Franceschi; SANTOS, Vanessa dos; FARIAS, Sueli; SOARES, Sandro Vieira
Avaliar se os municípios mineiros utilizam a internet, reconhecidamente um dos principais meios de comunica�o existentes, para evidenciar as informa�es solicitadas pela lei de responsabilidade fiscal	A maior parte dos municípios mineiros não possui sítio próprio na internet. Entretanto, averiguou-se que 26,32% destes municípios utilizam os serviços da empresa administra�o pública para municípios LTDA. (ADPM), no intuito de evidenciar suas informa�es financeiras. Nenhum dos municípios contidos na amostra divulgou todas as informa�es requeridas pela LRF em seus sítios. Portanto os municípios mineiros subutilizam a internet para evidenciar as informa�es financeiras	O fato de não avaliar se as informa�es divulgadas se referem a um ano específico, uma vez que o estudo analisou apenas se as informa�es são divulgadas na internet, independentemente dos anos de competência —2005, 2006, 2007 ou 2008. Além disso, o estudo realizado analisou apenas se as informa�es eram divulgadas no sítio, independentemente de sua qualidade	SOUZA, Antônio Artur de; BOINA, Terence; AVELAR, Ewerton Alex; GOMIDE, Pedro Lúcio Rodrigues
Verificar o grau de compreensibilidade geral atribuído pelos cidadãos aos demonstrativos da lei de responsabilidade fiscal publicados nos jornais pelo poder público de um município gaúcho	Os respondentes atribuíram um nível de compreensibilidade geral relativamente baixo aos demonstrativos estudados. os cidadãos não conseguiram identificar nos demonstrativos o que eles se propunham a evidenciar, e consideraram necessária a inser�o de complementos, como notas explicativas, glossários e gráficos, além do parecer resumido sobre as contas municipais emitido pelo tribunal de contas, ou seja, os municípios demandam informa�es atreladas ao seu cotidiano e não as de cunho eminentemente técnico-fiscal, como as evidenciadas pelos demonstrativos analisados	Não abranger todos os demonstrativos e relatórios exigidos pela LRF e se restringir a balanços publicados na mídia impressa (jornais), não contemplando outros meios de divulga�o e o fato de utilizar-se de uma amostra não probabilística do tipo acidental	GALLON, Alessandra Vasconcelos; TREVISAN, Ronie; PFITSCHER, Elisete Dahmer; LIMONGI, Bernadete

Quadro 6: Objetivos, resultados e restri es dos artigos categorizados pela perspectiva da “Transparência”

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

No Quadro 6, o primeiro trabalho “Análise dos Instrumentos de Transparência Contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal nos Municípios da Região Sul”, busca identificar a aplica o dos instrumentos de transparência contidos na LRF nos municípios da região sul, demonstrando assim que mais de 65% dos municípios atenderam a pelo menos 70% dos requisitos. O segundo

estudo, “Evidenciação Contábil nos Municípios Mineiros: Atendimento ao Artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal” aborda a importância do uso da internet pelos municípios para a evidenciação das informações solicitadas pela LRF, de modo que a maior parte dos municípios analisados demonstra todas as informações necessárias e a maior parte deles também não possui um canal próprio para tais divulgações.

No terceiro e último trabalho, “A Compreensibilidade dos Cidadãos de um Município Gaúcho acerca dos Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal Publicados nos Jornais”, tem o foco voltado à população em geral, com o objetivo de avaliar o grau de compreensibilidade dos mesmos a respeito de demonstrações contábeis publicadas, que como apontado na pesquisa devem apresentar-se de forma mais explícita, para facilitar o acompanhamento da população a cerca destas informações.

De modo geral, os trabalhos apresentam limitações na coleta das informações, pela falta ou pela não abrangência de todas. No eixo da transparência os trabalhos apresentam na sua maior parte pontos a serem revistos pelos gestores, pois a transparência é um dos principais enfoques da Lei 101/2000.

Nunes *et al* (2013) destaque ainda que limitando as informações relativas a previsão da receita, os municípios impactam diretamente no controle por parte dos órgãos fiscalizadores quanto à limitações importantes dispostas pela LRF em relação à despesas com pessoal e quanto à dívida pública, o que limita o trabalho gerencial, além de impossibilitar a democratização do acesso às informações. Também alerta para a falta de integridade e tempestividade na evidenciação da informação contábil, culminando na perda da relevância e confiabilidade de tal informação, o que, influencia negativamente no trabalho do gestor público, além de prejudicar a percepção dos usuários quanto à gestão dos recursos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral mapear o desenvolvimento da pesquisa científica nos últimos anos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios. Para atingir este objetivo geral foram traçados os seguintes objetivos específicos: (i) selecionar um portfólio bibliográfico sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios; (ii) realizar análise bibliométrica do portfólio bibliográfico e suas referências visando identificar os: principais autores; periódicos; palavras-chaves; reconhecimento científico e análise temporal dos artigos, posteriormente realizando a análise cruzada do portfólio e suas referências e por fim, (iii) realizar análise de conteúdo do portfólio bibliográfico evidenciando o enquadramento metodológico dos trabalhos e seus objetivos, resultados e restrições, através da categorização dos trabalhos.

A fim de atingir o primeiro objetivo específico, foi estruturado um processo de busca e seleção, o qual está descrito na seção 3.2.1 da metodologia da pesquisa. Selecionado assim o portfólio bibliográfico composto de dezenove artigos, por meio dos quais se busca realizar os objetivos específicos seguintes.

Quanto ao segundo objetivo específico, a análise bibliométrica ocorreu de duas formas: (i) análise do portfólio bibliográfico e (ii) análise das referências do portfólio bibliográfico. Na análise do portfólio bibliográfico, ganha destaque pelo reconhecimento científico o trabalho intitulado “Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no Endividamento dos Municípios Brasileiros: Uma Análise de Dados em Painéis”, escrito por Joel de Jesus Macedo e Ely Célia Corbari, no ano de 2009 e publicado pela Revista Contabilidade e Finanças, classificada como A2 pelo Qualis Capes. Na análise das referências do portfólio bibliográfico, ganha destaque pelo reconhecimento científico o trabalho “Accountability: Quando Poderemos Traduzi-La para o Português?” escrito por Anna Maria Campos e publicado na Revista de Administração Pública.

Posterior à ambas análises bibliométricas, ocorreu então à análise cruzada destes dados, evidenciando como trabalho de maior destaque a pesquisa intitulada: “Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no Endividamento dos Municípios Brasileiros: uma Análise de Dados em Painéis”, escrita Joel de Jesus Macedo e Ely Célia Corbari, estando presente nas referências de outros quatro trabalhos do

portfolio bibliográfico. A pesquisa foi publicada no ano de 2009, momento em que se inicia o período com maior número de publicações sobre a temática da Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios. Quanto aos autores, ganha destaque Wilson Gerigk, o qual possui quatro publicações distintas sobre o tema, sendo duas no portfolio bibliográfico e outras duas nas referências. Na análise geral dos periódicos, está em evidência a Revista de Administração Pública, a qual concentra ao todo duas publicações no portfolio bibliográfico e nove publicações nas referências. Dentre todas as palavras-chaves utilizadas nos trabalhos o grande destaque foi “Lei de Responsabilidade Fiscal”, tema central da pesquisa.

Para realização do terceiro objetivo específico, a análise de conteúdo do portfolio bibliográfico em sua primeira etapa, analisou o enquadramento metodológico dos trabalhos, destacando que parte das informações são representadas de forma empírica, ou seja, são informações subjetivas as quais ganham uma interpretação própria. São destaque nas pesquisas com a temática da Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios, trabalhos teóricos de natureza exploratória. A abordagem da pesquisa em sua grande maioria é quantitativa, pois são formuladas hipóteses e classificadas as relações e interações entre as variáveis para a avaliação do impacto da LRF. Na coleta de dados prevalecem os dados secundários, como, por exemplo, os relatórios financeiros utilizados em diversos trabalhos, destacando-se assim a utilização da análise documental como instrumento de pesquisa.

E uma segunda etapa, foram categorizados os trabalhos em quatro principais linhas de pesquisa: (i) endividamento; (ii) finanças públicas; (iii) gestão e (iv) transparência. Os trabalhos da primeira categoria, basicamente propõem-se a analisar e estimar de alguma forma as mudanças relacionadas ao endividamento público nos municípios, demonstrando assim que a LRF de fato tem cumprido seu papel no que tange este item, trazendo resultados positivos em todas as análises. A segunda categoria engloba não somente um número maior de trabalhos como também uma maior diversidade de focos de pesquisa como: orçamento, despesas e desempenho financeiro, sendo que a maior parte deles aponta para mudanças positivas ocasionadas pela LRF. Na categoria de “gestão”, são abordados temas referentes à visão geral da LRF pelos próprios gestores públicos, destacando as dificuldades em cumprir determinados princípios da lei 101/2000, como, por exemplo, os limites de gastos. Já a categoria “transparência”, os resultados das

pesquisas mostram que este tem sido o eixo da LRF de maior dificuldade de atendimento, no que tange a informação fornecida a população em geral, que tem encontrado dificuldade tanto na obtenção quanto na compreensão destas informações.

Desta forma, conclui-se que a situação atual do desenvolvimento da pesquisa científica sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios, no viés da comunidade científica nacional, tem sido muito abrangente no que tange aos diversos eixos da lei 101/2000, tendo diversas pesquisas publicadas em importantes periódicos e através dos estudos apontando para mudanças positivas ocasionadas pela LRF, no controle e equilíbrio das contas públicas, porém deixando no quesito da transparência alguns pontos a serem revistos. Souza *et al* (2008) destaca também que a LRF alterou substancialmente a gestão pública no Brasil, inserindo uma série de dispositivos de forma a aumentar os controles sobre as contas públicas, apresentando a Contabilidade Governamental como um dos instrumentos no processo de promoção da transparência na gestão pública.

Este estudo cumpriu com o objetivo de mapear o desenvolvimento da pesquisa científica nos últimos anos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal com foco nos municípios, estruturando os estudos e destacando as abordagens adotadas pelos pesquisadores em seus estudos.

A presente pesquisa encontrou as seguintes limitações:

(i) a seleção de o portfolio bibliográfico ter sido realizada somente nas bases de dados: Google Acadêmico e Spell;

(ii) na seleção dos artigos do portfolio bibliográfico terem sido considerados apenas os estudos com as palavras “Lei de Responsabilidade Fiscal” no título do trabalho;

(iii) na seleção dos artigos do portfolio bibliográfico terem sido considerados apenas os periódicos A1, B1, B2 e B3;

(iv) na análise bibliométrica das referências terem sido considerados apenas os artigos nacionais;

(v) na análise de conteúdo ter sido analisado somente os objetivos, resultados e restrições dos trabalhos.

Por meio deste estudo é possível sugerir novos estudos no que tange a Lei de Responsabilidade Fiscal como foco nos municípios como: (i) utilização de novas

bases de dados para a seleção de trabalhos; (ii) maior abrangência na seleção dos artigos e (iii) análise dos principais indicadores utilizados nas pesquisas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Paulo Ferreira; MARINO JUNIOR, João; BONACIM, Carlos Alberto Grespan. Contabilidade governamental: uma análise da implementação da lei de responsabilidade fiscal em municípios paulistas. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.3-18, 2008.

ANDRADE, Nilton de Aquino; FORTES, Mauri. A lei de responsabilidade fiscal nos municípios: uma revisão crítica. **Reuna**. v. 10, n. 3, p.53-73, 2005.

ARAÚJO, Alberan Leite de. Lei de responsabilidade fiscal e seus reflexos na contabilidade pública. **RBDGP**, Pombal, v. 1, n. 1, p.56-61, 2013.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 1, n. 12, p.11-32, 2006.

AZEVEDO, Ricardo Rocha. Uma análise dos índices da lei de responsabilidade fiscal nos municípios paulistas após a implantação do projeto AUDESP. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 3, n. 2, p.39-60, 2013.

BIRCK, Luiz Gilberto; SHIKIDA, Pery Francisco Assis; SCHALLENBERGER, Ernelo. O município na lei de responsabilidade fiscal. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 6, n. 16, p.15-28, dez. 2004.

BRASIL (1986). Decreto nº 93872, de 23 de dezembro de 1986. Dispõem sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. Unificação dos Recursos de Caixa do Tesouro Nacional.

_____ (2000). Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Responsabilidade Fiscal.

CAMARGO, Maria Emilia; SEHNEM, Alyne. Efeitos da lei de responsabilidade fiscal sobre a prestação de contas das prefeituras catarinenses. **Race**. v. 9, n. 1-2, p.251-272, 2010.

CHIEZA, Rosa Ângela; ARAÚJO, Jorge Paulo de; SILVA JUNIOR, Geraldo Edmundo. Impactos da lei de responsabilidade fiscal sobre os componentes da

despesa dos municípios gaúchos: análise econométrica. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 30, p.363-390, out. 2009.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DURÃO, Pedro. Alcance da lei de responsabilidade fiscal nos convênios para gestores públicos e contabilistas. **Revista de Direito Aplicado - Redap**, Salvador, v. 4, p.0-0, 2012.

FERREIRA, Ana Gabriela Clipes. Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. **Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 11, p.0-0, jun. 2010.

FIORAVANTE, Dea Guerra; PINHEIRO, Maurício Mota Saboya; VIEIRA, Roberta da Silva. Finanças públicas municipais: uma reflexão sobre os impactos da lei de responsabilidade fiscal. In: CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata et al. **Dinâmica dos Municípios**. Brasília: Ipea, 2008. p. 53-112.

GALLON, Alessandra Vasconcelos et al. A compreensibilidade dos cidadãos de um município gaúcho acerca dos demonstrativos da lei de responsabilidade fiscal publicados nos jornais. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJU**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p.79-96, 2011.

GERIGK, Willson; CLEMENTE, Ademir; RIBEIRO, Flávio. O padrão do endividamento público nos municípios brasileiros de porte médio após a lei de responsabilidade fiscal. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 6, n. 1, p.122-140, 2014.

GERIGK, Willson; CLEMENTE, Ademir; TAFFAREL, Marinês. O impacto da lei de responsabilidade fiscal sobre a gestão financeira municipal: um estudo com os municípios do paraná. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, Campo Largo, v. 10, n. 1, p.64-83, maio 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

KALIFE, Marco Aurélio. Administra o pública: lei de responsabilidade fiscal e a controladoria. **Revista Eletrônica de Contabilidade do Curso de Ciências Contábeis UFSM**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, 2004.

KELLES, Márcio Ferreira. 10 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal: da idealidade à efetividade. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, Minas Gerais, v. 75, n. 2, 2010.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: teoria e pratica**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LINHARES, Fabricio; PENNA, Christiano; BORGES, Glenda. Os efeitos da lei de responsabilidade fiscal no endividamento dos municípios do piauí. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, p.1359-1373, 2013.

MACEDO, Joel de Jesus; CORBARI, Ely Célia. Efeitos da lei de responsabilidade fiscal no endividamento dos municípios brasileiros: uma análise de dados em painéis. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 20, n. 51, p.44-60, 2009.

MAGALHÃES, Elizete Aparecida de et al. A influência da lei de responsabilidade fiscal (LRF) na tomada de decisão pelos gestores públicos municipais. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p.9-36, dez. 2005.

MELLO, Gilmar Ribeiro de; DALCHIAVON, Eloisa Carla. A lei de responsabilidade fiscal (LRF) e o impacto sobre o endividamento dos municípios potiguares. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, Fortaleza, v. 10, n. 2, p.48-60, 2012.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p.7-32, 1999.

NUNES, Gissele Souza de Franceschi et al. Análise dos instrumentos de transparência contidos na lei de responsabilidade fiscal nos municípios da região sul. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 5, n. 2, p.128-150, 2013.

PELICIONI, Angela Cristina. A Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 37, n. 146, p.109-117, 2000.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, Dimas Barrêto de et al. A influência dos gastos do FUNDEB sobre o índice de pessoal e encargos sociais determinado pela lei de responsabilidade fiscal: um estudo de caso no município de barra de santa rosa/pb. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p.51-66, 2010.

QUEIROZ, Dimas Barrêto de et al. Uma investigação sobre a inconsistência entre o FUNDEB e a lei de responsabilidade fiscal quanto a despesa com pessoal e encargos sociais: um estudo nos municípios paraibanos nos anos de 2009 a 2012. **Registro Contábil**, Maceió, v. 5, n. 2, p.100-117, 2014.

RAMOS, Erlaine Teodoro; CONCEIÇÃO, Francisca Lúcia. **Impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a Contabilidade Pública**. 2006. 67 f. Monografia (Especialização) - Curso de Contabilidade e Orçamento, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ROSSI, George Bedinelli; SERRALVO, Francisco Antônio; JOÃO, Belmiro Nascimento. Análise de conteúdo. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 13, n. 4, set. 2014.

SANTOLIN, Roberto; JAYME JUNIOR, Frederico Gonzaga; REIS, Júlio César dos. Lei de responsabilidade fiscal e implicações na despesa de pessoal e de investimento nos municípios mineiros: um estudo com dados em painel dinâmico. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 4, p.895-923, 2009.

SANTOS, Sandra Regina Toledo dos; ALVES, Tiago Wickstrom. O impacto da lei de responsabilidade fiscal no desempenho financeiro e na execução orçamentária dos municípios no rio grande do sul de 1997 a 2004. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p.181-208, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Minas Gerais, v. 7, n. 1, p.70-81, 2005.

SILVA, Daiane Rodrigues da; BONACIM, Carlos Alberto Grespan. A Influência da Lei De Responsabilidade Fiscal na Gestão das Contas Públicas Segundo a Percepção De. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.148-168, 2010.

SILVA, Mary Aparecida Ferreira da. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2005.

SILVA, Sheila Messias da et al. Dez anos de responsabilidade fiscal: um estudo da evolução da dívida pública da prefeitura de recife. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 4, n. 2, p.1-17, 2012.

SILVA, Adériton Bueno. **A Contabilidade Pública e o impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal na Administração Pública**. 2012. 33 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Araguaia, Goiânia, 2012.

SOUZA, Antônio Artur de et al. Evidenciação contábil nos municípios mineiros: atendimento ao artigo 48 da lei de responsabilidade fiscal. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 42, p.36-43, 2008.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 3, n. 2, p.152-162, 2002.

APÊNDICE A - Artigos que compõem o Portfólio Bibliográfico

	TÍTULO ARTIGO	ANO	PERÍODICO	CLASSIFICAÇÃO - QUALIS CAPES	AUTORES
1	EFEITOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO ENDIVIDAMENTO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE DE DADOS EM PAINÉIS.	2009	REVISTA CONTABILIDADE & FINANÇAS	A2	JOEL DE JESUS MACEDO, ELY CÉLIA CORBARI
2	O IMPACTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO DESEMPENHO FINANCEIRO E NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS MUNICÍPIOS NO RIO GRANDE DO SUL DE 1997 A 2004.	2011	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	A2	SANDRA REGINA TOLEDO DOS SANTOS, TIAGO WICKSTROM ALVES
3	OS EFEITOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO ENDIVIDAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO PIAUÍ.	2013	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	A2	FABRICIO LINHARES, CHRISTIANO PENNA, GLENDA BORGES
4	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E IMPLICAÇÕES NA DESPESA DE PESSOAL E DE INVESTIMENTO NOS MUNICÍPIOS MINEIROS: UM ESTUDO COM DADOS EM PAINEL DINÂMICO.	2009	ESTUDOS ECONOMICOS	B3	ROBERTO SANTOLIN, FREDERICO GONZAGA JAYME JR., JÚLIO CÉSAR DOS REIS
5	A INFLUÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) NA TOMADA DE DECISÃO PELOS GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.	2005	CONTABILIDADE VISTA & REVISTA	B1	ELIZETE APARECIDA DE MAGALHÃES, WALMER FARONI, ELENICE MARIA DE MAGALHÃES, SUELY DE FÁTIMA RAMOS SILVEIRA
6	O MUNICÍPIO NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.	2004	REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO DE NEGÓCIOS	B1	LUIZ GILBERTO BIRCK, PERY FRANCISCO ASSIS SHIKIDA, ERNELDO SCHALLENBERGER
7	O IMPACTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL SOBRE A GESTÃO FINANCEIRA MUNICIPAL: UM ESTUDO COM OS MUNICIPIOS DO PARANÁ	2011	REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIA ADMINISTRATIVA (RECADM)	B2	WILLSON GERIGK, ADEMIR CLEMENTE, MARINÊS TAFFAREL
8	IMPACTOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL SOBRE OS COMPONENTES DA DESPESA DOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS: ANÁLISE ECONOMETRICA.	2009	ENSAIOS FEE	B2	ROSA ANGELA CHIEZA, JORGE PAULO DE ARAÚJO E GERALDO EDMUNDO SILVA JUNIOR
9	ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA CONTIDOS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL.	2013	REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL	B2	GISSELE SOUZA DE FRANCESCHI NUNES, VANESSA DOS SANTOS, SUELI FARIAS, SANDRO VIEIRA SOARES
10	EFEITOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS PREFEITURAS CATARINENSES.	2010	RACE	B2	MARIA EMILIA CAMARGO, ALYNE SEHNEM

	TÍTULO ARTIGO	ANO	PERÍODICO	CLASSIFICAÇÃO - QUALIS CAPES	AUTORES
11	A INFLUÊNCIA DOS GASTOS DO FUNDEB SOBRE O ÍNDICE DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DETERMINADO PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTA ROSA/PB.	2010	SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO	B2	DIMAS BARRÊTO DE QUEIROZ, RENATA PAES DE BARROS CORREA, LUZIVALDA GUEDES DAMASCENA, MILTON JARBAS RODRIGUES CHAGAS, KARLA ROBERTA CASTRO PINHEIRO ALVES
12	O PADRÃO DO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS DE PORTE MÉDIO APÓS A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.	2014	REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL	B2	WILLSON GERIGK, ADEMIR CLEMENTE, FLÁVIO RIBEIRO
13	A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) E O IMPACTO SOBRE O ENDIVIDAMENTO DOS MUNICÍPIOS POTIGUARES.	2012	REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ECONOMIA E GESTÃO	B2	GILMAR RIBEIRO DE MELLO, ELOISA CARLA DALCHIAVON
14	CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL EM MUNICÍPIOS PAULISTAS.	2008	REVISTA DE CONTABILIDADE DO MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UERJ	B3	PAULO FERREIRA AMARAL, JOÃO MARINO JUNIOR, CARLOS ALBERTO GRESPLAN BONACIM
15	UMA ANÁLISE DOS ÍNDICES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO AUDESP.	2013	REVISTA DE GESTÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE	B3	RICARDO ROCHA AZEVEDO
16	UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A INCONSISTÊNCIA ENTRE O FUNDEB E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL QUANTO A DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS: UM ESTUDO NOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS NOS ANOS DE 2009 A 2012.	2014	REGISTRO CONTÁBIL	B3	DIMAS BARRÊTO DE QUEIROZ, PAULO AMILTON MAIA LEITE FILHO, ADRIANA FERNANDES VASCONCELOS, RICARDO MEDEIROS DE QUEIROZ
17	EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL NOS MUNICÍPIOS MINEIROS: ATENDIMENTO AO ARTIGO 48 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.	2008	PENSAR CONTÁBIL	B3	ANTÔNIO ARTUR DE SOUZA, TERENCE BOINA, EWERTON ALEX AVELAR, PEDRO LÚCIO RODRIGUES GOMIDE
18	A COMPREENSIBILIDADE DOS CIDADÃOS DE UM MUNICÍPIO GAÚCHO ACERCA DOS DEMONSTRATIVOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL PUBLICADOS NOS JORNAIS.	2011	REVISTA DE CONTABILIDADE DO MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UERJ	B3	ALESSANDRA VASCONCELOS GALLON, RONIE TREVISAN, ELISETE DAHMER PFITSCHER, BERNADETE LIMONGI
19	A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NOS MUNICÍPIOS – UMA REVISÃO CRÍTICA.	2005	REUNA	B3	NILTON DE AQUINO ANDRADE, MAURI FORTES

Artigos que compõem o Portfólio Bibliográfico
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

APÊNDICE B - Artigos que compõem as Referências do Portfólio Bibliográfico

	TÍTULO ARTIGO	ANO	PERÍODICO	AUTORES
1	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NA VISÃO DA CONTROLADORIA	2003	CONTEXTO	ANDERSON JULIÃO
2	INDICADORES DE DESEMPENHO COMO DIRECIONADORES DE VALOR	2003	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA	EDUARDO SÉRGIO ULRICH PACE, LEONARDO FERNANDO CRUZ BASSO, MARCOS ALESSANDRO DA SILVA
3	EFEITOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO ENDIVIDAMENTO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS UMA ANÁLISE DE DADOS EM PAINÉIS	2009	REVISTA CONTABILIDADE & FINANÇAS	JOEL DE JESUS MACEDO, ELY CÉLIA CORBARI
4	EFEITOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO ENDIVIDAMENTO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS UMA ANÁLISE DE DADOS EM PAINÉIS	2009	REVISTA CONTABILIDADE & FINANÇAS	JOEL DE JESUS MACEDO, ELY CÉLIA CORBARI
5	EFEITOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO ENDIVIDAMENTO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS UMA ANÁLISE DE DADOS EM PAINÉIS	2009	REVISTA CONTABILIDADE & FINANÇAS	JOEL DE JESUS MACEDO, ELY CÉLIA CORBARI
6	EFEITOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO ENDIVIDAMENTO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS UMA ANÁLISE DE DADOS EM PAINÉIS	2009	REVISTA CONTABILIDADE & FINANÇAS	JOEL DE JESUS MACEDO, ELY CÉLIA CORBARI
7	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E IMPLICAÇÕES NA DESPESA DE PESSOAL E DE INVESTIMENTO NOS MUNICÍPIOS MINEIROS: UM ESTUDO COM DADOS EM PAINEL DINÂMICO	2009	ESTUDOS ECONÔMICOS	ROBERTO SANTOLIN , FREDERICO GONZAGA JAYME JR, JÚLIO CÉSAR DOS REIS
8	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E IMPLICAÇÕES NA DESPESA DE PESSOAL E DE INVESTIMENTO NOS MUNICÍPIOS MINEIROS: UM ESTUDO COM DADOS EM PAINEL DINÂMICO	2009	ESTUDOS ECONÔMICOS	ROBERTO SANTOLIN , FREDERICO GONZAGA JAYME JR, JÚLIO CÉSAR DOS REIS
9	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E IMPLICAÇÕES NA DESPESA DE PESSOAL E DE INVESTIMENTO NOS MUNICÍPIOS MINEIROS: UM ESTUDO COM DADOS EM PAINEL DINÂMICO	2009	ESTUDOS ECONÔMICOS	ROBERTO SANTOLIN , FREDERICO GONZAGA JAYME JR, JÚLIO CÉSAR DOS REIS
10	A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E AS MICRORREGIÕES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE EMPÍRICA	2007	ENSAIOS FEE	GILBERTO DE OLIVEIRA VELOSO, ANDERSON MUTTER TEIXEIRA
11	A LEI DE RESPONSABILIDADE NA GESTÃO FISCAL: COMBATENDO FALHAS DE GOVERNO À BRASILEIRA	2004	REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA	CARLOS ANTONIO LUQUE, VERA MARTINS DA SILVA
12	SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, ACCOUNTABILITY E DEMOCRACIA DELEGATIVA: INVESTIGAÇÃO EM PORTAIS DE GOVERNO NO BRASIL	2002	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LUIZ AKUTSU, JOSÉ ANTONIO GOMES DE PINHO
13	ACCOUNTABIUTY: QUANDO PODEREMOS TRADUZI-LA PARA O PORTUGUES?	1990	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ANNA MARIA CAMPOS
14	UMA DISCUSSÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE INDICADORES DE TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA FEDERAL COMO SUPORTE AO CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA	2008	REVISTA DE CONTABILIDADE DO MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UERJ	FLÁVIO ALVES CARLOS, JORGE EXPEDITO DE GUSMÃO LOPES, MARCLEIDE MARIA MACEDO PEDERNEIRAS, JOÃO MARCELO ALVES MACÊDO, RODRIGO GAYGER AMARO, JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO FILHO

	TÍTULO ARTIGO	ANO	PERÍODICO	AUTORES
15	TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: UM ESTUDO A PARTIR DOS PORTAIS ELETRÔNICOS DOS MAIORES MUNICÍPIOS BRASILEIROS	2012	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CLÁUDIA FERREIRA CRUZ, ARACÉLI CRISTINA DE SOUSA FERREIRA, LINO MARTINS DA SILVA, MARCELO ÁLVARO DA SILVA MACEDO
16	AJUSTE FISCAL NOS ESTADOS: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 1998 - 2006	2010	REVISTA DE ECONOMIA CONTEMPORÂNEA	SÉRGIO WULFF GOBETTI
17	PRÁTICAS DE ACCOUNTABILITY: UMA ANÁLISE DO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA NOS MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DE SANTA CATARINA	2011	REVISTA CONTEMPORANEA DE CONTABILIDADE	LUCAS PETER KEUNECKE , JOÃO TELES , LEONARDO FLACH
18	ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS – LITERATURA, EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS E O CASO BRASILEIRO.	2007	CADERNO DE FINANÇAS PÚBLICAS	CRISTIANO AGUIAR LOPES
19	PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS: OBRIGATORIEDADE E ABRANGÊNCIA DESSES PRINCÍPIOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA	2009	CONTABILIDADE VISTA & REVISTA	ORION AUGUSTO PLATT NETO , FLÁVIO DA CRUZ , SANDRA ROLIM ENSSLIN , LEONARDO ENSSLIN
20	PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS: OBRIGATORIEDADE E ABRANGÊNCIA DESSES PRINCÍPIOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA	2009	CONTABILIDADE VISTA & REVISTA	ORION AUGUSTO PLATT NETO , FLÁVIO DA CRUZ , SANDRA ROLIM ENSSLIN , LEONARDO ENSSLIN
21	ACCOUNTABILITY: JÁ PODEMOS TRADUZIR-LA PARA O PORTUGUÊS?	2009	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	JOSÉ ANTONIO GOMES DE PINHO, ANA RITA SILVA SACRAMENTO
22	TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O QUE MUDOU DEPOIS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL? UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM SEIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR.	2008	REVISTA DE CONTABILIDADE DA UFBA	ANA RITA SILVA SACRAMENTO, JOSÉ ANTÔNIO GOMES PINHO
23	TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O QUE MUDOU DEPOIS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL? UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM SEIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR.	2008	REVISTA DE CONTABILIDADE DA UFBA	ANA RITA SILVA SACRAMENTO, JOSÉ ANTÔNIO GOMES PINHO
24	UMA ANÁLISE SOBRE A EVIDENCIAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS	2010	ENFOQUE: REFLEXÃO CONTÁBIL	FÁBIA JAiany VIANA DE SOUZA, MAURÍCIO CORRÊA DA SILVA, ANEIDE OLIVEIRA ARAÚJO, JOSÉ DIONÍSIO GOMES DA SILVA
25	GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS DE PORTE MÉDIO DEPOIS DA LRF	2011	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS EM REVISTA	WILLSON GERIGK, ADEMIR CLEMENTE, MARINÊS TAFFAREL
26	DÉFICIT E AJUSTE FISCAL DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS: UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO 1989 – 2001 VIA DADOS EM PAINEL	2005	REVISTA ECONOMIA	SERGIO NARUHIKO SAKURAI
27	IDENTIFICANDO O ENDIVIDAMENTO DOS ESTADOS BRASILEIROS: UMA PROPOSTA ATRAVÉS DE ANÁLISE DISCRIMINANTE	2008	ENFOQUE: REFLEXÃO CONTÁBIL	GILMAR RIBEIRO DE MELLO, FABRÍCIO DE QUEIROZ MACEDO, FRANCISCO TAVARES FILHO, VALMOR SLOMSKI
28	ESTUDO DOS REFLEXOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO ENDIVIDAMENTO DOS ESTADOS BRASILEIROS	2005	UNB CONTABIL	GILMAR RIBEIRO DE MELLO, VALMOR SLOMSKI, LUIZ J. CORRAR
29	CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL EM MUNICÍPIOS PAULISTAS	2010	REVISTA DE CONTABILIDADE DO MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UERJ	PAULO FERREIRA AMARAL, JOÃO MARINO JUNIOR, CARLOS ALBERTO GRESPAN BONACIM

	TÍTULO ARTIGO	ANO	PERIÓDICO	AUTORES
30	CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL EM MUNICÍPIOS PAULISTAS	2010	REVISTA DE CONTABILIDADE DO MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UERJ	PAULO FERREIRA AMARAL, JOÃO MARINO JUNIOR, CARLOS ALBERTO GRESPAN BONACIM
31	A COMPREENSIBILIDADE DOS CIDADÃOS DE UM MUNICÍPIO GAÚCHO ACERCA DOS DEMONSTRATIVOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL PUBLICADOS NOS JORNAIS	2011	REVISTA DE CONTABILIDADE DO MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UERJ	ALESSANDRA VASCONCELOS GALLON, RONIE TREVISAN, ELISETE DAHMER PFITSCHER, BERNADETE LIMONGI
32	O IMPACTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL SOBRE A GESTÃO FINANCEIRA DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS: O CASO DO PARANÁ	2010	REVISTA DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM CONTABILIDADE	WILLSON GERIGK, ADEMIR CLEMENTE, MARINÊS TAFFAREL
33	O IMPACTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO DESEMPENHO FINANCEIRO E NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS MUNICÍPIOS NO RIO GRANDE DO SUL DE 1997 A 2004	2011	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SANDRA REGINA TOLEDO DOS SANTOS, TIAGO WICKSTROM ALVES
34	GASTOS PÚBLICOS E CRESCIMENTO ECONÔMICO RECENTE DOS ESTADOS BRASILEIROS	2012	REVISTA ECONOMIA & TECNOLOGIA	ROBERTO SALVADOR SANTOLIN, GUILHERME JONAS COSTA DA SILVA
35	O USO DA WEB E DA CONTROLADORIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: INOVAÇÃO MUNICIPAL	2005	REVISTA CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	DENISE CARNEIRO DOS REIS BERNARDO, ANDRÉ LUIZ ZAMBALDE
36	TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS: UM ENFOQUE NO USO DA INTERNET COMO INSTRUMENTO DE PUBLICIDADE NA UFSC	2007	REVISTA CONTEMPORANEA DE CONTABILIDADE	ORION AUGUSTO PLATT NETO, FLÁVIO DA CRUZ, AUDÍ LUIZ VIERA
37	TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS: UM ENFOQUE NO USO DA INTERNET COMO INSTRUMENTO DE PUBLICIDADE NA UFSC	2007	REVISTA CONTEMPORANEA DE CONTABILIDADE	ORION AUGUSTO PLATT NETO, FLÁVIO DA CRUZ, AUDÍ LUIZ VIERA
38	GRAUS DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NO USO DA INTERNET PELOS GOVERNOS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS	2005	OPINIÃO PÚBLICA	SIVALDO PEREIRA DA SILVA
39	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: DIFICULDADES E BENEFÍCIOS DA IMPLEMENTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO NA MICRORREGIÃO DE BOCAIÚVA	2008	REVISTA UNIMONTES CIENTIFICA	MARLÚCIA ARAÚJO TOLENTINO, MÔNICA NASCIMENTO E FEITOSA, WAGNER DE PAULO SANTIAGO, SIMONE VIANA DUARTE
40	TRANSPARÊNCIA NA ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ORÇAMENTO MUNICIPAL: UM ESTUDO EM UM MUNICÍPIO BRASILEIRO	2010	REVISTA DE CONTABILIDADE DO MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UERJ	CLÁUDIA FERREIRA DA CRUZ, ARACÉLI CRISTINA DE SOUSA FERREIRA
41	A LINGUAGEM UTILIZADA NA EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL: UMA ANÁLISE DE SUA COMPREENSIBILIDADE À LUZ DA TEORIA DA COMUNICAÇÃO	2000	CADERNO DE ESTUDOS	JOSÉ MARIA DIAS FILHO
42	ANÁLISE DO PROCESSO DA COMUNICAÇÃO CONTÁBIL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A SOLUÇÃO DE PROBLEMAS SEMÂNTICOS, UTILIZANDO CONCEITOS DA TEORIA DA COMUNICAÇÃO	2001	REVISTA CONTABILIDADE & FINANÇAS	JOSÉ MARIA DIAS FILHO, MASAYUKI NAKAGAWA
43	UMA ANÁLISE SOBRE A COMPREENSIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS GOVERNAMENTAIS COMUNICADAS PELO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	2008	BRAZILIAN BUSINESS REVIEW	LUIZ CARLOS MIRANDA , ALAN JOSÉ DE MOURA SILVA , JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO FILHO, LINO MARTINS DA SILVA

	TÍTULO ARTIGO	ANO	PERÍODICO	AUTORES
44	TRANSPARÊNCIA FISCAL ELETRÔNICA: UMA ANÁLISE DOS NÍVEIS DE TRANSPARÊNCIA APRESENTADOS NOS SITES DOS PODERES E ÓRGÃOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL DO BRASIL.	2009	REVISTA DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM CONTABILIDADE	JORGE JOSÉ BAROS DE SANTANA JUNIOR, JERONYMO JOSÉ LIBONATI, MARCO TULIO DE CASTRO VASCONCELOS, VALMOR SLOMSKI
45	ÉTICA NA ESFERA PÚBLICA: A BUSCA DE NOVAS RELAÇÕES ESTADO/SOCIEDADE	2000	REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO	SÔNIA NAVES DAVID AMORIM
46	O PLANEJAMENTO COMO BASE DA CONTABILIDADE PARA A GESTÃO PÚBLICA	2004	PENSAR CONTÁBIL	CLEBER BATISTA DE SOUSA, DANIEL GERHARD BATISTA, NILTON DE AQUINO ANDRADE
47	GASTOS SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS E DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO	2001	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	JOSÉ MURARI BOVO
48	A REFORMA GERENCIAL DO ESTADO DE 1995	2000	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA
49	MENSURANDO A CRIAÇÃO DE VALOR NA GESTÃO PÚBLICA	2004	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ARMANDO CATELLI, EDILENE SANTANA SANTOS
50	BASES NORMATIVAS DO PLANO PLURIANUAL: ANÁLISE DAS LIMITAÇÕES DECORRENTES DA AUSÊNCIA DE LEI COMPLEMENTAR	2004	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	JAMES GIACOMONI

Artigos que compõem as Referências do Portfolio Bibliográfico
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

APÊNDICE C - Autores que compõem o Portfólio Bibliográfico e suas Referências

Portfólio Bibliográfico

ALVES, Karla Roberta Castro Pinheiro	DAMASCENA, Luzivalda Guedes	PFITSCHER, Elisete Dahmer
ALVES, Tiago Wickstrom	FARIAS, Sueli	QUEIROZ, Dimas Barrêto de
AMARAL, Paulo Ferreira	FARONI, Walmer	QUEIROZ, Ricardo Medeiros de
ANDRADE, Nilton de Aquino	FORTES, Mauri	REIS, Júlio César dos
ARAÚJO, Jorge Paulo de	GALLON, Alessandra Vasconcelos	RIBEIRO, Flávio
AVELAR, Ewerton Alex	GERIGK, Willson	SANTOLIN, Roberto
AZEVEDO, Ricardo Rocha	GOMIDE, Pedro Lúcio Rodrigues	SANTOS, Sandra R. Toledo dos
BIRCK, Luiz Gilberto	JAYME JR., Frederico Gonzaga	SANTOS, Vanessa dos
BOINA, Terence	L. FILHO, Paulo Amilton Maia	SCHALLENBERGER, Erneldo
BONACIM, Carlos Alberto Grespan	LIMONGI, Bernadete	SHIKIDA, Pery Francisco Assis
BORGES, Glenda	LINHARES, Fabricio	SILVA JR, Geraldo Edmundo
CAMARGO, Maria Emilia	MACEDO, Joel de Jesus	SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos
CHAGAS, Milton Jarbas Rodrigues	MAGALHÃES, Elenice Maria de	SOARES, Sandro Vieira
CHIEZA, Rosa Angela	MAGALHÃES, Elizete A. de	SOUZA, Antônio Artur de
CLEMENTE, Ademir	MARINO JR, João	TAFFAREL, Marinês
CORBARI, Ely Célia	MELLO, Gilmar Ribeiro de	TREVISAN, Ronie
CORREA, Renata Paes de Barros	NUNES, Gissele Souza de Franceschi	VASCONCELOS, Adriana Fernandes
DALCHIAVON, Eloisa Carla	PENNA, Christiano	

Autores do Portfólio Bibliográfico Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Referências do Portfólio Bibliográfico

AKUTSU, Luiz	GERIGK, Willson	SAKURAI, Sergio Naruhiko
ALVES, Tiago Wickstrom	GIACOMONI, James	SANTANA JR, Jorge José B. de
AMARAL, Paulo Ferreira	GOBETTI, Sérgio Wulff	SANTIAGO, Wagner de Paulo
AMARO, Rodrigo Gayger	JAYME JR, Frederico Gonzaga	SANTOLIN, Roberto
AMORIM, Sônia Naves David	JULIÃO, Anderson	SANTOLIN, Roberto Salvador
ANDRADE, Nilton de Aquino	KEUNECKE , Lucas Peter	SANTOS, Edilene Santana
ARAÚJO, Aneide Oliveira	LIBONATI, Jeronymo José	SANTOS, Sandra Regina Toledo dos
BASSO, Leonardo Fernando Cruz	LIMONGI, Bernadete	SILVA , Alan José de Moura
BATISTA, Daniel Gerhard	LOPES, Cristiano Aguiar	SILVA, Guilherme Jonas Costa da
BERNARDO, Denise C. dos Reis	LOPES, Jorge Expedito de Gusmão	SILVA, José Dionísio Gomes da
BONACIM, Carlos Alberto Grespan	LUQUE, Carlos Antonio	SILVA, Lino Martins da
BOVO, José Murari	MACEDO, Fabricio de Queiroz	SILVA, Marcos Alessandro da
CAMPOS, Anna Maria	MACÊDO, João Marcelo Alves	SILVA, Maurício Corrêa da
CARLOS, Flávio Alves	MACEDO, Joel De Jesus	SILVA, Sivaldo Pereira da
CATELLI, Armando	MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva	SILVA, Vera Martins da
CLEMENTE, Ademir	MARINO JR, João	SLOMSKI, Valmor
CORBARI, Ely Célia	MELLO, Gilmar Ribeiro de	SOUZA, Cleber Batista de
CORRAR, Luiz J.	MIRANDA, Luiz Carlos	SOUZA, Fábila Jaiany Viana de
CRUZ, Cláudia Ferreira	NAKAGAWA, Masayuki	T. FILHO, Francisco

CRUZ, Flávio da	NETO, Orion Augusto Platt	TAFFAREL, Marinês
DIAS F., José Maria	PACE, Eduardo Sérgio Ulrich	TEIXEIRA, Anderson Mutter
DUARTE, Simone Viana	PEDERNEIRAS, Marcleide M. Macedo	TELES, João
ENSSLIN, Leonardo	PEREIRA, Luiz Carlos Bresser	TOLENTINO, Marlúcia Araújo
ENSSLIN, Sandra Rolim	PFITSCHER, Elisete Dahmer	TREVISAN, Ronie
FEITOSA, Mônica Nascimento e	PINHO, José Antonio Gomes	VASCONCELOS, Marco T. de Castro
FERREIRA, Aracéli C. de Sousa	REIS, Júlio César dos	VELOSO, Gilberto de Oliveira
FLACH, Leonardo	RIBEIRO F., José Francisco	VIERA, Audí Luiz
GALLON, Alessandra Vasconcelos	SACRAMENTO, Ana Rita Silva	ZAMBALDE, André Luiz

Autores das Referências do Portfólio Bibliográfico
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

APÊNDICE D – Palavras-chave que compõem o Portfólio Bibliográfico e suas
Referências

Portfólio Bibliográfico

Administração Municipal	Finanças Municipais	Municípios
Administração Pública	Finanças Públicas	Municípios Brasileiros
AUDESP	Finanças Públicas Municipais	Municípios do RS
Contabilidade Governamental	FUNDEB	Municípios Potiguares
Contabilidade Pública	Gasto com Pessoal	Orçamento
Contas Públicas	Gasto Público	Painel Dinâmico
Demonstrativos Contábeis	Gastos e Custos Com Pessoal	Planejamento
Dívida Pública	Gestão Financeira Municipal	Poderes Públicos
Encargos Sociais	Gestão Fiscal	Responsabilidade Fiscal
Endividamento	Gestão Governamental	Transparência
Endividamento Público	Indicadores de LRF	Transparência Na Gestão Pública
Estado de Santa Catarina	Indicadores Municipais	Wilcoxon
Evidenciação	Lei de Responsabilidade Fiscal	

Palavras-chave do Portfólio Bibliográfico Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Referências do Portfólio Bibliográfico

Accountability	Endividamento	Municípios
Administração Pública	Endividamento Público	Municípios Brasileiros
Ajuste Fiscal	Estados Brasileiros	Orçamento
Análise Discriminante	Evidenciação	Orçamento Governamental
Avaliação de Desempenho	Falha do Governo	Painel Dinâmico
Balanço Orçamentário	Federalismo Fiscal	Participação Política
Burocracia	Fermentas de Gestão	Pequenos Municípios
Capitais Brasileiras	Finanças Municipais	Planejamento Público
Ciclos Eleitorais	Finanças Públicas	Plano Plurianual
Cidadania	Finanças Públicas Municipais	Políticas Sociais
Compreensibilidade	Gastos dos Municípios	Portais Eletrônicos
Compreensibilidade das Informações Contábeis	Gastos e Custos com Pessoal	Prestação de Contas
Comunicação Política	Gestão Econômica	Princípio da Publicidade
Contabilidade	Gestão Financeira Municipal	Princípio da Transparência
Contabilidade Criativa	Gestão Fiscal Responsável	Processo Decisório
Contabilidade Governamental	Gestão Pública	Público Não-Estatal
Contabilidade Pública	Governo Eletrônico	Qualidades Da Informação
Contas Públicas	Governo Empreendedor	Receita Corrente Líquida
Controladoria	Governo Municipal	Reforma Gerencial

Crescimento Econômico	Indicadores de Transparência	Região Metropolitana de Salvador
Criação de Valor	Indicadores Municipais Financeiros e de Gestão	Responsabilidade Administrativa
Custo de Oportunidade	Índice de Despesa com Pessoal	Responsabilidade Fiscal
Dados em Painel	Índice de Transparência	Tecnologias da Informação e Comunicação
Déficit Público Municipal	Informações Contábeis	Teoria da Comunicação
Democracia	Integração Plano orçamento	Transparência
Democracia Digital	Internet	Transparência Governamental
Demonstrativos Contábeis	Investimentos Públicos	Transparência na Gestão Pública
Descentralização	Lei Complementar	Transparência, Administração Pública
Desequilíbrio Financeiro	Lei de Responsabilidade Fiscal	Universidades Públicas
Desequilíbrio Fiscal	Linguagem Contábil	
Direcionadores de Valor	Mensuração de Desempenho	

Palavras-chave das Referências do Portfólio Bibliográfico
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)